

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCO ANTONIO ROCHA

SEMÂNTICA E DISCURSO EM DIÁLOGO:
UMA ANÁLISE DO ENUNCIADO "NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS..."

CURITIBA

2018

MARCO ANTONIO ROCHA

SEMÂNTICA E DISCURSO EM DIÁLOGO:
UMA ANÁLISE DO ENUNCIADO "NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS..."

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Linguagem e Práticas Sociais, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lígia Negri

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS / UFPR BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
Bibliotecária: Romilda Santos / CRB-9/1214

Rocha, Marco Antonio

Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado "não tenho preconceito, mas..." / Marco Antonio Rocha. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Letras, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Negri.

1. Análise do discurso. 2. Ethos. 3. Preconceito. 4. Homofobia. 5. Redes sociais. I. Universidade Federal do Paraná. II. Negri, Lígia. III. Título.

CDD 469.798



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCO ANTONIO ROCHA** intitulada: **Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado "não tenho preconceito, mas..."**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 24 de Outubro de 2018.

LIGIA NEGRI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

PASCOALINA BAILON DE OLIVEIRA SALEH

Avaliador Externo (UEPG)

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT

Avaliador Externo (UFPR)



**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM LETRAS**

No dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito às 09:00 horas, na sala 1013, Rua General Carneiro, nº460 - Ed. D. Pedro I, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **MARCO ANTONIO ROCHA** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada **Semântica e discurso em diálogo: uma análise do enunciado "não tenho preconceito, mas..."**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: LIGIA NEGRI (UFPR), PASCOALINA BAILON DE OLIVEIRA SALEH (UEPG), GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LIGIA NEGRI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 24 de Outubro de 2018.

LIGIA NEGRI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

PASCOALINA BAILON DE OLIVEIRA SALEH

Avaliador Externo (UEPG)

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT

Avaliador Externo (UFPR)

À comunidade LGBTQ+, na qual me incluo, e a todas as minorias que sofrem
diariamente
preconceitos sutis, mas danosos.

AGRADECIMENTOS

Quando concluí minha monografia da graduação em 2011, lembro que escrevi uma página de agradecimentos bastante enxuta: estava revoltado com vários acontecimentos pessoais e acreditava que todo o mérito de construir um trabalho final era meu, pois os esforços haviam sido somente meus. Ledo engano. Hoje, nessa fase da minha vida, aprendi que nada se constrói sozinho. Nenhuma palavra do que escrevi nestas linhas e nestas páginas intermináveis escrevi sozinho. Por isso, ao contrário da graduação, farei questão de agradecer a todos que lembrar.

Primeiramente, agradeço do fundo do coração à Lígia Negri, que acolheu a mim e ao meu trabalho sem nem ao menos me conhecer previamente. Que, além disso, acreditou em cada empreitada de análise que eu me propus a fazer e não só leu e comentou criticamente todo processo, como torceu comigo para que desse certo. Cada comentário de “é isso mesmo”, “nossa, esses caras não têm noção”, “vai, se acha que é isso então faz, depois a gente vê”, era uma alegria. Obrigado por toda a confiança.

Dos professores da pós-graduação, também gostaria de agradecer à professora Cláudia, que me aceitou como aluno especial em sua disciplina em 2013 — foi aí que esse tema surgiu e a vontade de ingressar no mestrado foi plantada, à professora Gesualda, que me ajudou a abrir imensamente meus horizontes no campo da Análise do Discurso, e à professora Tereza Cristina (querida Teca), que certamente influenciou esse trabalho a pensar na argumentação no discurso. Sou extremamente grato a todas vocês pela atenção que têm com seus alunos.

Os companheiros mais empolgados (talvez nem sempre) nas longas tardes de leitura e discussões: Marília, Rosyane, Bárbara, Diogo, Gabi, Marina, Lorena, Lize e Magnus, muito obrigado por tornar tudo mais leve e compartilhar das angústias e vitórias. E especialmente à Guida, uma grande apoiadora deste trabalho desde que éramos colegas e cursávamos disciplinas juntos; agora, como integrante da banca avaliadora, ainda mais presente com leituras e comentários preciosos.

Fora do mundo acadêmico, a ajuda para concluir este trabalho foi ainda mais fundamental: sem o apoio emocional que tive durante esses anos, acredito que não teria conseguido concluir esse nível. Por isso, vamos por partes:

Keilla Sobrinho, minha terapeuta, obrigado por me ajudar a lidar, principalmente, com a procrastinação e as indecisões da vida profissional.

Lucas, meu melhor e mais antigo amigo, obrigado por suportar mais uma vez minhas ausências e o adiamento de nossos projetos literários.

Elisa e Val, amigos quase irmãos que conquistei ao longo dos anos e que sempre estiveram presentes em todos os momentos, obrigado pelas cervejas, pelas risadas e pela vida compartilhada.

Andréa, Iésus e Lígia, amigos inusitados que a vida me trouxe, obrigado pelas cervejas (também), pelas poesias, pela filosofia de boteco e pelo apoio em todos os momentos.

Divana, Laiane e Rosely, amigas professoras que nunca se inibiram em demonstrar suas admirações por mim, obrigado pelas palavras sempre carinhosas e gentis. Eu também admiro muito vocês.

Simone Mattos, obrigado por todo o carinho e admiração que tem por mim, você é maravilhosa.

Além de todas essas pessoas, gostaria de agradecer especialmente à minha família por ser sempre o suporte necessário que eu preciso para seguir em frente. Em tantas famílias que rejeitam seus filhos homossexuais, tive a sorte de nascer em uma que me ama independentemente da minha sexualidade. Tive a sorte de nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito dentro de casa e isso certamente já é um privilégio que muitos não têm. Sou imensamente grato por vocês existirem na minha vida e por eu existir na de vocês. A minha família é incrivelmente a melhor. Amo vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, a qual agradeço pelos meses de bolsa concedida.

“Não tenho preconceito, mas não gosto de gay escandaloso.”

— Irmão sobre a amiga que havia se assumido recentemente.

“Não tenho preconceito, mas você sabe que com essa sua opção sexual pode ser difícil arranjar um bom emprego, né?”

— Professora no 2º ano do Ensino Médio para aluno.

“Sem ser preconceituoso, mas esse negócio de bissexualidade só pode ser falta de uma transa boa ou de porrada.”

— Desconhecido em uma festa.

“Não sou preconceituoso, mas eu quero pregar a palavra e curar os homossexuais.”

— Vestibulando de psicologia para colega.

“Não é que tenha preconceito, mas não curto menina negra o meu limite é tipo morena tipo você, com cabelo bom”

— Rapaz no Tinder.

“Não tenho preconceito, mas se você virar lésbica você vai perder sua família.”

— Mãe para filha bissexual.

“Nada contra o jeito que você se veste, mas você poderia emagrecer um pouco né.”

— Colega de trabalho.

“Eu não tenho nada contra, mas ficam forçando goela abaixo que isso é normal, até nas novelas, agora parece que é obrigado ter casal gay, sapatão... negro, se não tiver falam que é racismo”.

— Colega de trabalho sobre a parada LGBT em SP.

“Eu não tenho preconceito, mas essas coisas que passam na TV, acho que podem influenciar, ainda mais adolescentes que não sabem o que querem da vida, porque TV mostra os gays como ricos e poderosos”

— Tio sobre o seriado *Will and Grace*.

“Não tenho preconceito, mas se meu filho virar isso eu abandono ele porque não criei ele pra ser isso”

— Colega de trabalho sobre gays.

“Não tenho preconceito, mas não precisa andar de mão dada na rua, credo.”

— Amigo sobre dois homens andando na praia.

“Eu não tenho nenhum preconceito. Veja... você é gay, mas não sai transando por aí. Você tem namorado, você é certinho, trabalha.”

— Colega de trabalho.

“Não, nada contra, mas prefiro as minas de cabelo liso ou as branquinhas.”

— Colega de curso.

“Não tenho nada contra, mas não gostaria que minha filha se casasse com um negro.”

— Professor evangélico numa conversa sobre religião.

RESUMO

O termo “preconceito”, desde seu surgimento, tem uma carga negativa: é feio ser preconceituoso, uma vez que prevalece o discurso de respeito às diferenças. Entretanto, por ser considerado feio, o preconceito assumiu formas sutis de se manifestar, principalmente no que diz respeito ao contexto brasileiro. Por isso, urge a necessidade de pesquisas interpretativas que possam demonstrar como esse preconceito acontece de forma sutil. Nosso trabalho se inscreve numa perspectiva discursiva para analisar comentários de Facebook que apresentam um enunciado como “não tenho preconceito, mas...” a fim de compreender o quão preconceituoso eles são e por que o sujeito enuncia dessa forma. Para tanto, utilizamos conceitos da Análise do Discurso, como a noção de *ethos* discursivo, descrevemos as condições de produção dos comentários que são analisados, passando rapidamente por discussões sobre preconceito, homofobia, discurso polêmico e linguagem violenta nas redes sociais e sobre os benefícios do desacordo na democracia. Ainda apresentamos uma proposta para a descrição da conjunção “mas” baseadas nos estudos tradicionais de Vogt e Ducrot (1980). Interpretamos, por fim, que, embora o sujeito que enuncia “não tenho preconceito, mas...” vise um *ethos* tolerante para defender sua imagem de um possível ataque de seu interlocutor, ele acaba produzindo um *ethos* intransigente, assim como qualquer outro discurso que não utilize dessa estrutura fixa. Por outro lado, o sujeito precisa marcar em seu discurso que sua tolerância é em relação aos indivíduos, o que o sujeito não tolera é a manifestação social destes indivíduos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Ethos. Conjunção “mas”. Preconceito. Homofobia. Redes Sociais.

ABSTRACT

The word “prejudice”, since its emergence, has a negative meaning: it is bad to be prejudiced, once the discourse of respecting the differences remains in the society. However, as it is considered bad, the prejudice took on many subtle ways of expressing itself, mainly in the Brazilian context. That is why it is necessary to make interpretative researches that can demonstrate how this prejudice happens in a subtle way. Our work is subscribed in a discursive perspective to analyze comments on Facebook that show an statement like “I don’t have prejudice, but...” in order to understand how prejudiced they are and why the subject says in this way. Therefore, we use concepts from Discourse Analysis, as the notion of discursive *ethos*, we describe the production conditions of the analyzed comments, we also talk about discussions about prejudice, homophobia, polemic discourse and violent language on social networks and about the benefits of disagreement in the democracy. Still, we present a suggestion to describe the linking word “but” based on Vogt and Ducrot’s (1980) traditional studies. In the end, we interpret that, although the subjects who say “I don’t have prejudice, but...” aims an *ethos* of a tolerant person to guard their image from a possible attack from their interlocutor, they end producing an *ethos* of an intransigent person, as any other discourse that don’t use this same fixe structure. In the other hand, the subjects need to stamp in their discourse that their tolerance is about individuals, what the subjects do not tolerate is the social manifestation of these individuals.

Keywords: Discourse Analysis. Ethos. Linking word “but”. Prejudice. Homophobia. Social Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto	39
Figura 2: Comentários a “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.1	41
Figura 3: Comentários a “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.2	43
Figura 4: Comentários a “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.3	44
Figura 5: Grazi Massafera: Família é onde existe amor.....	47
Figura 6: <i>Ethos</i> tolerante – Comentário 1.....	97
Figura 7: <i>Ethos</i> tolerante – Comentário 2.....	100
Figura 8: <i>Ethos</i> tolerante – Comentário 3.....	101
Figura 9: Grazi Massafera: Cena linda.....	106
Figura 10: Perfil pessoal: Triste	106
Figura 11: Comentários a “Grazi Massafera: Cena linda”	107
Figura 12: Comentários a “Perfil pessoal: Triste”.....	113
Figura 13: Banda B: Disney terá primeiro personagem gay	115
Figura 14: Comentários a “Banda B: Disney terá primeiro personagem gay”	116
Figura 15: Interpretações de L1 e de L3 do enunciado	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O OBJETO: COMENTÁRIOS POLÊMICOS NO FACEBOOK.....	16
1.1 DO PRECONCEITO À HOMOFOBIA: QUESTÕES DE ESCOLHA	17
1.2 FACEBOOK: PUBLICAR, CURTIR, COMENTAR, COMPARTILHAR.....	22
1.3 O DESACORDO COMO PARTIDA (E CHEGADA) DA POLÊMICA	26
1.4 REGISTRO POLÊMICO E VIOLÊNCIA VERBAL.....	31
1.5 PUBLICAÇÕES POLÊMICAS: PRINCÍPIOS DE ANÁLISE	37
2 O ENUNCIADO: “NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS...”	50
2.1 OS “MAS” NA TEORIA PADRÃO DA ADL.....	52
2.2 AS NEGAÇÕES EM “MAS _{SN} ” E “MAS _{PA} ”	57
2.3 ESCALA ARGUMENTATIVA EM “MAS _{PA} ”	61
2.4 “MAS _{SN} ” E “MAS _{PA} ”: AFINAL, QUAL A DIFERENÇA?	64
2.5 O “MAS” DOS COMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE SEGUNDO A ADL	70
3 O DISCURSO: CONSTRUINDO UMA IMAGEM TOLERANTE DE SI	77
3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DO DISCURSO	78
3.1.1 Formação Ideológica e Formação Discursiva	79
3.1.2 Condições de Produção	81
3.1.3 Sujeito e Sentido.....	82
3.1.4 Formações Imaginárias.....	83
3.1.5 Interdiscurso	84
3.2 ARGUMENTAÇÃO NA AD	85
3.3 O PERCURSO DA NOÇÃO DE <i>ETHOS</i>	89
3.3.1 Ethos na perspectiva de Maingueneau	92
3.4 O <i>ETHOS</i> DOS COMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE SEGUNDO A AD	96
3.5 “NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS...”: UMA ANÁLISE HÍBRIDA.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Brasil, 2018: o preconceito é um mal na sociedade a ser combatido. Talvez essa seja a premissa compartilhada por muitos, se não todos, os indivíduos sociais que convivem no Brasil. A partir de reflexões, pesquisas e lutas sociais iniciadas no século XX, o termo “preconceito” começou a ganhar destaque na entrada do novo século e, 18 anos após, vemos como o termo se tornou sinônimo de algo negativo. Ter preconceito é feio: “é preciso respeitar as diferenças” se tornou um lugar-comum na sociedade. Entretanto, não é porque o discurso sobre respeitar as diferenças tem sido repetido inúmeras vezes que o preconceito deixou de existir em nossa sociedade. Pelo contrário: ele acabou assumindo formas cada vez mais sutis de se manifestar.

Enquanto violência global caracterizada pela supervalorização de uns e pelo menosprezo de outros, a homofobia baseia-se na mesma lógica utilizada por outras formas de inferiorização: tratando-se da ideologia racista, classista ou antissemita, o objetivo perseguido consiste sempre em desumanizar o outro, em torná-lo inexoravelmente diferente. À semelhança de qualquer outra forma de intolerância, a homofobia articula-se em torno de emoções (crenças, preconceitos, convicções, fantasmas...), de condutas (atos, práticas, procedimentos, leis...) e de um dispositivo ideológico (teorias, mitos, doutrinas, argumentos de autoridade ...). (BORRILLOS, 2010, p. 34-35)

Uma dessas formas sutis (talvez não tão sutil assim) de manifestação do preconceito é por meio do enunciado “não tenho preconceito, mas...”, um lugar-comum já na língua e em discursos diversos. Nos questionamos por que os sujeitos do discurso utilizam uma estratégia como essa se geralmente após o “mas” há a presença de uma proposição preconceituosa. Embora para muitas pessoas que ouvem esses enunciados eles pareçam evidentemente de caráter preconceituoso, os sujeitos que o produzem parecem não compartilhar da mesma interpretação. Será que, ao enunciar “não tenho preconceito, mas...” os sujeitos não se percebem preconceituosos? Ou será que se percebem, sim, mas gostariam de não parecer tão preconceituosos?

É a fim de responder essas perguntas que investigamos o funcionamento de comentários do Facebook com a presença desse tipo de enunciado. Num primeiro momento, gostaríamos de coletar esses enunciados em conversas cotidianas, onde são bastante producentes, mas avaliamos que seria uma tarefa bastante difícil, pois seria

impossível fazer o registro das falas como aconteceram. Caso quiséssemos fazer uma pesquisa desse tipo, teríamos que partir para uma perspectiva de análise conversacional, como a Pragmática, mas como acreditamos que é a Análise do Discurso que pode nos ceder resultados de interpretação mais interessantes — pois se relaciona à história e ao social — optamos por realizar a pesquisa em algum tipo de registro. Nesse sentido, as redes sociais são uma fonte inesgotável de discursos que se assemelham aos do cotidiano por seu caráter informal e muitas vezes oralizado. Por mais que os discursos sejam escritos, eles se inscrevem muito fortemente num discurso oral na forma como são produzidos. Dessa forma, o Facebook nos pareceu a fonte mais apropriada.

Além disso, durante a coleta de dados e a leitura da bibliografia, percebemos que tratar do preconceito de forma genérica era impossível, pois cada tipo de preconceito mobilizaria contextos históricos e sociais muito diferentes. Por isso, decidimos nos ater ao preconceito contra a comunidade LGBTQ+, o qual utilizamos aqui o termo mais genérico: homofobia. Essa escolha acabou se tornando o caminho mais fácil a ser trilhado principalmente pela questão da bolha social (e do Facebook) em que o autor deste trabalho está inserido: as publicações que tratavam de sexualidade e os comentários homofóbicos apareciam muito mais em minha *timeline* do que qualquer outro tipo de preconceito.

Dividimos, então, este trabalho em três capítulos.

O primeiro tem por objetivo apresentar o *corpus* do trabalho, além de discutir questões pertinentes às condições de produção dos discursos que analisamos. Assim, tratamos de buscar definições sobre o que é preconceito e o que é homofobia. Em seguida, caracterizamos o funcionamento do Facebook, sobretudo da função de comentar as publicações. Na sequência, apresentamos algumas ideias e conceitos de Amossy (2017) em relação ao discurso polêmico e à linguagem violenta e como eles contribuem para fomentar o desacordo — que, segundo a autora, é fundamental para o convívio em sociedade e garantir o funcionamento de uma democracia. Por fim, ainda neste capítulo, apresentamos algumas publicações do Facebook e os comentários gerados a partir delas, a fim de situar os discursos produzidos em suas condições de produção: discursos polêmicos produzidos no Facebook, muitas vezes com uma linguagem violenta e que versam sobre a questão da homossexualidade.

No segundo capítulo, buscamos discutir a análise semântica do articulador “mas”. Partimos do texto “De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica”, de Vogt e Ducrot (1980), um dos primeiros a discutir a questão em língua portuguesa. Antes dele, Anscombre e Ducrot (1977) já haviam publicado um artigo chamado “*Deux* mais *en français?*”, em que apresentam a mesma teoria retomada por Vogt e Ducrot (1980), a saber: existem dois articuladores “mas” tanto em português quanto em francês (diferentemente do espanhol, por exemplo, que tem “*sino*” e “*pero*”). A análise dos autores é bastante convincente, entretanto, a partir da dissertação de Viviane Veras, do final da década de 1980, orientada por Carlos Vogt, chegamos a outras conclusões em relação ao articulador. Essa análise da conjunção é fundamental para entender *como* os enunciados são produzidos e, a partir dela, podemos nos perguntar *por que* eles são produzidos assim.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresentamos os conceitos fundamentais da Análise do Discurso (AD) para que possamos mobilizá-los a fim de responder os porquês que permeiam este trabalho. Outra noção bastante fundamental que discutimos é a noção de *ethos*, desde seu surgimento até sua utilização em AD, principalmente ancoradas na teoria de Maingueneau (2008, 2014). Apresentamos, então, uma análise do *ethos* dos comentários, o qual chamamos inicialmente de *ethos* tolerante, pois é esta imagem pretendida por esse enunciador. Diante disso, analisamos, a partir das possíveis interpretações, se esse *ethos* visado é realmente alcançado — ou seja, se ele é um dos efeitos de sentido possíveis — e como ele se articula de diferentes formas para tentar alcançar o seu objetivo de ser tolerante. Por fim, trazemos uma análise mais global dos comentários, articulando os vários conceitos apresentados ao longo do trabalho.

1 O OBJETO: COMENTÁRIOS POLÊMICOS NO FACEBOOK

Não leia os comentários
— é o que dizem por aí

O *corpus* deste trabalho seria, inicialmente, formado por discursos orais em que aparecesse o enunciado “não tenho preconceito, mas...” ou derivações dele. Na oralidade, os sujeitos do discurso tentam ser mais polidos — talvez por estarem mais visíveis — e, por isso, ao invés de demonstrarem mais descaradamente os seus preconceitos, procuram defender sua imagem e, de certa forma, modalizam a sua fala; uma dessas modalizações seria o enunciado analisado neste trabalho. Contudo, a dificuldade de encontrar registros desses enunciados, ou até mesmo registrá-los no dia-a-dia, seria imensa, o que nos fez buscar o corpus de outra forma possível: as redes sociais.

Nas redes sociais circulam uma grande variedade de discursos, inclusive os preconceituosos. Como se trata de um ambiente relativamente livre em que as pessoas podem colocar suas opiniões, geralmente há uma grande disseminação de preconceito, seja ele explícito ou não. Dessa forma, decidimos coletar os enunciados para análise nos ambientes virtuais. Entretanto, como passear por várias redes sociais seria exaustivo, embora pudesse ser bastante produtivo, escolhemos o Facebook como fonte por se tratar de uma das redes sociais mais utilizadas pelos brasileiros, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República¹. Além disso, a complexidade interativa do Facebook entre seus usuários já produz por si só um material discursivo colossal a ser analisado, sem ser necessário recorrer a qualquer outra rede social.

Das várias maneiras possíveis de se coletar os dados para análise, decidimos nos focar em comentários de publicações que gerassem algum tipo de polêmica em relação a homossexuais — e explicamos a seguir a delimitação do *corpus* para esse tipo de manifestação. Há publicações, por exemplo, que contam com mais de quatro mil comentários, um universo vasto e variado de pessoas interagindo sobre um mesmo assunto. Entretanto, antes de partirmos para a análise dos dados coletados nessa

¹ Fonte: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>.

infinidade de interações discursivas, é preciso caracterizar esse universo do Facebook assim como caracterizar o que entendemos como preconceito, justificando nossa escolha por tratar, mais especificamente, da homofobia.

1.1 DO PRECONCEITO À HOMOFOBIA: QUESTÕES DE ESCOLHA

A noção de preconceito é uma ideia muito recente para humanidade; ela começou a aparecer somente em meados do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Antes de o preconceito existir, ou pelo menos da sua nomeação, crimes contra grupos de indivíduos eram uma constante justificável. Foi possível justificar, por exemplo, a escravidão e o nazismo — este, preconceito e discriminação contra judeus, hoje conhecido como antissemitismo e aquele basicamente contra negros, hoje chamado de racismo — que levaram ao genocídio de grandes populações.

Entretanto, com a chegada do novo século, ao termo preconceito e a todas as suas formas (antissemitismo, racismo, sexismo, homofobia etc.) tem sido atribuída uma carga negativa, o que faz com que qualquer ato preconceituoso seja, mais recentemente e em algumas sociedades, condenado moralmente e que sua prática concreta, a discriminação, seja condenada com punições jurídicas.

Mas o que é o preconceito? Rios (2007), antes de apresentar a definição de preconceito sob duas abordagens diferentes, diferencia o termo de *discriminação*. Segundo ele,

Por **preconceito**, designam-se as **percepções mentais negativas** em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo **discriminação** designa a **materialização, no plano concreto das relações sociais**, de atitudes arbitrarias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos. O primeiro termo é utilizado largamente nos estudos acadêmicos, principalmente na psicologia e muitas vezes nas ciências sociais; o segundo, mais difundido no vocabulário jurídico (RIOS, 2007, p. 27-28, grifos nossos).

Segundo Rios (2007), o preconceito vem sendo tratado sob duas abordagens diferentes: uma psicológica e outra sociológica. Dentro da abordagem psicológica, o preconceito indica “a existência de percepções negativas por parte de indivíduos e

grupos, onde estes expressam [...] juízos desfavoráveis em face de outros indivíduos e grupos, dado o pertencimento ou a identificação destes a uma categoria tida como inferior.” (RIOS, 2007, p. 28). Dentro desta perspectiva, estão relacionados à definição de preconceito “as notas de irracionalidade, autoritarismo, ignorância, pouca disposição à abertura mental e inexistência de contato ou pouca convivência com membros dos grupos inferiorizados” (*ibidem*).

Já dentro da abordagem sociológica, desenvolvem-se processos cognitivos como a categorização e a construção de estereótipos, uma vez que se define preconceito como

[...] uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo (CAMINO & PEREIRA *apud* RIOS, 2007, p. 29).

Ambas perspectivas são relevantes para pensar como o sujeito preconceituoso é construído pelo seu próprio discurso, uma vez que tanto o viés psicológico (que demonstra a irracionalidade, a ignorância e o autoritarismo) quanto o viés sociológico (relacionado à construção de estereótipos) devem constituir este sujeito no nível do discurso e se materializar na língua — conceitos melhor desenvolvidos no capítulo 3, onde tratamos da Análise do Discurso. Dessa maneira, ao se materializar na língua, essas “percepções mentais negativas”, que é o preconceito, passam a ser também discriminação, uma vez que entram no “plano concreto da relações sociais”, para repetir as palavras de Rios (2007).

Além disso, por ser de senso comum a percepção da carga negativa do preconceito, as manifestações deste se tornaram cada vez mais veladas, mais disfarçadas, o que dificulta muito a reunião de provas para acusar um indivíduo de preconceituoso (BANDEIRA; BATISTA, 2002).

É comum as pessoas terem algum tipo de preconceito não declarado, porque têm vergonha ou porque têm medo de serem criticadas ou até mesmo excluídas de certos grupos. Isso as leva a disfarçarem o preconceito, justificando racionalmente certos comportamentos que poderiam ser qualificados de discriminatórios. É nesse contexto sombrio que o preconceito discrimina e dá margem a práticas de violência, pois, seja pela sua onipotência ideológica, seja pela sua insolência mediática, acaba fomentando relações sociais hostis e violentas (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 128)

Por seu caráter velado, ainda mais no Brasil, o preconceito passa despercebido muitas vezes. Daí a importância de análises mais profundas no campo do discurso, como nos propomos a fazer ao averiguar o quanto há de preconceito em enunciados que seguem uma estrutura parecida com “não tenho preconceito, mas...”. Seria essa uma estratégia argumentativa do locutor para disfarçar o seu discurso de modo a não soar preconceituoso ou, ao menos, não soar tão preconceituoso?

Além de seu caráter velado, Bandeira e Batista (2002), inseridas numa perspectiva sociológica do problema, chamam a atenção para o caráter hierárquico e histórico do(s) preconceito(s). Isso significa dizer que o preconceito não é só uma percepção negativa de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, mas a inferiorização deste grupo por parte de outro que tem algum tipo de poder ou projeção na sociedade: “quem manda atribui valores à sociedade, define o que é bom e o que é ruim” (*idem*, p. 138). É o caso, por exemplo, do racismo, em que homens brancos (europeus) construíram a ideia de serem superiores às outras raças, principalmente superiores aos negros.

No processo de produção identitária criam-se sentimentos de pertença e de estranhamento com relação a certos coletivos, o que gera uma dinâmica de inclusões e exclusões com base em semelhanças e diferenças. Acontece que essas inclusões e exclusões muitas vezes não indicam apenas diferenças ou singularidades, mas relações hierárquicas e poderes de raiz histórica com atributos fundadores, que demandam para si a definição do que é bom e do que é ruim, do que é belo, do que é feio, do que tem valor e do que não o tem. (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 131)

As autoras ainda afirmam que o preconceito tem uma relação direta com o corpo, é nele que se manifestam as diferenças e é a partir dele que os preconceitos são criados. Elas dividem as características expressas no corpo em quatro códigos, a partir dos quais se estabelecem “classificações, regras/normas, significados/valores e comportamentos”. Estes códigos são: (i) corporais, que estão relacionados às características físicas dos indivíduos; (ii) comportamentais, que têm a ver com a maneira de ser e de agir dos indivíduos, suas posturas, gestos etc.; (iii) emocionais, atrelados aos sentimentos, medos, respeito e obediência excessivos; e (iv) linguísticos, características relacionadas à maneira de se expressar verbalmente (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 135-136). Dessa forma, é a imagem do outro construída por todos esses códigos que o caracteriza.

Logo, o que gera o preconceito não é o indivíduo enquanto ser no mundo, mas todas as características atribuídas ao “ser homossexual” que estão no corpo, à sua forma de se expressar no mundo: maneirismos, usar vestido (se travestir), demonstrar afeto por alguém do mesmo sexo em público e, até mesmo, sua relação sexual com o mesmo sexo, a relação de duas genitais iguais. Isso acontece porque, na construção do preconceito, o indivíduo deixa de ser uma totalidade e passa a ser apenas a sua imagem.

A imagem ou, em outras palavras, a aparência do outro é tão real como a sua ‘profundidade’. O outro é imagem-corpo e também é profundidade. Não há mais verdade em um nível que em outro. Ocorre que, na apropriação do outro, sua imagem é construída burocraticamente, traduz impessoalidade. Nessa imagem, o indivíduo como tal está ausente; é transpessoal, passível de invocar para si todos os casos individuais. Universalizante, genérica, burocrática ou impessoal, representa a mais pura racionalização do outro. Mas essa racionalização, essas características universalizadas podem ter, ou mesmo têm, atribuições valorativas, geralmente negativas. O preconceito resulta, assim, de uma racionalização do outro, a partir da configuração de uma imagem corporal e linguística, a que se atribui valores negativos. Isto é, uma apropriação da diferença imagética que é desvalorizada. (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p. 136)

Por mais que nosso primeiro objetivo, neste trabalho, fosse analisar enunciados preconceituosos, logo vimos que seria um esforço monumental pois cada tipo de preconceito — racismo, sexismo, homofobia e classismo, os quais julgamos serem os mais expressivos no Brasil — exigiria categorias de análise muito diferentes. Por isso, decidimos nos ater à homofobia, ao preconceito contra homossexuais. Além disso, dentre as outras formas de preconceito, a homofobia é ainda a menos discutida na sociedade e uma das que mais carece de políticas públicas, sem contar que manifestações homofóbicas geram muito menos reações negativas do que manifestações racistas ou sexistas (RIOS, 2007). Não se diz mais — ou pelo menos não sem reações extremamente revoltadas —, por exemplo, que os negros são inferiores aos brancos por razões científicas (como já foi afirmado em séculos passados), mas ainda “persistem posturas que pretendem atribuir à homossexualidade caráter doentio ou, ao menos, condição de desenvolvimento inferior à heterossexualidade” (*idem*, p. 32).

Como afirma o intelectual argentino Daniel Borrillos (2010, p. 17), especialista nos direitos das sexualidades: “invisível, cotidiana, compartilhada, a homofobia participa do senso comum, embora venha a culminar, igualmente, em uma verdadeira

alienação dos heterossexuais”. O que significa dizer que, ainda hoje, a homofobia está tão enraizada na sociedade que algumas vezes nem é percebida, está tão presente nos discursos que assume caráter de normalidade, muito diferente de expressões racistas, sexistas ou até mesmo antissemitas. Por isso, nos cabe caracterizar com mais detalhes a homofobia ao invés de nos prendermos a uma definição tão ampla como a de “preconceito”.

Além do mais, Borrillos (2010) afirma que a homofobia é um tipo de preconceito em que o indivíduo muitas vezes sofre sozinho, em isolamento. Diferente do preconceito racial em que indivíduo nasce em uma família que sofre do mesmo tipo de preconceito, o indivíduo homossexual muitas vezes não tem o apoio de ninguém à sua volta, inclusive pode viver em ambientes familiares hostis. Até que ele cresça e encontre seus semelhantes, o indivíduo homossexual é um ser extremamente isolado em suas características. Por isso, por ser uma forma individual de sofrer preconceito, a homofobia é muitas vezes mais grave para o indivíduo, o que o leva mais facilmente a “uma aversão a si mesmo e de uma violência interiorizada, suscetíveis de levá-lo até o suicídio” (*idem*, p. 40). Ainda, para o autor,

[...] a homossexualidade permanece como a única discriminação inscrita formalmente na ordem jurídica. Nenhuma outra “categoria” da população é excluída da fruição dos direitos fundamentais em razão de sua filiação a uma raça, religião, origem étnica, sexo ou a qualquer outra designação arbitrária (BORRILLOS, 2010, p. 40).

Borrillos (2010, p. 22) trata a homofobia a partir de duas dimensões: uma individual e uma social. A primeira, “de natureza afetiva, se manifesta pela rejeição dos homossexuais”, ao passo que a segunda, de natureza cognitiva, não se trata da rejeição do homossexual enquanto indivíduo, mas da “homossexualidade como fenômeno psicológico e social”. Segundo o autor,

Essa distinção permite compreender melhor uma situação bastante disseminada nas sociedades modernas que consiste em tolerar e, até mesmo, em simpatizar com os membros do grupo estigmatizado; no entanto, considera inaceitável qualquer política de igualdade a seu respeito (BORRILLOS, 2010, p. 22).

A expressão adversativa utilizada pelo autor, “no entanto”, nos dá de antemão algumas pistas do que encontraremos nos enunciados “não tenho preconceito, mas...”: não é aos indivíduos que se refere o enunciador, mas ao que eles representam em questão de igualdade no âmbito social.

Borrillos (2010) e Rios (2007) apresentam também o termo “heterossexismo”, sugerido por vários pensadores como uma alternativa para o termo “homofobia”. Eles explicam que, inicialmente, *homofobia* foi escolhida para designar o medo ou a aversão (*fobia*) que um indivíduo sentia por estar na presença de um homossexual (*homo*). Entretanto, a partir de uma melhor compreensão do que é a homofobia, percebeu-se que não se trata de um medo ou de uma aversão, mas de uma condição social institucionalizada por uma cultura heterossexual. Isto significa dizer que existe preconceito e discriminação contra homossexuais porque há uma cultura que preza a heterossexualidade como norma, como superior na hierarquia das sexualidades. Por outro lado, ainda se prefere o termo “homofobia” para caracterizar esse tipo de preconceito por ser um termo mais recorrente e mais difundido em diversos meios.

A partir dessas reflexões sobre a homofobia como uma questão social, passamos a tratar mais precisamente do lugar onde esta expressão de preconceito vai ocorrer, o Facebook, para na sequência lançarmos uma discussão sobre a polêmica causada nesta rede. Por fim, depois da discussão de todos esses pontos, apresentamos no final deste capítulo o *corpus* que compõe este trabalho.

1.2 FACEBOOK: PUBLICAR, CURTIR, COMENTAR, COMPARTILHAR

Fundado em 2004, pelo hoje empresário e multimilionário Mark Zuckerberg, o Facebook logo se tornou uma das redes sociais favoritas dos brasileiros, substituindo o Orkut, que teve suas atividades encerradas em 2014. Há uma grande quantidade de usuários que utilizam a rede diariamente para variados fins, desde postagem de fotos pessoais e mensagens motivadoras até para atividades claramente políticas e ideológicas. Para muitos usuários, as redes sociais funcionam como um passatempo, uma maneira de se manter conectado com as pessoas à sua volta e com o mundo.

Entretanto, Emediato (2015, p. 172) defende que as redes sociais vão muito além disso, elas são “essencialmente, uma rede de discursos, um espaço retórico por natureza”. Para ele, “podemos encontrar, nessa rede, tudo que poderíamos supor no universo de discursos e nos espaços discursivos” (*ibidem*) e, por isso, se faz necessário investigar como elas funcionam no interior de uma teoria do discurso.

O *facebook* tornou-se um espaço surpreendente de circulação de falas, uma vasta e complexa cadeia enunciativa que coloca em cena um dialogismo sem igual. Nesse espaço, os locutores assumem as mais diversas posições enunciativas e papéis comunicacionais, da *self*-exposição pura e simples do rosto ou do corpo, à exibição de posicionamentos políticos e ideológicos que dialogam em uma luta discursiva que se estende em diversos campos de práticas sociais (EMEDIATO, 2015, p. 173).

Emediato (2015) aponta que uma das principais características das redes sociais é a interação entre códigos semiológicos verbais e, principalmente, visuais. Segundo o autor, é raro uma postagem no Facebook não vir acompanhada de um suporte visual. Inclusive, pesquisas² já demonstraram que os usuários dessa rede dificilmente abrem notícias ou *links* com artigos hospedados em outras páginas: geralmente, interagem apenas com a imagem da publicação e os títulos compartilhados.

Outro aspecto para o qual o autor chama a atenção em relação ao Facebook é quanto a sua estrutura interacional. Algumas vezes essa interação se dá como um diálogo convencional em que um locutor (L1) se dirige a um segundo locutor (L2), porém, muitas vezes ela pode assumir a forma de um trílogo, “com um locutor (L1) se dirigindo a um segundo locutor (L2), mas tendo sempre em vista um terceiro destinatário (L3), de natureza coletiva [...]” (*idem*, p. 174).

O Facebook também apresenta modalidades técnicas de interatividade, como toda rede social eletrônica, e a compreensão de seu funcionamento nos possibilita analisar com mais propriedade o *corpus* deste trabalho. Nessa rede, os usuários interagem, basicamente, com as publicações que são realizadas por eles mesmos e por outros usuários, de três formas: curtindo-as, comentando-as e compartilhando-as.

² Uma delas, conduzida por cientistas da computação da Universidade de Columbia-EUA e do Instituto Nacional Francês em 2016 e realizada no Twitter, concluiu que 59% dos links compartilhados em redes sociais nunca são abertos. (GABIELKOV; RAMACHANDRAN; CHAINTREAU; LEGOUT, 2016.)

O botão “curtir”, desde o surgimento da rede em 2004, demonstrava um ato de apreciação positivo a uma determinada publicação. Entretanto, desde o início de 2016, o botão “curtir” foi expandido e ganhou cinco novos botões alternativos — “amei”, “haha”, “uau”, “triste” e “grr”, que passaram a ser chamados de “reações”. Dessa forma, os diferentes botões demonstram diferentes apreciações às publicações. O tradicional botão “curtir” se tornou uma apreciação positiva moderada de algum conteúdo ou apenas um sinal de visualização quando utilizado em algum comentário, uma vez que agora o botão “amei” passou a demonstrar uma apreciação positiva forte. O botão “haha” é utilizado pelos usuários em conteúdos que possam gerar riso, o “uau” naqueles que geram surpresa tanto positiva quanto negativa e o “triste” geralmente quando o conteúdo trata de assuntos que o usuário pode julgar pesados ou gostaria de demonstrar seus sentimentos a outro (como no caso de uma publicação sobre luto). Por fim, o botão “grr”, acompanhado de um *emoji* bravo, demonstra um sentimento de desaprovação à publicação.

Outro botão que também demonstra uma apreciação positiva a uma publicação, na maioria das vezes, é o botão “compartilhar”, uma vez que é utilizado para difundir uma publicação que o usuário julgue interessante. Para Emediato (2015), o compartilhamento representa uma adesão mais intensa ao conteúdo publicado do que o ato de curtir, já que o interlocutor tem interesse em amplificar sua divulgação. Entretanto, algumas publicações também podem ser compartilhadas pelos usuários como sinal de julgamento negativo, para mostrar a sua rede de amigos o quanto aquela publicação deveria ser depreciada.

Por último, e talvez o mais relevante para este trabalho, é o botão “comentar”. Caso o usuário queira demonstrar de maneira verbal — ou por imagens estáticas ou em movimentos (gifs) — sua apreciação positiva ou negativa, concordar ou discordar da publicação, ele pode fazer um comentário a ela.

É justamente o comentário que abre a possibilidade de constituição de um trílogo, pois o comentário pode gerar uma redação de L1 que, ao responder o comentário de L2, se dirige também, indiretamente, a L3, o destinatário coletivo da rede, que tem acesso à conversa e pode, inclusive, reagir, mas sempre individualmente. O destinatário coletivo é, portanto sempre virtual e indireto. Cada reação individual por ato de comentário tem sempre o destinatário coletivo como destinatário indireto, e algum locutor individual anterior como destinatário direto. **O trílogo pode ser considerado, portanto,**

uma forma essencial da interação em uma rede social (EMEDIATO, 2015, p. 174, grifo nosso).

Essa noção de trílogo desenvolvida por Kerbrat-Orecchioni e Platin (*apud* EMEDIATO, 2015) é fundamental para compreender as relações polêmicas que os comentários estabelecem na rede, o que nos preocuparemos em demonstrar mais adiante, uma vez que são justamente os comentários que nos interessam neste trabalho.

Ainda, Emediato (2015) faz uma breve análise das atitudes dos usuários do Facebook, as quais divide em três categorias: egocentradas, alocentradas e heterocentradas. As do primeiro grupo, as atitudes egocentradas, são aquelas voltadas para a exibição de si mesmo, ou seja, publicação de fotos pessoais, de espaços privados etc. que visam apenas mostrar-se na rede à espera de uma atitude apreciativa positiva para si, da parte de seus interlocutores. As atitudes alocentradas, segundo o autor, estão voltadas para o tu, seu interlocutor direto, mesmo que este seja coletivo e indeterminado. Estas atitudes são, geralmente, pedidos de compartilhamento ou de curtidas sobre determinada publicação. O último grupo, das atitudes heterocentradas, diz respeito às publicações que têm como referência o mundo e o discurso dos outros; é nestas atitudes que se encontra a maior heterogeneidade da rede.

É por via dessa atitude que o sujeito exhibe sua competência axiológica, suas formações discursivas e ideológicas, seus posicionamentos sobre temas e aspectos da realidade social, política, cultural, econômica, religiosa, mundana etc. (EMEDIATO, 2015, p. 176)

É nesse último tipo de atitude que se encontrarão, preferencialmente, os objetos de análise deste trabalho, uma vez que os comentários tecidos pelos usuários consistem em opiniões sobre as publicações, de onde é possível apreender suas formações discursivas e ideológicas. Essa terceira atitude, como as outras duas anteriores, também contribui para pensar a imagem desses sujeitos construída em seus discursos, objeto teórico a ser explorado no terceiro capítulo.

[...] não seria exagero afirmar que todas essas atitudes estão, em última instância, voltadas para a afirmação e a exibição de si mesmo como sujeito, ou seja, para a construção de uma imagem de si (o *ethos* do usuário da rede), o que tornaria dominante a atitude egocentradas. [...] A finalidade principal de um sujeito-usuário do *facebook* seria, portanto, exibir-se, mostrando o seu corpo, o seu rosto, o seu pensamento, a posição que ocupa na topografia social

[...]. Por outro lado, não seria também exagero supor que as atitudes heterocentradas (falar do mundo e dos outros) serviriam a uma visada alocentradas (influenciar o outro, agir sobre suas crenças) e que também as atitudes egocentradas (a egomostração) poderiam servir a uma visada alocentradas (seduzir o outro) (EMEDIATO, 2015, p. 176-177).

O autor, então, chega à conclusão de que todas as atitudes dos usuários do Facebook contribuem para a construção de sua própria imagem, ou seja, é uma forma de falar sobre si mesmo, como também de agir sobre o outro a quem falam, mesmo que esse outro não seja um interlocutor direto (L2), mas um interlocutor indeterminado (L3). Dessa maneira, é possível investigar nos comentários das publicações a imagem dos sujeitos que enunciam “não tenho preconceito, mas...”, investigar o *ethos* que apresentam, numa tentativa de compreender porque enunciam dessa forma.

1.3 O DESACORDO COMO PARTIDA (E CHEGADA) DA POLÊMICA

Por mais que seja em um ambiente público, as opiniões no Facebook aproximam-se da linguagem utilizada em ambientes domésticos, do cotidiano, onde não há controles rígidos e se pode falar de quase tudo sem limites. “Paradoxalmente, o espaço facebook é público, mas sua linguagem parece doméstica e privada, beirando a intimidade, o que faz surgirem as mais diferentes tintas, tons e nuances.” (EMEDIATIO, 2015, p. 189-190). Dessa forma, as opiniões que circulam na rede ficam entre aquelas que obedecem a algum critério de razoabilidade e, por isso, são mais aceitas, mesmo que não haja um consenso geral, e entre aquelas que são chocantes, desprovidas de filtros e, por isso “ultrapassam os limites do dizível, do aceitável e do razoável.” (*ibidem*).

[...] no *facebook* nem tudo é razoável, e a própria sensação de que se está em um ambiente sem controle parece estimular uma liberdade de opinião jamais vista em ambientes públicos. Os discursos intolerantes são cada vez mais comuns e foi amplificado pela invasão política na rede (EMEDIATO, 2015, p.189-190).

Essa linguagem violenta utilizada no Facebook e nas redes sociais em geral muitas vezes é vista de forma negativa por estudiosos da retórica, como enunciados vazios que em nada contribuem para um diálogo ou para a discussão em prol da solução de um problema — e realmente não o fazem. Entretanto, Amossy (2017), em seu livro

“A apologia da polêmica”, acredita que esse desacordo gerado por dois indivíduos com posicionamentos diferentes não se trata de algo improdutivo. Muito pelo contrário, ela defende que o dissenso tem um papel fundamental na sociedade, mesmo que a princípio não pareça.

Contudo, a autora precisa reconstruir os processos históricos dentro de outras áreas do saber, como a filosofia, a sociologia e a ciência política, para demonstrar sua tese, pois o dissenso sempre foi visto como algo negativo na tradição aristotélica dos estudos da retórica argumentativa. Por mais que o dissenso sempre tenha sido considerado de extrema importância para a democracia, a retórica defende que é necessário encontrar, “através da interação verbal, uma resposta comum que permita ultrapassar as diferenças e chegar à decisão e à ação coletivas.” (AMOSSY, 2017, p. 19). Entretanto, não é apenas o *logos*, a fala como discurso e razão, que ocupa espaço central na argumentação a fim da busca de resposta comum. O *ethos* (imagem de si do orador) e o *pathos* (capacidade de despertar emoções no auditório) já tinham um lugar relevante na retórica de Aristóteles para o convencimento do outro.

Os termos cunhados por Aristóteles — *ethos*, *pathos* e *logos* — sempre estiveram presentes nos estudos da retórica e foram desenvolvidos ao longo do tempo, entretanto, o dissenso continuou sendo considerado um mal a superar, mesmo na nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Isso fica claro quando os autores do “Tratado da Argumentação” diferenciam o debate (o diálogo erístico) da discussão (a deliberação racional): nesta, uma maneira de buscar a verdade através da argumentação, a busca do consenso de ideias; naquele, uma forma de triunfar com suas próprias teses, sem aceitar nada do outro. (AMOSSY, 2017)

Enquanto a discussão se funda em uma abordagem racional e honesta que ‘deveria levar a uma conclusão inevitável e unicamente aceita’, o debate, segundo a nova retórica, repousa sobre um engajamento parcial e tendencioso que não busca convencer o outro em uma interação verbal, mas derrotá-lo (AMOSSY, 2017, p. 23).

Amossy (2017) relata que pesquisadores ligados à lógica informal, ramo da filosofia que estuda os argumentos e os tipos de argumentos para entender como funcionam os discursos em língua natural, também desenvolveram trabalhos que concernem ao estudo do diálogo erístico. Entre eles, a autora traz Douglas Walton, para

quem o diálogo erístico é “uma interação altamente conflituosa, em que cada um tenta proferir golpes contra o outro, atacando o outro, para feri-lo ou para humilhá-lo” (*idem*, p. 25), ou seja, trata-se de uma disputa que não busca a verdade, mas que apenas expressa queixas e reclamações contra seu interlocutor.

Outro pesquisador dessa mesma linha é Robert Fogelin, que foi quem cunhou o termo *deep disagreements* (desacordos profundos) para descrever desacordos incapazes de serem resolvidos por uma abordagem racional. De acordo com Amossy (2017), esse autor afirma que “a comunicação argumentativa normal implica um conjunto de crenças compartilhadas e um acordo de base sobre os procedimentos de resolução de desacordos. Na ausência dessas condições, a argumentação se revela impossível.” (*idem*, p. 30). Dessa maneira, o desacordo profundo acontece a partir de uma incompatibilidade entre os princípios subjacentes dos dois interlocutores.

Em oposição ao que julgava Fogelin, Marc Angenot (*apud* AMOSSY, 2017) afirma que esse tipo de discussão que não chegam a um acordo não é exceção nas argumentações, mas a regra, como por exemplo as polêmicas filosóficas, públicas e políticas que jamais levam a uma conclusão compartilhada. Segundo ele, esse tipo de discussão é:

[...] uma categoria de desacordos insuperáveis porque as próprias regras da argumentação e os pressupostos fundamentais quanto ao que é ‘racional’, ‘evidente’, ‘demonstrável’, ‘cognoscível’ não formam ou não formam mais uma base comum. [...] os adversários de ideias acabam por se ver, uns aos outros, como ‘loucos’ (AMOSSY, 2017, p. 31).

Após trazer as reflexões dos pesquisadores da lógica informal a fim de mostrar que o discurso polêmico, aquele que gera um dissenso grave, não visa a uma solução de problema, pois ela não é possível nesse cenário, Amossy (2017) traz discussões de outras áreas, como a sociologia e a ciência política, que defendem o dissenso como um valor positivo para a sociedade, para poder pensar essa valorização no âmbito da retórica argumentativa.

A autora apresenta George Simmel, em cujo livro “*Conflit*”, defende que a discórdia é funcional para os grupos sociais uma vez que “as forças convergentes e divergentes estão sempre em interação, criando uma dinâmica que é fonte de vida” (AMOSSY, 2017, p. 33), ou seja, o que constitui um grupo é a interação entre o negativo

e o positivo. Baseado nesta ideia, Lewis A. Coser distingue “o conflito propriamente dito”, o qual ele chama de conflito realista, das “atitudes hostis como predisposições” (*idem*, p. 34). Segundo Amossy (2017), para este sociólogo,

Os conflitos realistas fazem parte de todos os sistemas sociais, na medida em que os grupos sociais aderem a valores antagônicos e na medida em que há necessariamente luta para a apropriação de recursos limitados e luta pelo poder. Nesse sentido, o conflito é necessário às mudanças sociais (AMOSSY, 2017, p. 34).

Amossy (2017) traz para a discussão, por fim, a cientista política Chantal Mouffe que não só reafirma a importância do dissenso, mas também critica o enaltecimento do consenso nas relações sociais.

Ela [Mouffe] mostra que o ‘pluralismo agonístico’ (*agonistic pluralism*) não ameaça a democracia, mas é, na realidade, uma de suas condições de existência. [...] Na verdade, o que permite a democracia é mesmo ‘o reconhecimento e a legitimação do conflito’ e ‘a recusa em reprimir pela imposição de uma ordem autoritária’. A visão utópica da sociedade como uma unidade orgânica cede lugar a uma visão de pluralidade de valores. (AMOSSY, 2017, p. 35)

Parece, então, segundo a cientista política, o dissenso é constitutivo da sociedade. Ela se pergunta como a sociedade funcionaria dessa forma sem acabar em total desordem e violência. Para Mouffe, é “a capacidade do dinamismo democrático de transformar o inimigo em adversário” (*idem*, p. 36). Ela explica que o inimigo é alguém que precisa ser vencido, erradicado, enquanto que o adversário é, apesar de um opositor, alguém a quem não questionamos o direito de defender suas ideias. Dessa forma, é possível aos adversários, quando reconhecem um ao outro como indivíduos com ideias contrárias e visões de mundo diferentes, conviverem em sociedade, mesmo que nunca cheguem a um consenso de suas ideias.

Ainda no campo da filosofia, mais especificamente da pragmatialética, Amossy (2017) apresenta a teoria das controvérsias de Marcelo Dascal. Para o autor, o confronto de ideias é essencial à sociedade pois é ele que gera a compreensão e o saber. Para demonstrar sua tese, Dascal propõe uma tríplice distinção entre discussão, disputa e controvérsia. A discussão se trata da diferença de opinião advinda de um erro que pode ser corrigido, ou seja, é possível chegar à solução de um conflito. A disputa, totalmente

oposta à discussão, se trata da diferença de opinião baseada em “uma preferência, um sentimento, uma atitude”; por não ser pautada em um erro, não pode ser corrigida e, dessa forma, não pode conduzir a um acordo, embora possa ser dissolvida. Por fim, a controvérsia é o meio-termo, o equilíbrio, pois por mais que haja divergências profundas e não existam formas para se resolver os conflitos, os indivíduos defendem sua posição de forma sensata, pautados na razão. Por isso, diferentemente das discussões que conduzem a uma solução incontestável e das disputas que acabam dissolvidas com o tempo, as controvérsias levam a uma resolução do conflito. Entretanto, as últimas “tendem a ser longas, abertas, não conclusivas e ‘recicláveis’ no curso da história” (DASCAL *apud* MAINGUENAU, 2010, p. 195) pois nunca são localizadas em apenas um contexto histórico: “[a controvérsia] pode começar por um problema específico, mas ganha rapidamente outros níveis e outras questões” (*ibidem*).

A partir daí, Dascal, juntamente com Amnon Knoll (*apud* AMOSSY, 2017, p. 40), demonstra que o que impede as disputas de se tornarem “objeto de uma argumentação razoável no espaço público” é o “fato de colocarem em jogo sistemas de valores e visões de mundo divergentes”. O problema, no entanto, que impede uma polêmica pública de chegar a uma solução razoável é a dicotomização de posições, ou seja, a divisão de assuntos sociais complexos em apenas dois lados. Para resolver impasses dessa magnitude, os autores sugerem que se encontrem procedimentos de desdicotomização, uma maneira de retirar as polêmicas públicas do campo da disputa e transferi-las para o campo das controvérsias, onde seria possível se chegar a uma resolução de fato.

Abrimos um parêntese para perguntar: seria a questão da homossexualidade uma controvérsia no Brasil? Tratada diferentemente em diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades, parece que a discussão sobre o tema não cessa no âmbito brasileiro. Alguns (talvez muitos) direitos já conquistados pela comunidade LGBT ao longo das últimas décadas ainda não parecem suficientes para mostrar que os vários espectros da sexualidade humana são normais; há ainda uma grande parte da sociedade brasileira que não compartilha esse mesmo posicionamento.

Retomando à Amossy (2017), para defender sua tese sobre o lado benéfico do dissenso, a autora adentra no campo da retórica quando traz a abordagem de Chistian

Kock sobre o tema. Segundo este autor, “o dissenso é parte integrante da vida pública regida pela argumentação prática, que se deve diferenciar claramente da argumentação teórica.” (*idem*, p. 40)

O autor bate de frente com as abordagens (como as da lógica informal ou da escola da pragmatialética) que defendem a ideia de que uma discussão racional é passível de resolver diferenças de opinião. Quando se trata de decidir sobre o curso de ação preferível — e não sobre uma verdade —, o raciocínio se baseia em valores que são, por definição, variáveis, contraditórios entre si e, além disso, hierarquizados de forma diferenciada. As razões dadas a favor e contra a proposição podem ser, ao mesmo tempo, válidas, de modo que é o peso particular que é acordado por uns ou por outros que faz a balança pender para um lado ou para o outro. [...] Nessas condições, na argumentação prática, centrada na ação e não na verdade, não só um consenso não é necessariamente obtido pelo recurso a meios racionais, mas também o *dissenso* não é ‘uma anomalia a corrigir’ (AMOSSY, 2017, p. 41-42).

Dessa forma, Amossy (2017) defende que é preciso gerir os conflitos sociais, as divergências de opinião por meio do dissenso. Isto é, se faz necessária a manutenção dos diferentes posicionamentos em diversos discursos, não a fim de encontrar um acordo entre eles, mas para assegurar a pluralidade, logo os direitos democráticos, de todos os indivíduos da sociedade.

Para defender sua tese de que o desacordo é saudável à sociedade, a autora analisa os registros polêmicos em diferentes esferas discursivas, sobre diferentes temas, mas não sem antes definir o que é a polêmica. Nosso objetivo, após apontar algumas definições, assim como fez a autora, é apresentar as publicações que geraram os comentários a serem analisados a fim de reconhecer nelas a estrutura do registro polêmico e como elas suscitam o diálogo (ou seria melhor o trílogo?).

1.4 REGISTRO POLÊMICO E VIOLÊNCIA VERBAL

Como vimos na seção anterior, o dissenso é uma ferramenta importante para a manutenção da democracia na sociedade. Porém, ele continua sendo positivo mesmo quando as discussões apelam para uma linguagem violenta? Amossy (2017) defende que sim: quando a violência verbal é utilizada em discursos polêmicos, esta lhe confere um caráter mais exagerado, o que torna as discussões ainda mais veementes. Entretanto,

o que é o discurso polêmico e quais são as características da violência verbal? É o que procuramos detalhar nesta seção para podermos olhar para as publicações que compõem o corpus deste trabalho de maneira mais crítica.

Faz-se indispensável ressaltar que as discussões nas redes sociais, inclusive no Facebook, são geradas, na maioria das vezes, a partir de polêmicas. Não há, entretanto, como afirma Emediato (2015), muita regulamentação jurídica para essas discussões, o que permite o uso de uma linguagem violenta nas argumentações, diferente do que ocorreria num debate televisivo ou mesmo num texto de jornal.

Se, de um lado, as argumentações jornalísticas e políticas se submetem a diferentes princípios de regulação [...], as argumentações [...] nas redes sociais, em geral, se submetem apenas à ética pessoal, quando o fazem, pois há ainda pouca regulamentação jurídica nesse campo, o que favorece a liberdade de expressão e a violência sistemática das regras da discussão heurística (EMEDIATO, 2015, p. 182).

A polêmica, para Amossy (2017, p. 49), se trata de “um debate em torno de uma questão da atualidade de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura.” Além dessa simples definição, a autora caracteriza a polêmica através de três marcas: (i) ela comporta uma oposição de discurso, ou seja, um embate de teses antagônicas; (ii) ela apresenta uma oposição de papéis, isto é, a polarização do discurso que estabelece um “nós” contra “eles”; e (iii) trata-se de um espetáculo oferecido aos espectadores, isto é, àqueles que estão fora da interação polêmica, que ainda não tomaram partido por nenhum dos lados.

A oposição de discurso, segundo a autora, é “a atividade que consiste em trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa” (*ibidem*). Entretanto, a oposição está além de um simples debate, pois está muito mais relacionada a dois polos distintos na sociedade. Não se trata aqui de uma discussão sobre “meu” ponto de vista contra o “seu”, pois estes pontos de vista são visões de mundo cindidas em dois grupos. De acordo com Maingueneau (*apud* AMOSSY, 2017, p. 54-55), “a polêmica necessita de um espaço discursivo com dois polos, ou seja, uma tabela restrita de categorias semânticas, repartidas em pares de oposição.” Essa polarização seria, por exemplo, o embate político entre direita e esquerda, como também entre os preconceituosos e os não preconceituosos: nas discussões polêmicas, não há meio termo e os lados opostos

não podem se entender. “Em resumo: *a polêmica que trata de questões de interesse público é uma gestão verbal do conflitual, caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca por um acordo.*” (AMOSSY, 2017, p. 55, grifo da autora).

A segunda marca da polêmica é a oposição de papéis. Isso significa que os embates polêmicos não opõem pessoas, mas os papéis que elas desempenham durante a discussão: um que defende uma posição, o Proponente, um contrário a essa posição, o Oponente, e o terceiro, o espectador do embate, o qual, veremos, tem um papel fundamental nesta relação. Como veremos no capítulo 3, estes papéis que desempenham funções na discussão estão fortemente ligados à noção de sujeitos na Análise do Discurso (AD) que, nos discursos, desempenham funções de acordo com suas inscrições em Formações Discursivas (FDs) e Formações Ideológicas (FIs) — para a AD, o Proponente é um sujeito inscrito em FDs e FIs opostas às do sujeito Oponente. Independentemente do aporte teórico, é a partir desse embate de ideias contrárias que se cria uma polarização:

[A polarização] realiza reagrupamentos em campos adversos entre os participantes; ela não é de ordem puramente conceitual, mas social. A polarização não apresenta apenas uma divisão em branco/preto, direita/esquerda — ela põe também um “nós” diante de um “eles”. [...] Em suma, a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis. Trata-se de aderir a um grupo constitutivo de uma identidade ou de apresentar as coisas de modo a que aqueles que se sentem, de início, solidários a um dado grupo mobilizem-se em favor da tese que o reforça (AMOSSY, 2017, p. 56-57).

A polarização é difícil de ser solucionada justamente porque os participantes da discussão estão inscritos em dois grupos antagônicos que, como dito antes, não podem se entender. Além disso, não se trata apenas de um agrupamento por identificação, mas também de oposição ao outro: é preciso que haja, além de valores em comum, um inimigo em comum, com valores opostos. E esse inimigo deve ser deslegitimado, desacreditado, vencido no confronto polêmico.

Por fim, o conflito polêmico não é a tentativa do Proponente tentar convencer o Oponente de suas teses, uma vez que isso se torna impossível num embate antagônico polarizado, com os papéis de cada lado bem definidos. Por isso, o conflito polêmico está

muitas vezes direcionado ao Terceiro, o espectador: é a ele que se tenta persuadir enquanto se dialoga para eliminar o Oponente.

Sem dúvida, ela [a polêmica] não deixa de persuadir, mas é sempre o Terceiro que é levado a aderir ao ponto de vista, e não o adversário. No caso mais frequente, o polemista trabalha de maneira a persuadir aqueles que pensam como ele — uma missão que, contrariamente àquilo em que se poderia acreditar, não é em vão, pois em uma disputa no tocante às questões da sociedade, é preciso sempre reforçar o grupo daqueles que estão em um mesmo campo, impedir que eles não caiam na indiferença e que isso ative sua hostilidade contra a posição combatida e o grupo que a sustenta (AMOSSY, 2017, p. 99-100).

Não é preciso estar diante de um debate eleitoral na televisão, por exemplo, para saber que há discursos que não se dirigem para um interlocutor direto (L2), mas para um interlocutor indireto (L3). Em um conflito polêmico, o sujeito que enuncia faz isso sem perceber, uma vez que ele está sujeito às regras discursivas da língua. Dessa maneira, se pensarmos num esquema de locutores e interlocutores em que [L1] é o grupo do Proponente, [L2] o grupo do Oponente e [L3] o Terceiro, o espectador, a polêmica é um discurso enunciado por [L1] para dialogar — no sentido de troca discursiva, não de um diálogo comum — somente com [L1], num movimento de reafirmação, e [L3], num movimento de persuasão, ao passo que tenta apagar a existência de [L2] ao contestar suas teses. Logo, o discurso polêmico “é, por definição, dialógico, no sentido que dialoga com os discursos antecedentes, aos quais se opõe, mas ele não é dialogal, já que não há interação direta com o adversário.” (AMOSSY, 2017, p. 72)

A partir dessas três características da polêmica, Amossy (2017) afirma que a polêmica pública, pautada em discursos que circulam no espaço público, estabelece blocos de argumentos, isto é, “conjuntos de argumentos mais ou menos articulados que se dividem em discurso e contradiscurso” (*idem*, p. 98). Ainda, segundo a autora:

No plano dos discursos que circulam no espaço público (o plano da enunciação no qual é permitido ouvir os atores), encontra-se uma disseminação incessante e até um pouco anárquica da fala polêmica. É necessária a intervenção de uma reconstrução *a posteriori* para que esses discursos múltiplos e diversificados se dividam claramente em posições antagônicas em que se confrontem os contra e os a favor. Atinge-se, assim, o plano actancial em que só pode acontecer um diálogo virtual entre duas entidades abstratas — um Proponente e um Oponente. É aí que tomam forma e se solidificam, ou até se cristalizam, os blocos de argumentos. [...] Esses

blocos de argumentos configuram e resumem uma oposição estrutural (AMOSSY, 2017, p. 101-102).

Maingueneau (2010, p. 192), nesta mesma linha, não fala de blocos de argumentos, mas afirma que o discurso do polemista é autorizado por “um princípio superior (Deus, a Pátria, a Razão, a Arte etc.)” que deve ser reconhecido por um grupo de pessoas, não somente por um indivíduo. Assim, “O polemista inscreve-se na filiação de um poder superior, a ele e a todos, que não precisa justificar. Se tivesse de fazê-lo, toda a força ilocucionária seria diminuída, se não anulada” (*ibidem*). Ou seja, esses blocos de argumentos não precisam ser sempre justificados já que fazem parte de um interdiscurso compartilhado por todos os envolvidos em uma polêmica; eles são apenas retomados e repetidos.

Maingueneau (2010), inclusive, considera a polêmica como um registro³, o qual chama de registro polêmico. Para ele, este registro comporta três faces (uma enunciativo-pragmática, uma sociogenérica e outra semântica) às quais cada analista do discurso decide dar maior ênfase em sua análise.

Percebemos que Amossy (2017) está bastante inscrita na primeira, pois essa face trata de “um dispositivo de interação que se traduz por estratégias de integração/desqualificação do adversário, que deixam muitos traços no enunciado” (MAINGUENEAU, 2010, p. 197). Entretanto, as outras duas faces também são levadas em conta por Amossy (2010), embora ela não utilize os mesmos termos.

Pelo viés da face sociogenérica, o enunciado polêmico “decorre de uma prática discursiva historicamente ligada a determinada conjuntura, de certa configuração do interdiscurso, de certo regime de produção e de circulação de enunciados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 197), ou seja, trata-se do caráter temporal da polêmica, que acontece somente em determinada época sob determinadas condições.

Por fim, o enunciado polêmico, sob o viés semântico, “põe em jogo sua própria identidade, ao mesmo tempo pressuposta e construída por cada uma das enunciações

³ Ele prefere utilizar o termo “registro” pois este designa “qualquer conjunto de traços linguísticos regularmente associados em um discurso, mas que não se caracterizam por ocorrerem em um único gênero”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 187). Ainda, apresenta a citação de Halliday para corroborar sua afirmação: “The notion of register is thus a form of prediction: given that we know the situation, the social context of language use, we can predict a great deal about language that will occur, with reasonable probability of being right.” (HALLIDAY *apud* MAINGUENEAU, 2010, p. 188)

que pretendem ser sustentadas a partir dela” (*ibidem*). Isto significa dizer que o debate de ideias está relacionado também à identidade dos adversários, ou seja, para que de fato a polêmica exista, “é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar percebam tais ou tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 195-196).

Assim, quando as polêmicas tomam determinada forma em um momento dado da história, é possível analisar os discursos e encontrar os blocos de argumentos utilizados pelos dois lados do confronto, o que se aproxima muito da noção de formações ideológicas (FIs) no campo da AD, o que mostraremos na seção seguinte a partir da leitura das publicações e dos comentários do Facebook que compõem o *corpus* deste trabalho.

Antes, porém, cabe-nos definir a violência verbal, uma vez que esta é uma constante no discurso, ou registro, polêmico, como afirma Kerbrat-Orecchioni (*apud* AMOSSY, 2017, p. 137): “a polêmica se inscreve num contexto de violência e paixão; a polêmica é um discurso de paixão”. Entretanto, a violência verbal, por mais que seja característica da polêmica, não é um traço que a define por si, isto é, nem todo enunciado que contém violência será um enunciado polêmico e nem toda polêmica será violenta. Como vimos, há outros traços fundamentais que caracterizam e definem o discurso polêmico. Por outro lado, a emoção e a violência acentuam a polêmica:

Se, então, a paixão não for um traço definitivo da polêmica, não é menos verdade que ela contribui para o fenômeno, radicalizando os aspectos mencionados nos debates polêmicos, para questões da sociedade que interpelam fortemente os participantes (AMOSSY, 2017, p. 145-146).

Há teóricos da retórica, como Perelman e Olbrechts-Tyteca (*apud* AMOSSY, 2017) que afirmam que os discursos emotivos são prejudiciais para uma argumentação racional pois o locutor, levado por suas emoções, não se preocuparia com as premissas partilhadas entre ele e seu interlocutor e, portanto, não conseguiria construir uma argumentação que o persuadissem. Contudo, Amossy (2017) defende o contrário: para ela, há sim razoabilidade no discurso emotivo, pois eles são pautados nos blocos de argumentos. Isso significa que não é porque as justificativas não são sempre dadas que

elas não existam; elas estão presentes no interdiscurso, como forma de blocos de argumentos, acessados o tempo todo e partilhados pelos opositores.

Os índices materiais que fornecem uma rede de argumentos explícitos não são sempre tão evidentes. De fato, um discurso polêmico remete necessariamente a um bloco de argumentos [...]. É porque esse discurso polêmico se indexa a esse conjunto de argumentos conhecidos o suficiente para serem repetidos que ele pode se fundamentar na razão, sem explicitamente dar suas razões. [...] Esses blocos de argumentos circulam no discurso político, na mídia e nas discussões correntes, de modo que já são conhecidos do grande público. [...] Não é, portanto, porque o polemista experimenta ou provoca sentimentos de maneira irracional que ele não dá as razões, mas porque essas razões foram elaboradas alhures e existem numa memória discursiva sempre vivaz. Em outras palavras, em um debate público em que as posições antagônicas estão estabilizadas em determinado momento da história de uma sociedade, o discurso passional se apoia em blocos de argumentos que são a parte submersa, e contudo sempre presente do iceberg (AMOSSY, 2017, p. 160-161).

Dessa forma, a violência verbal não caracteriza um discurso como irracional; pelo contrário, ela contribui para fortalecer uma polêmica sem que os interlocutores tenham que, necessariamente, retomar todos seus os argumentos a todo instante. Amossy (2017, p. 169-172) define sete características da violência verbal para que ela seja reconhecida em um discurso polêmico. São elas: (1) a presença de uma forte pressão para impedir o outro de se exprimir ou de expor o seu ponto de vista; (2) o ponto de vista do outro é totalmente desconsiderado; (3) o polemista ataca a pessoa do Outro, não somente seus argumentos; (4) o ponto de vista, a entidade ou a pessoa do Oponente são assimilados ao Mal absoluto, ou seja, algo a ser eliminado; (5) a violência está ligada ao *pathos* na medida em que o polemista exprime sentimentos violentos; (6) uso de insultos; e, (7) o polemista incita a violência contra o outro.

Em seguida, apresentaremos as publicações do Facebook e os comentários gerados por elas, ressaltando suas características polêmicas e, por vezes, violentas, para que possamos mostrar a complexidade do debate em torno da homossexualidade no Brasil.

1.5 PUBLICAÇÕES POLÊMICAS: PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

A questão da homossexualidade e da homofobia tem sido bastante discutida na sociedade brasileira atualmente, presente em temas como a liberação do casamento gay, a possibilidade de adoção de crianças por casais homoafetivos, ou a existência de uma “cura gay”, apelido dado a um projeto que circulou no congresso federal em 2017 e que tinha o objetivo de permitir a psicólogos tratarem homossexuais que quisessem se livrar desta condição. Além do mais, não só instituições sociais como a Escola têm procurado difundir conhecimento sobre a questão para diminuir a intolerância aos homossexuais, como também a própria mídia tem feito seu papel.

Na última década, a TV brasileira já deu visibilidade a relacionamentos homossexuais por meio de suas telenovelas sem torná-los estereotípicos, como costuma fazer em seus programas de humor. O primeiro beijo gay em uma novela brasileira foi protagonizado pelas atrizes Alinne Moraes e Paula Picarelli na novela “Mulheres Apaixonadas”, exibida pela rede Globo em 2003. Por mais que a cena não passasse de um selinho entre as personagens, o fato foi considerado um grande avanço. Dois anos depois, o último episódio da novela “América” prometia o beijo entre os personagens Junior, interpretado por Bruno Gagliasso, e Zeca, Erom Cordeiro; entretanto, embora o beijo tenha sido filmado, sua exibição foi vetada pela emissora. Foi só em 2014 que o primeiro beijo gay masculino foi ao ar na Rede Globo, três anos depois da emissora concorrente, SBT, mostrar o beijo entre duas mulheres. É neste contexto que analisaremos os comentários produzidos por publicações que compartilharam a cena da novela “Liberdade, Liberdade” — de 2016. Nessa novela, a emissora foi mais longe e não mostrou apenas um beijo, mas dois homens nus na cama trocando carícias durante um ato sexual.

A primeira publicação que trazemos é uma postagem da página do Facebook do jornal *Estadão*. A página compartilhou, no dia 20 de dezembro de 2016, a notícia de sua própria página online (emails.estadao.com.br): “Aluno do ITA protesta de salto alto e vestido vermelho durante colação de grau” e ainda escreveu na postagem o mesmo subtítulo da notícia: “Objetivo de Talles era se opor a homofobia na Instituição da Aeronáutica”. A postagem já gerou mais de 45 mil reações (entre as mais usadas: “curtir”, “amei” e “grr”, respectivamente), cerca de 4,4 mil comentários e mais de 5 mil compartilhamentos.

Figura 1: Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto

Estadão
20 de dezembro de 2016 · 🌐

Objetivo de Talles era se opor a homofobia na instituição da Aeronáutica (via Emais Estadão) #Estadao



Aluno do ITA protesta de salto alto e vestido vermelho durante colação de grau

EMAIS.ESTADAO.COM.BR

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍❤️😬 45 mil Comentários mais relevantes ▾

5.277 compartilhamentos 4,4 mil comentários






Fonte: ESTADÃO (2016)

O jornal não julga a atitude do aluno por meio de adjetivos ou advérbios explícitos, portanto não podemos afirmar se ele achou essa atitude positiva ou negativa. Entretanto, a utilização de determinados vocabulários insere esses enunciados em uma formação discursiva (conceito abordado com mais profundidade no capítulo 3) a favor do movimento LGBTQ+. É o caso do verbo “protestar”, utilizado largamente nos movimentos sociais para se referir à reivindicação de direitos. Além disso, está claro na publicação escrita pela página do Facebook que o objetivo do aluno era “se opor a homofobia” — nomear o tipo de preconceito, acompanhado do verbo “opor-se” insere este enunciado, logo esse discurso, numa formação discursiva a favor do protesto.

Metodologicamente, decidimos ler apenas as primeiras dezenas de comentários feitos à publicação, uma vez que consideramos que a leitura de tantos comentários seria não só fatigante e exaustiva, como também pouco produtiva. O Facebook tem um algoritmo que faz com que os comentários sejam mostrados por ordem de relevância; dessa forma, os primeiros que aparecem são geralmente os mais curtidos e mais respondidos e, também por isso, escolhemos ficar apenas nas primeiras páginas.

Já a partir desses primeiros comentários, é possível perceber a discussão polêmica que os comentários geram. Como propõe Amossy (2017), há dois grupos antagônicos na polêmica; neste caso, um grupo que defende a atitude de Tales e outro que a repudia. Observemos:

Figura 2: Comentários a
 “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.1

- (I)  **Filipe Lima Ferreira** Que ridículo! ...
 A ocasião requeria um vestido longo.  12 mil
 Curtir · Responder · 1 a
 ↪ 432 Respostas
- (II)  **Hyago De Souza Oliveira** O objetivo é aparecer, apenas isso. Faltou respeito à instituição e à formalidade que esses eventos exigem... faltou bom senso!
 4,8 mil
 Curtir · Responder · 1 a · Editado
 ↪ Ver respostas anteriores
- (III)  **Satany França** Falta de respeito é a homofobia, o racismo, a violência psicológica e o abuso de autoridade que existe nessa instituição. Muito válido o protesto dele.
 138
 Curtir · Responder · 1 a
 ↪ Ver mais respostas
- (IV)  **Mariana Baldo** Que idiota! As pessoas precisam entender que não são obrigadas a nada. Ninguém obrigou ele a estudar numa instituição militar, ele optou por uma instituição assim e deve respeito aquilo que ele representa!
 1,6 mil
 Curtir · Responder · 1 a · Editado
 ↪ 94 Respostas
- (V)  **Rafael Rodrigues** Total falta de respeito com a Instituição e com todos os presentes. Essa geração está sendo um fracasso retumbante.
 6,7 mil
 Curtir · Responder · 1 a
 ↪ Ver respostas anteriores
- (VI)  **Vinícius Faveri** O cara passa no vestibular mais difícil do país, consegue se formar, tem a coragem de contestar códigos morais defasados daquela instituição na própria formatura, e representa fracasso? Realmente...
 3,5 mil
 Curtir · Responder · 1 a
 ↪ Ver mais respostas
- (VII)  **Gabriel Faria** "Essa geração está sendo um fracasso retumbante". Fracasso é quando um homem de vestido gera mais indignação do que o machismo e a homofobia existentes no instituto
 883
 Curtir · Responder · 1 a · Editado
 ↪ 32 Respostas

Fonte: o autor (2018)

O comentário mais relevante se inscreve no primeiro grupo, ironizando a situação: ele inicia seu comentário enunciando “que ridículo”, o que levaria qualquer leitor a crer que ele estivesse no grupo que repudia as atitudes do aluno do ITA. No entanto, o enunciado seguinte tece uma avaliação em relação ao tipo de formalidade do evento e como o aluno não seguiu uma norma adequada de etiqueta — um estereótipo imputado aos homossexuais — pois estava de vestido curto ao invés de longo. Seu enunciado é frívolo e zomba da matéria de forma irônica, o que o inscreve ao lado dos que defendem o protesto.

Já o segundo comentário se inscreve no grupo daqueles que rejeitam a atitude de protesto: “o objetivo é aparecer”, “faltou respeito à instituição”, “faltou bom senso” são enunciados que marcam o descontentamento do locutor perante a situação. Como é possível no Facebook, os comentários podem ser respondidos, e aqui temos uma das respostas feitas a este segundo comentário, demonstrando sua inscrição no outro grupo do debate ao insinuar que “falta de respeito” é “homofobia, racismo etc.” e concluir ao validar o ato de protesto: “Muito válido o protesto dele”.

Apenas neste início, é possível notar a relação de trílogo estabelecida pelos comentários: nenhum deles tem um interlocutor direto (L2) a quem se opor. Embora a resposta ao segundo comentário tenha um L2, ela está muito mais preocupada em fazer avaliações sobre a própria publicação da página e não em estabelecer um diálogo com o comentador acima. Fica muito evidente que os comentários do Facebook, pelo menos os tecidos em páginas grandes, como é o caso do *Estadão*, estão direcionados a um interlocutor indireto (L3), o que é também muito característico da polêmica. Como vimos na seção anterior, o discurso polêmico não procura convencer um interlocutor direto (L2) de que ele tem razão, pois isso seria impossível; seu objetivo é atingir um interlocutor indireto (L3) a fim de persuadir alguém que ainda não está inserido neste debate e possa estar indeciso (AMOSSY, 2017).

No conjunto dos comentários, é ainda possível notar que a maior parte dos comentários mais relevantes se inscreve no grupo que repudia a atitude de Tales. Apenas com a finalidade de fazer um levantamento quantitativo e reafirmar a cisão entre os dois grupos antagônicos, trazemos mais alguns comentários que aparecem na sequência dos mais relevantes:

Figura 3: Comentários a
 “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.2

- (VIII)  **[Redacted]** Essa vontade de querer aparecer tá passando dos limites. Basta usar isso no seu dia-a-dia. No ITA existe protocolo a ser seguido. Quer respeito? Se dê o respeito.
 Curtir · Responder · 1 a  3,4 mil
 ↳ 100 Respostas
- (IX)  **[Redacted]** Realmente, depois disso nunca mais se ouvirá falar em homofobia no ITA.
 Curtir · Responder · 1 a  740
- (X)  **[Redacted]** Chocada com tanto comentário reça! Ridículo é fechar os olhos para o preconceito e para homofobia. Realmente, essa geração de pessoas conservadoras em pleno século XXI é decepcionante!
 Curtir · Responder · 1 a  1,6 mil
 ↳ 126 Respostas
- (XI)  **[Redacted]** Ser gay, não é doença e nem defeito. É opção! Agora imbecis como este, apenas servem para denegrir a imagen de pessoas que realmente lutam por um lugar no meio dessa sociedade cruel. Imbecil!
 Curtir · Responder · 1 a · Editado  455
 ↳ 44 Respostas
- (XII)  **[Redacted]** A melhor forma de protesto é formar-se e ser um profissional de excelência. Trajes, maquiagens, caras e bocas são apenas bizarrices, nada crescem, pois a cerimônia não pedia isso, fica parecendo que confundiu uma formatura com festa à fantasia.
 Curtir · Responder · 1 a  374
 ↳ 22 Respostas
- (XIII)  **[Redacted]** O cara se formou no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, tipo...estudou mto pra tá ali se formando e vc quer decidir o que ele deve usar? vc vai pagar as contas dele? como a resposta é negativa, entonces.....a vida é dele. ELE que tem q viver da forma q ele achar melhor.
 Curtir · Responder · 1 a  257
 ↳ 31 Respostas
- (XIV)  **[Redacted]** Esse conseguiu ser mais retardado que o rei dos retardados, Jeanus Willys.
 Curtir · Responder · 1 a  434
 ↳ 25 Respostas

Fonte: o autor (2018)

Figura 4: Comentários a
 “Estadão: Aluno do ITA protesta de salto alto” pt.3

- (XV)  **Ricardo Brambilla de Macedo** O vestido poderia ter um caimento um pouco mais elaborado... Com alças mais finas e uma barra babada...
 Curtir · Responder · 1 a  285
 ↳ 12 Respostas
- (XVI)  **Micael Gomes** Quebrou a formalidade sim...e daí? E daí que os homofóbicos logo saem de suas jaulas e se entregam no repúdio. Por um mundo menos quadrado e mais humano! 🏳️🔥🏳️🔥
 Curtir · Responder · 1 a  155
 ↳ 13 Respostas
- (XVII)  **Guilherme de Moraes** AFRONTOSA!!! ❤️
 O ITA foi e tem sido homofóbico contra esse rapaz!!!... Ver mais
 Curtir · Responder · 1 a  165
 ↳ 10 Respostas
- (XVIII)  **Francisco Augusto** Vocês aí moralistas de cabeça fechada que acham q esse protesto dele não deu em nada: vcs todos tão comentando aqui e dando lugar à discussão hahah. Missão cumprida! Só achei q o vestido deveria ser longo com um decote bem bafo.
 Curtir · Responder · 1 a  156
 ↳ 6 Respostas
- (XIX)  **Edvania Ferraz** Eu achei um absurdo, a cerimônia exige um vestido longo, sem falar o sapato que não combinou nada. Edit: Isso não é homofobia, né gente, é preconceito, coisas bem diferentes uma da outra.
 Curtir · Responder · 1 a · Editado  78
- (XX)  **Diego de Souza** Acho que com isso a homofobia ganhou mais adeptos, pq essa falta de respeito numa formatura é errado pra qualquer pessoa e ninguém em sã consciência faria uma coisa dessas! Aí o cara já tem uma condição em que o preconceito impera, pega e ainda faz isso, tá pedindo pra ser desprezado e xingado!
 Curtir · Responder · 1 a · Editado  77
- (XXI)  **André Luis Menezes de Souza** Precisa fazer tanto carnaval pra mostrar que eh gay? Puta frescura, desnecessário. Respeita a ocasião e a formalidade, tudo tem hora e momento.
 Curtir · Responder · 1 a  91
 ↳ 2 Respostas

Fonte: o autor (2018)

Não há, dentre esses comentários, nenhum que tente dialogar com o outro grupo com o objetivo de chegarem a um consenso para a questão. Todos estão ali apenas para realçar suas posições e sublinhar suas diferenças, o que os configura como um discurso polêmico. Além disso, embora a linguagem violenta não seja uma constante entre esses comentários, alguns se expressam por meio dela. Podemos categorizá-los de acordo com a proposta de Amossy (2017) para explicitar o funcionamento dessa violência dentro do discurso polêmico, embora não pretendemos esgotar todas as análises possíveis de cada comentário.

No comentário (IV), que se inicia xingando o aluno que estava protestando de “idiota”, a linguagem violenta está marcada porque o enunciador deste comentário ataca a pessoa do outro ao mesmo tempo que usa de um insulto (“que idiota!”), além de pressionar o outro a não exprimir o seu ponto de vista (“ninguém obrigou ele a estudar numa instituição militar”, ou seja, seu protesto não é válido porque ele já sabia as características homofóbicas, diga-se de passagem, da instituição em que pretendia estudar).

O locutor do comentário (XI) inicia seu enunciado como se estivesse inscrito na posição daqueles que defendem o protesto de Tales quando enuncia “Ser gay, não é doença nem defeito”. Entretanto, quando enuncia que ser gay “É opção!”, desta maneira enfática, o locutor se mostra inscrito numa posição oposta, pois aqueles que defendem o protesto não consideram a homossexualidade como uma opção. Então, o comentador marca sua filiação àqueles que condenam o protesto quando inicia a sentença seguinte com “Agora”, para continuar expressando sua opinião de forma violenta. A violência começa com um insulto pessoal ao chamar Tales de imbecil (“imbecis como este” e, no final, simplesmente “Imbecil!”) e parte para a argumentação em prol de desconsiderar totalmente o ponto de vista do outro, pois indivíduos que protestam de vestido e salto alto, segundo este locutor, “apenas servem para denegrir a imagen (sic) de pessoas que realmente lutam por um lugar no meio dessa sociedade cruel”.

Outros comentários também apresentam insultos e ataques à pessoa de Tales (XIV- “ser mais retardado que o rei dos retardados”; XXI- “puta frescura, desnecessário”), mas o mais comum é aparecer uma tentativa de desconsiderar o ponto de vista do Outro por meio de justificativas de como é errado protestar numa instituição

militar (VIII- “No ITA existe protocolo a ser seguido. Quer respeito? Se dê o respeito”; XX- “essa falta de respeito numa formatura é errado pra qualquer pessoa”) e como seria uma forma adequada de protesto (XII- “A melhor forma de protesto é formar-se e ser um profissional de excelência”), mesmo em tom de ironia (IX- “Realmente, depois disso nunca mais se ouvirá falar em homofobia no ITA”).


Por fim, encontramos no comentário (XX) a característica da violência verbal que consideramos a mais grave, a saber, aquela que incita a violência contra o outro, pois o locutor termina o comentário dizendo que o aluno pede para ser “desprezado” e “xingado” por conta de sua atitude de protesto. Além disso, esse comentário desacredita o ponto de vista do outro ao mesmo tempo que o ataca como pessoa ao considerá-lo ‘louco’: “ninguém em sã consciência faria uma coisa dessas!”.

Para encontrar os comentários com o enunciado “não tenho preconceito, mas...” foi necessária uma escavação mais profunda nas páginas e páginas dos comentários: eles são menos frequentes que os comentários não modulados pelo “mas”. Entretanto, eles foram encontrados e pretendemos apresentá-los no capítulo 3, onde serão objetos de análise, pois nos perguntamos se, no debate polêmico, o objetivo dos locutores é apenas ressaltar suas posições, por que alguns deles fariam concessões nas suas argumentações? Não vemos nesses comentários um grau menor de registro polêmico por conta disso. Como afirma Maingueneau (2010, p. 196): “Alguns posicionamentos são destinados a produzir incessantemente textos polêmicos; outros se esforçam, ao contrário, para evitar conflitos, mas tanto em um caso como no outro, este traço é parte integrante de sua identidade.”

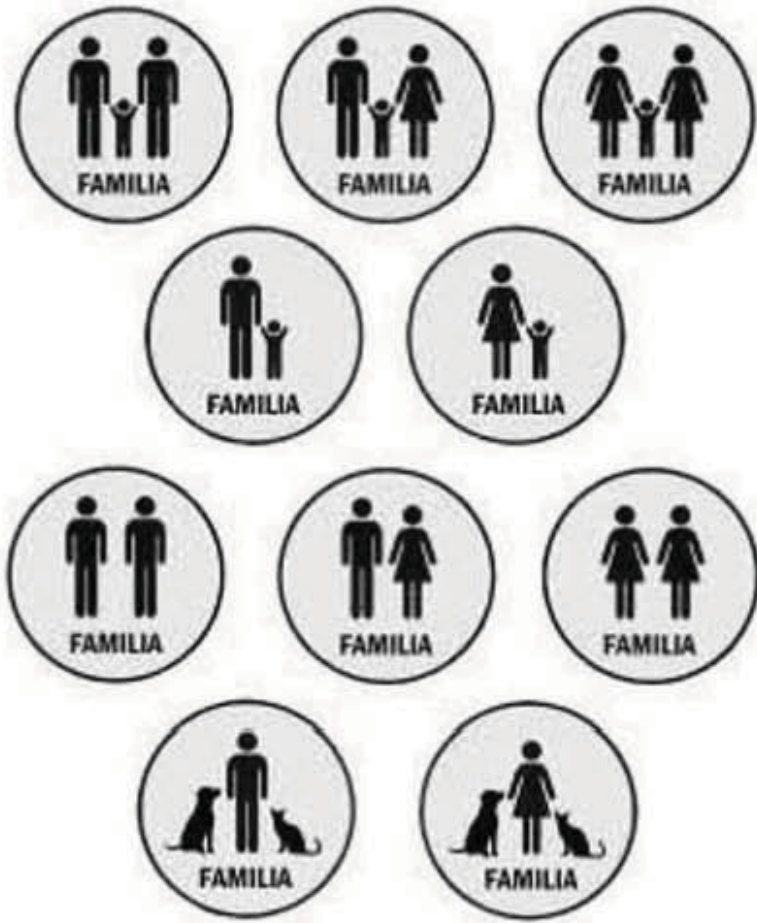
Entretanto, para alcançarmos essa discussão, ainda temos alguns passos a dar, como discutir o funcionamento do “mas”, ponto do qual tratamos no capítulo a seguir, e apresentar as outras publicações que analisamos.




A segunda publicação é uma postagem da página pública de Grazi Massafera, ex-BBB e atual atriz da Rede Globo. Em sua publicação, a atriz convida seus seguidores a se juntarem a uma campanha em prol de mudar o conceito de família tradicional na sociedade: não mais como sendo “pai, mãe e filhos”, mas expandido para as outras configurações de família — com ou sem filhos, pais ou mães solteiros, casais heterossexuais ou homossexuais etc.




Figura 5: Grazi Massafera: Família é onde existe amor

 **Grazi Massafera** 14 de abril de 2016 · 🌐

Família é onde existe amor. ❤️ Segundo o dicionário a definição para família é: grupo de pessoas vivendo em um mesmo teto, especificamente o pai, a mãe e filhos. Você concorda? O mundo mudou, as famílias mudaram e a agora é o dicionário que vai mudar com a nossa ajuda. Participe da campanha www.todasasfamilias.com.br e vamos juntos mudar a definição de família no dicionário Houaiss #todasasfamilias #euapoio #vamosmudar



 Curtir  Comentar  Compartilhar

   2,8 mil Comentários mais relevantes ▾

266 compartilhamentos 132 comentários

Fonte: GRAZI MASSAFERA (2016a)

Assim como a publicação anterior, esta gerou uma polêmica que se materializou nos comentários — com um alcance muito menor do que a publicação do *Estadão*, uma vez que gerou apenas 132 comentários e 2,8 mil reações. Havia os que concordavam com Grazi e os que discordavam dela. Entretanto, nos chamou a atenção que, dos comentários contrários à ideia divulgada pela página, não houve sequer um que questionasse o conceito de família (por exemplo, discordar que uma mãe solteira não poderia ser considerado “família”), os questionamentos se dirigiram apenas à união homoafetiva enquanto uma família. A polêmica, neste caso, acontece ao opor aqueles que defendem famílias formadas por casais homossexuais daqueles que as rejeitam, como nota-se nos blocos de argumentos produzidos pelos comentários.

Além disso, alguns comentários se dirigiam diretamente para a Grazi como um locutor direto (L2). Apareceram enunciados como “Sou super sua fã, mais este seu conceito não apoio”, “vc foi muito infeliz nesse comentário...”, “não é pq vc se separou que vai querer mudar o dicionário me poupe vc grazzi aff” (sic), em que se podem enxergar algumas das características da linguagem violenta, como o ataque à pessoa ao invés do argumento e a ligação com os sentimentos expressos em relação ao outro, principalmente neste último enunciado em que o locutor utiliza as expressões “me poupe” e “aff” para marcar seu total descontentamento com o posicionamento de Massafera. Isso acontece porque, diferente do jornal, Grazi Massafera é uma pessoa com quem se pode dialogar. Embora isso tenha acontecido, é possível perceber que a preocupação não era a de convencer a atriz a mudar de opinião, mas apenas de realçar a inscrição do locutor em uma das posições do embate polêmico. Por mais que esses comentários se dirigissem à Grazi (L2), eles não deixavam de remeter seu conteúdo a um interlocutor indireto (L3).

As polêmicas geradas por essas duas publicações, uma do *Estadão* e outra da Grazi Massafera, corroboram a ideia de que o preconceito maior contra os homossexuais não se trata de *homofobia* — no sentido de medo, ou ódio do indivíduo, mas de *heterossexismo*, conceito que abrange mais largamente o problema pois aponta que este é causado pela institucionalização da sexualidade hétero como padrão.

Não só porque há instituições e práticas, formais e informais, em nossa cultura, que historicamente excluem ou restringem o acesso a certas posições

e situações apenas a heterossexuais (**realidade cujos casos do casamento e do acesso às Forças Armadas ilustram**), como também porque fica patente a supremacia heterossexista no convívio social (RIOS, 2007, p. 42, grifo nosso).

Os exemplos de Rios (2007) para ilustrar o heterossexismo são exatamente os mesmos encontrados nos comentários polêmicos e preconceituosos produzidos para as publicações que apresentamos acima. Grazi Massafera não defende só o casamento gay, mas também as diferentes configurações de família, o que é ainda mais inclusivo; já Tales, o aluno do ITA, protesta contra as Forças Armadas, instituição reconhecidamente heterossexista — além de machista, diga-se de passagem. Fica evidente que o problema com a homossexualidade não é individual: cada um pode fazer as “escolhas” que quiser quanto a sua sexualidade; o problema, para os preconceituosos, é que esta “escolha” saia da vida privada e dê as caras na vida pública, exigindo os direitos de qualquer cidadão.

Poderíamos esgotar a quantidade de postagens para mostrar como acontece o debate polêmico sobre esse assunto, mas este não é objetivo deste trabalho. A passagem rápida pelas postagens, neste momento, tem como finalidade apresentar o debate em torno do qual os comentários foram produzidos para podermos contextualizá-los. Em nossa última análise, no capítulo 3, traremos novas publicações com outros comentários, mas, por ora, passamos na sequência para a discussão em torno do articulador “mas” antes de podermos, de fato, entrar na análise dos comentários que enunciam “não tenho preconceito, mas...”.

2 O ENUNCIADO: “NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS...”

Tyrion Lannister: *I'm not sure what I've done to offend you. I have great admiration for the Night's Watch. I have great admiration for you as First Ranger...*

Benjen Stark: *You know, my brother once told me that nothing someone says before the word "but" really counts.*

Tyrion Lannister: *But... I don't believe that giants and ghouls and white walkers are lurking beyond the Wall. I believe that the only difference between us and the wildlings is that when the Wall went up, our ancestors happened to live on the right side of it.*

— “Lord Snow”. *Game of Thrones* (S01E03)⁴

O diálogo que abre este capítulo acontece entre dois personagens da série *Game of Thrones*, adaptação para a TV da série de livros *A Song of Ice and Fire*, do escritor norte-americano George R. R. Martin. A narrativa, considerada do gênero fantasia, se passa, majoritariamente, nos Sete Reinos, mundo fictício muito semelhante à nossa Idade Média — um ambiente repleto de guerras e conspirações pelo poder.

Esses dois personagens são bastante diferentes: Benjen Stark é um patrulheiro (*ranger*) que vive na Muralha, uma construção milenar cujo objetivo é proteger os sete reinos dos selvagens e de criaturas malignas, os caminhantes brancos (*white walkers*) — que, até este momento da narrativa, não haviam de fato sido vistos por nenhum dos personagens; Tyrion Lannister é um anão, de uma casa nobre, que parece não ter nenhuma função definida na guerra dos tronos e, por isso, viaja até a Muralha como quem está dando um passeio. O que os difere é a crença (ou conhecimento) que eles têm sobre o que há além da muralha. Tyrion, como ficou evidente na citação, é bastante cético e não acredita que existam gigantes ou *white walkers*, enquanto Benjen tem convicção de que eles existem, uma vez que as histórias de seus antepassados não são vistas apenas como lendas.

A questão a que queremos chegar aqui é a fala metalinguística de Benjen ao prever o possível argumento de Tyrion: quando viu que o anão começou a elogiá-lo, logo imaginou que este utilizaria a palavra “*but*” (“mas”) para inserir outro argumento e assim levar seu discurso a outra conclusão. Essa fala de Benjen Stark corrobora a Teoria da Argumentação na Língua, a qual defende que os falantes conhecem os

⁴LORD Snow. **Game of Thrones**. Direção: Brian Kirk. Roteiro: David Benioff, D. B. Weiss. Estados Unidos: Warner Bros. Television Distribution, 2011. 57 min., color. Baseado na ficção “A Game of Thrones”, primeiro livro da série “A Song of Ice and Fire”, de George R. R. Martin.

recursos argumentativos de sua língua e os utilizam quando enunciam. Entretanto, se realmente nada que venha antes do “mas” importa, como alegou o personagem, por que se dizem coisas antes deste articulador? Este é um dos questionamentos norteadores deste trabalho ao se perguntar por que um sujeito enuncia “não tenho preconceito, mas...” se geralmente após o “mas” se seguirá um enunciado preconceituoso. Será que apenas os conhecimentos estruturais da língua foram articulados para fazer essa previsão sobre a fala do outro personagem?

Neste capítulo do trabalho, portanto, analisamos uma parte desses comentários sob a ótica da Teoria da Argumentação na Língua, especialmente em relação ao funcionamento do articulador “mas” que nele ocorre. É importante ressaltar que neste capítulo fazemos apenas análises semânticas dos enunciados e, portanto, não nos preocupamos com o discurso presente nestes. Entretanto, por se considerar a análise semântica insuficiente para responder os questionamentos norteadores deste trabalho, ainda neste capítulo apontam-se problemas a serem explorados mais adiante, numa tentativa de resolução, a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa — doravante AD.

O tipo de enunciado que nos instigou e é o alvo desta dissertação contém duas orações uma das quais introduzida pelo conectivo ‘mas’. Esse conectivo foi tratado como operador argumentativo na teoria argumentativa de Ducrot e é a partir desta teoria, e da discussão dela em outros autores, sobretudo Veras (1989), que propomos as primeiras análises desta dissertação.

A Teoria da Argumentação na Língua (doravante ADL, do francês *l'Argumentation Dans la Langue*), proposta pelos linguistas franceses Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot no início da década de 1980, defende que todo uso da língua é argumentativo, ou seja, que todo enunciado direciona para uma conclusão, pois tem o objetivo de agir sobre o mundo. Isso acontece porque, para os autores, a língua oferece todos os recursos necessários para a argumentação sem precisar recorrer a qualquer tipo de elementos externos a ela.

Dentro dessa perspectiva, os principais estudos desenvolvidos pela ADL versaram sobre os conectivos linguísticos como “portanto”, “logo”, “embora”, “mas”, “até”, etc., uma vez que estes apresentam valores argumentativos em enunciados. Ou

seja, a partir da demonstração de que esses conectivos são responsáveis pela argumentação, a teoria se sustenta ao afirmar que a argumentação está **na língua, dentro** dela.

Embora a teoria de Anscombe e Ducrot venha sendo modificada e tenha passado por três fases até o momento — a saber, a forma padrão da teoria, a teoria dos *topoi* argumentativos e, a mais recente, a teoria dos blocos semânticos —, os pressupostos teóricos e metodológicos continuam os mesmos. O estudo apresentado neste trabalho sobre o conectivo “mas” parte dos pressupostos da primeira fase, a forma padrão da teoria, pois as outras fases, por mais que mantivessem os mesmos pressupostos, se ocuparam de outras questões, deixando o estudo dos conectivos um pouco de lado.

2.1 OS “MAS” NA TEORIA PADRÃO DA ADL

Em 1980, Carlos Vogt e Oswald Ducrot publicaram um trabalho intitulado “De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica”. Nele, os autores discutem o valor argumentativo do conectivo “mas” a partir da evolução do advérbio latino “*magis*” para algumas línguas românicas como português, francês e italiano. Entretanto, o conectivo “mas” do português, assim como “*mais*” do francês e “*ma*” do italiano, não é apenas um; em cada um destes vocábulos nessas línguas estão inscritos dois sentidos diferentes. Esses sentidos podem ser equiparados aos conectivos “*pero*” e “*sino*” do espanhol, ou “*aber*” e “*sondern*” do alemão que, diferentemente do português, do italiano ou do francês, não vieram do advérbio “*magis*”. Para diferenciar esses dois sentidos, os autores empregam a notação **mas_{SN}** para o sentido de “*sino/sondern*” e **mas_{PA}** para o sentido de “*pero/aber*”.

A hipótese de Vogt e Ducrot (1980) é de que a conjunção adversativa “mas” mantém as mesmas características semânticas de estruturas comparativas, do advérbio latino “*magis*” do qual se originou. Os autores explicam que estruturas como *A mais que B* têm forte relação com estruturas *B mas A*: ambas estabelecem uma comparação, assim como também estabelecem a negação de B e, ao mesmo tempo, a sua manutenção. Por exemplo, tomemos as duas afirmações que aparecem no texto dos autores:

(1) Pedro é mais inteligente que João

A mais que B

(2) João é inteligente, mas Pedro é inteligentíssimo

B mas A

A sentença (1) é evidentemente uma comparação, mas os autores querem mostrar que a sentença (2) também é uma comparação: ela compara o grau de inteligência de Pedro e João: se João é inteligente e Pedro é inteligentíssimo, logo Pedro é mais inteligente que João.

Além disso, eles afirmam que é possível um termo ser negado e mantido ao mesmo tempo porque a negação linguística é diferente da negação lógica: ao se negar um enunciado não se postula que ele é falso, apenas que ele não serve para determinada argumentação. Retomamos aqui o exemplo dos autores, para os quais dizer que “Pedro é mais inteligente que João” não significa dizer que João não é inteligente, mas sim que ele é menos inteligente que Pedro. Ao parafrasearmos este enunciado fica mais fácil demonstrar como ele não estabelece uma negação lógica, mas uma negação argumentativa. Em “João **não** é tão inteligente quanto Pedro”, esta negação não nega a inteligência de João, como negaria se a asserção fosse “João não é inteligente”. Por isso, mesmo que B seja negado na comparação, ele é também mantido, uma vez que João não deixa de ser inteligente.

Para Vogt e Ducrot (1980), é justamente a relação de forças entre **negar** e **manter** que diferencia as duas funções de “mas” no português.

Uma delas, o **mas_{SN}**, tem a mesma função do espanhol “*sino*” e do alemão “*sondern*”: ele introduz uma proposição, sempre negativa, com o objetivo de retificar a proposição anterior, como no exemplo “ele não é professor, mas médico”. Ao se fazer essa afirmação, a negação na proposição **p** nega **p'**, que seria uma afirmação de um interlocutor, e a retifica em **q**.

(3) X: Ele é professor.

Y: Ele não é professor, **mas_{SN}** médico.

B *mas* *A*

p' = ele é professor

p = ele não é professor = **neg.** + **p'**

q = ele é médico = **retificação de p'**

Vogt e Ducrot (1980) postulam que esta função do “mas” estabelece uma **negação forte** de B, uma vez que esta proposição é totalmente rejeitada e retificada pela que aparece em A. Entretanto, como a negação linguística não se trata de uma negação lógica, o enunciado B dá certo valor à proposição que ele apresenta só pelo fato de reconhecer a sua existência no discurso do outro, no discurso relatado. Por isso, os autores postulam que a **manutenção** de B, nesse caso, é **fraca**: ela existe, mas a força do argumento é para a retificação.

A segunda função do conectivo, o **mas_{PA}** se assemelha ao espanhol “*pero*” e ao alemão “*aber*”: ele introduz uma proposição que orienta para uma conclusão oposta do que se esperava pela proposição anterior a que é introduzida pelo “mas”, como em: “Esta casa é bonita, mas é cara”, uma vez que “ser bonita” seria argumento para comprá-la, enquanto que “ser cara” é argumento para não a comprar, o que prevalece no final das contas. Justamente por isso não se trata apenas de uma retificação, como no caso do **mas_{SN}**, mas de uma argumentação em favor de determinada conclusão contrária a que se esperaria: ‘comprar a casa’.

Segundo Vogt e Ducrot (1980), o propósito do enunciado *não B, mas_{SN} A* é negar B e, por isso, estabelece uma negação forte. Por outro lado, o tema do enunciado *B, mas_{PA} A* é argumentar a favor da conclusão estabelecida por A, ou seja, não é tanto a negação do enunciado do outro que importa. Vejamos:

(4) Esta casa é bonita, **mas_{PA}** é cara.

p = esta casa é bonita

p → **r** (vamos comprá-la)

q = [esta casa] é cara

q → **~r** (não vamos comprá-la)

p, mas q → **~r** (não vamos comprá-la)

Embora, no exemplo acima, a noção de comparação seja exatamente a noção da orientação argumentativa, em que A sempre prevalece em relação a B, ressalta-se que “[...] o falante declara atribuir mais importância a A do que a B: o resultado global da coordenação vai, então, do ponto de vista argumentativo, no mesmo sentido que A, isto é, ele é orientado para *não-r*.” (VOGT & DUCROT, 1980, p. 120).

Ao perceber ali a qualidade de maior importância apontada pelos autores, fica mais fácil entender a aparente contradição que vem a seguir: por mais que a conclusão do enunciado *B mas A* vá na direção de A, B nunca deixa de ser totalmente excluído: há uma razão para que ele esteja ali.

Escolhendo [...] argumentar no sentido de A e não de B, o falante certamente reconhece uma certa importância a B. Mas, não recorrendo a B senão para fazer sobressair a maior importância de A, ele o priva de toda eficácia. O ato de argumentação efetivamente realizado nega de facto o valor argumentativo que, no entanto, é reconhecido a B (VOGT & DUCROT, 1980, p. 122).

A conclusão dos autores é, então, que B está lá para deixar o argumento de A ainda mais forte: “[... quando] o objetivo do locutor é valorizar A, seu interesse argumentativo é manter uma certa importância para B: quanto mais se der a B, mais se deverá dar a A.” (*idem*, p. 123). Dessa forma, os autores estabelecem que o **mas_{PA}** apresenta uma **negação fraca**, já que este não é objetivo do enunciado, e uma **manutenção forte**, uma vez que quanto mais forte for B, mais forte ainda será A. No exemplo “esta casa é bonita, mas é cara”, quanto maiores forem os atributos positivos que a casa tiver, ou seja, quanto maiores forem os argumentos para comprá-la, maior peso terá o argumento do preço e, portanto, mais forte será o argumento para não a comprar.

Embora a conclusão a que os autores chegaram em relação ao **mas_{PA}** seja bastante plausível, ela parece não se encaixar, em relação à proporção ‘quanto mais B, mais A’, no “mas” do enunciado que pretendemos analisar nesta dissertação — “não tenho preconceito, mas...”, pois de que forma o falante consegue reforçar o seu comentário preconceituoso ao se valer de um enunciado anterior dizendo “não tenho preconceito”? Parece-nos que o que ocorre é o inverso: o falante, neste caso, vale-se de B para amenizar A, ou seja, diz “não tenho preconceito” para não parecer tão preconceituoso em seguida.

2.2 AS NEGAÇÕES EM “MAS_{SN}” E “MAS_{PA}”

Os enunciados dos quais tratamos até então são considerados por Ducrot como polifônicos. Essa noção de polifonia foi apresentada pelo autor em seu artigo publicado em 1984, “Esboço de uma teoria polifônica”. Em poucas palavras, Ducrot (1987) defende que o locutor de um enunciado não é apenas um: a partir da teorização da polifonia de Bakhtin, o autor postula um desdobramento do sujeito na enunciação entre locutor e enunciadores, em que locutor seria a voz predominante do enunciado enquanto que os enunciadores seriam as várias vozes nele presentes.

Ducrot introduziu uma distinção [...] entre locutor e os enunciadores. O *locutor* é aquele que, segundo o enunciado, é responsável pela enunciação. Ele deixa marcas em seu enunciado, como, por exemplo, os pronomes da primeira pessoa. O locutor é capaz de pôr em cena *enunciadores*, dissociando-se com pontos de vista. Ele pode se associar a alguns enunciadores, dissociando-se completamente de outros. É importante sublinhar que todos esses “seres discursivos” são seres abstratos. O que diz respeito ao ser falante real não interessa a Ducrot (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2016, p. 385).

Por exemplo, no enunciado (2) “Pedro é inteligente, mas João é inteligentíssimo” há um locutor que o enuncia, mas há também a presença de dois enunciadores que se opõem no discurso. “Pedro é inteligente” trata-se de um E1 que defende a inteligência de Pedro enquanto que “João é inteligentíssimo” trata-se de um E2 que procura afirmar a inteligência de João em detrimento da de Pedro: João é mais que Pedro. Ducrot (1987) afirma que essas duas vozes estão presentes no enunciado porque o locutor não pode ser responsável, sozinho, pelas duas afirmações, logo, é necessário que haja uma outra voz defendendo uma posição contrária para que o locutor possa refutá-la. No fim das contas, é E2 que prevalece como a posição do locutor.

Assim como enunciados que apresentam **X mas Y** são polifônicos, a negação linguística⁵ também é. Inclusive, foi a partir da observação da negação que Ducrot começou a desenvolver sua teoria polifônica.

⁵ A primeira distinção que Ducrot (1981) faz é entre a negação linguística e a negação lógica: esta, para os lógicos, tem a ver com o valor de verdade de uma sentença, enquanto que aquela se refere à negação no uso da linguagem comum e suas características linguísticas.

[...] uma enunciação negativa se apresenta muito frequentemente como oposta a uma afirmação prévia — que esta tenha sido efetivamente emitida pelo destinatário, ou que se lhe atribua ou que se suspeite que ela a subscreve. Assim, parece difícil anunciar a alguém *Pedro não é primo de Maria*, se ninguém antes tenha pretendido que ele o fosse (DUCROT, 1981, p. 95).

Ducrot (1981), então, categoriza as negações *descritiva*, *metalinguística* e *polêmica*. A primeira corresponde a um enunciado de conteúdo negativo sem que o locutor se oponha a um enunciado contrário, por exemplo quando o locutor constata “o dia não foi bom”. A segunda, é o enunciado de um locutor em oposição ao enunciado de outro locutor, ou seja, opõe dois locutores. Por exemplo, se X afirma “Pedro foi embora” e Y o responde com “Pedro não foi embora, ele está no banheiro”, estamos diante de uma negação metalinguística, pois ela refuta a afirmação de outro locutor. Por fim, a negação polêmica opõe dois enunciadores, e não locutores, com pontos de vistas diferentes. Por exemplo, se X afirma “Pedro não é inteligente”, em seu enunciado está presente a voz de um enunciador (E1) que produz um enunciado positivo “Pedro é inteligente” e outro enunciador (E2) que rechaça seu ponto de vista, “Pedro não é inteligente”. O locutor deste enunciado se identifica com E2, mas precisa reconhecer a existência de um E1 para que possa enunciar.

Com efeito, parece difícil anunciar a alguém “eu não tenho preconceito” se ninguém antes tivesse julgado que se tivesse, ou seja, este enunciado apresenta um E1 que enuncia “você tem preconceito” para que o E2 “eu não tenho preconceito” possa acontecer na língua. Contudo, por mais que Ducrot tenha tratado da negação polifônica, ele não levou em consideração enunciados que apresentassem uma negação em **p** e um **mas_{PA}** em **q**, como acontece com “não tenho preconceito, mas...”. Entretanto, Viviane Veras (1989) discute essas questões em sua dissertação de Mestrado.

Para alcançar a análise de Veras (1989), voltemos antes aos exemplos já tratados aqui por Vogt e Ducrot (1980):

- (3) Ele não é professor, **mas_{SN}** médico.
- (4) Esta casa é bonita, **mas_{PA}** é cara.

Por se tratar de uma retificação, a estrutura de **mas_{SN}** sempre apresenta uma negação gramatical na proposição **p**, o que não acontece com o **mas_{PA}**. Por isso, é possível definir que o **mas_{SN}** se apresenta estruturalmente como “não B, **mas_{SN}** A”. Por outro lado, seria possível postular que o **mas_{PA}** nunca apresenta uma negação gramatical em B, uma vez que se apresenta estruturalmente como “B, **mas_{PA}** A”? Veras (1989) discorre sobre os tipos de negação que aparecem com os dois “mas” e diverge da análise de Vogt e Ducrot em alguns pontos.

(6) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, **mas_{SN}** (é) esperto.

(7) X: Ele não é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, **mas_{PA}** é esperto.

Veras (1989) retoma a análise de Ducrot (*apud* VERAS, 1989) ao afirmar que a negação em (6) é uma negação polêmica porque refuta a afirmação de X — sendo X um outro locutor, presente ou imaginário no discurso —, ao passo que em (7) trata-se de uma negação descritiva, pois já está presente no enunciado de X. Entretanto, a autora discorda desse tipo de negação apontando outro exemplo — que se assemelha muito com o exemplo a ser analisado neste trabalho:

(8) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, **mas_{PA}** é esperto.

Nesse caso, a negação de Y é polêmica, pois refuta o enunciado de X. De acordo com Anscombe e Ducrot (*apud* VERAS 1989), nesse contexto só poderia ocorrer um **mas_{SN}**. Entretanto, Veras (1989) entende que também pode acontecer um **mas_{PA}**. Vejamos sua argumentação:

p' = ele é inteligente
 $p' \rightarrow r$ (ele vai passar no exame)
 $p = \text{neg} + p'$ = ele não é inteligente
 $p \rightarrow \sim r$ (ele não vai passar no exame)
 q = ele é esperto
 $q \rightarrow r$ (ele vai passar no exame)
 $p, \text{mas}_{PA} q \rightarrow r$ (ele vai passar no exame)

Assim, Veras (1989, p. 80) postula que também é possível ocorrer uma negação polêmica com **mas_{PA}** e afirma que “o que determinaria o tipo de **mas** a ser usado não seria um critério distribucional [...] mas as intenções argumentativas do locutor do enunciado *p mas q*”. Se o locutor pretende apenas refutar o enunciado do outro e então retificá-lo, interpreta-se um **mas_{SN}**; por outro lado, se o locutor pretende refutar o enunciado do outro, mas ainda assim argumentar na mesma direção, interpreta-se **mas_{PA}**.

O que acontece, de fato, é que o **mas_{PA}**, quando inserido em um enunciado com uma negação polêmica, nega não o argumento do seu interlocutor, mas a força dele. Ao negar que um indivíduo é inteligente, mas afirmar que ele é esperto não é concluir que ele não passará no exame, pelo contrário, é concluir que ele passará no exame, porém, com menor eficácia.

Quanto ao **mas_{SN}**, Veras (1989) discorda de que ele sempre apareça junto de uma negação polêmica. Ela demonstra que nem sempre ele retifica um argumento, muitas vezes apenas refuta um dos elementos da proposição **p**:

(9) X: Pedro veio de Campinas ontem de manhã.

Y: Ele não veio de Campinas ontem **mas_{SN}** na semana passada.

Ele não veio de Campinas **mas_{SN}** de Salto.

Ele não veio de Campinas ontem de manhã **mas_{SN}** à tarde.

No exemplo acima, a interpretação de refutação pode recair sobre qualquer elemento da proposição em virtude do cruzamento do escopo dos dois operadores: o

‘mas’ e a negação. Sendo assim, Veras (1989) defende que a negação que precede **mas_{SN}** é uma negação metalinguística, ou seja, uma negação que tem por objetivo corrigir o enunciado de um locutor, enquanto que a negação que vem antes de **mas_{PA}** é uma negação polêmica, pois nega não o enunciado do outro locutor, mas a força do argumento dele.

Dessa maneira, na primeira proposição do enunciado — “não tenho preconceito” — há uma negação polêmica e, portanto, dois Enunciadores: um E1 implícito no enunciado que afirma ter preconceito (por conta do funcionamento da negação polêmica) e um E2 que enuncia não ter preconceito. O Locutor, ao enunciar “não tenho preconceito”, assume a voz de E2 para se opor à de E1. Se o enunciado de E1 pode levar à conclusão **r** (E1 é preconceituoso), E2 antecipa esta conclusão **r** e a nega.

(5) [E2 Não [E1 tenho preconceito]], **mas_{PA}** [E3 tenho preconceito]

No enunciado completo, quando o Locutor introduz a sentença com o “mas”, há a presença de mais um Enunciador (E3) com o qual o Locutor se identificará. Por isso, por mais que o locutor antecipa a conclusão de seu enunciado e a negue, a sentença com o “mas” faz com que ele retome a posição negada. Entretanto, ela não é retomada por inteiro, pois a força do argumento foi negada. Ou seja, quando o locutor enuncia “não tenho preconceito, mas...”, ele não parece ter a intenção de negar o argumento de seu interlocutor, mas de negar a força dele, como se afirmasse “sou preconceituoso, mas não tanto”, o que nos leva a crer que estamos diante de um **mas_{PA}**.

2.3 ESCALA ARGUMENTATIVA EM “MAS_{PA}”

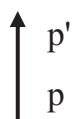
Ducrot (1981) define que dois enunciados **p** e **p'** pertencem à mesma **classe argumentativa (C.A.)** se ambos são argumentos a favor de uma mesma conclusão **r**. Para ilustrar, o autor dá um exemplo bastante simples:

Suponhamos, por exemplo, que a vinda de Pedro e a de Paulo me parecem, tanto uma quanto outra, autorizar a conclusão *A reunião foi um sucesso*. Nesse caso, dir-se-á que para mim, os enunciados *Pedro veio* e *Paulo veio* pertencem

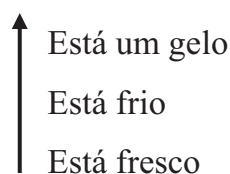
à C.A. determinada por *A reunião foi um sucesso* (DUCROT, 1981b, p.180, grifos do autor).

O autor ainda observa que na semântica argumentativa proposta por ele não se espera que os argumentos sejam tomados como provas, justamente pelo próprio caráter da argumentação: todo argumento pode ser discutido ou rebatido. É a partir dessa ideia que Ducrot (1981, p. 180) defende que um argumento pode “autorizar uma conclusão sem impô-la” e, por isso, é possível definir uma ordem entre os argumentos, elencando os mais fortes e os mais fracos, numa gradação escalar.

Ao estabelecer argumentos mais fortes e mais fracos dentro de uma C.A., Ducrot (1981) chama de **escala argumentativa (E.A.)** essa relação entre eles. Segundo o autor, se os enunciados **p** e **p'** aparecem numa C.A. — ou seja, se ambos enunciados levam à mesma conclusão **r** —, estabelece-se que **p'** é mais forte que **p**; logo, enunciar **p** para uma conclusão **r** implica que se aceite também concluir **r** de **p'**, mas não o inverso. Em outras palavras, quando um locutor assume o argumento mais fraco para determinada conclusão, pressupõe-se que o argumento mais forte também funcionaria para chegar à mesma conclusão. Ducrot (1981), portanto, propõe a seguinte formulação: “Diremos que o enunciado *p'* é mais forte que *p*, se toda classe argumentativa que contém *p* contém também *p'*, e se *p'* é nela, cada vez, superior a *p*.” O autor representa isso da seguinte forma, mais visual:



Para defender essa postulação, Ducrot (1981) apresenta diversos exemplos de como as escalas funcionam, um deles trata dos adjetivos de temperatura. Segundo ele, enunciados para se dizer que a temperatura está fria e a partir disso se concluir alguma coisa como, por exemplo, “feche a janela” podem ser colocados numa mesma escala:




Isso significa dizer que o enunciado “está um gelo” é mais forte para se alcançar a conclusão “feche a janela” do que o enunciado “está frio”. Dessa forma, “[...] toda conclusão autorizada por um enunciado ‘fraco’ de uma escala, é autorizada ainda melhor por um enunciado ‘forte’ dessa escala” (DUCROT, 1981b, p. 185).

Essa análise dos adjetivos de temperatura pode ser expandida para outros tipos de adjetivos. Retomemos um exemplo anterior:

(8) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, mas_{PA} é esperto.

Nos enunciados acima, são colocados na mesma C.A. os adjetivos “inteligente” e “esperto”, ambos argumentos a fim de orientar para a conclusão “ele vai passar no exame”. Logo, eles fazem parte da mesma E.A, em que ser “inteligente” é um argumento mais forte para conclusão do que ser “esperto”:


 Ele é inteligente
 Ele é esperto

Sendo assim, um locutor que afirme “ele é esperto” para a conclusão “ele vai passar no exame” leva em conta que o enunciado “ele é inteligente” também levaria à mesma conclusão, até com mais força. Portanto, é justamente isso o que um enunciado com **mas_{PA}** precedido por uma negação polêmica faz: ele não nega a conclusão, mas a força do argumento para chegar a ela.

Contudo, ao se negar a força de um argumento, não será negada também sua conclusão? Não necessariamente. Voltemos ao exemplo (8) mais uma vez, porém, com uma pequena modificação na última parte da análise: tanto a conclusão de **q**, quanto de **p**, **mas_{PA} q** passará a ser **r'**.

(8) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, mas_{PA} é esperto.

p' = ele é inteligente

$p' \rightarrow r$ (ele vai passar no exame)

$p = \text{neg} + p'$ = ele não é inteligente

$p \rightarrow \sim r$ (ele não vai passar no exame)

q = ele é esperto

$q \rightarrow r'$ (ele vai passar no exame, com menor eficácia)

$p, \text{mas}_{PA} q \rightarrow r'$ (ele vai passar no exame, com menor eficácia)

Dessa forma, o mas_{PA} mostra que a E.A. estabelecida entre p' e q não leva exatamente à mesma conclusão, pois a conclusão estabelecida por q é mais fraca do que a estabelecida por p' . Por isso, nesta análise e na que se seguirá, parece-nos relevante chamar as duas conclusões de r e r' para diferenciar suas posições na E.A. estabelecida. Afinal, se se diz que o locutor Y chega à mesma conclusão r de X, não parece haver um motivo para que esse locutor Y argumente.

2.4 “ MAS_{SN} ” E “ MAS_{PA} ”: AFINAL, QUAL A DIFERENÇA?

A partir da teorização de Veras (1989), percebemos que o uso de **mas** no português, em seu sentido semântico, pode ser ambíguo quando precedido por uma negação metalinguística. São os exemplos (6) e (8) discutidos acima.

(6) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, mas_{SN} (é) esperto.

(8) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, mas_{PA} é esperto.

A desambiguação do sentido — se o **mas** é **PA** ou **SN** — acontece no nível pragmático da língua: é a intenção do falante que determinará por um ou outro sentido. Se a intenção de Y for a de retificar a fala de X, estaremos diante de um mas_{SN} . Por

outro lado, se a intenção de Y é argumentar a favor de uma conclusão oposta da de X, ou, como vimos acima, de diminuir força da conclusão em uma escala, estaremos diante de um **mas_{PA}**.

A partir dessas reflexões de Veras (1989), de que o **mas_{PA}** pode apresentar uma característica particular do **mas_{SN}**, como ser precedido de uma negação metalinguística, nos perguntamos então se o **mas_{SN}** também poderia apresentar alguma característica do outro e, portanto, ser argumentativo.

Na sentença analisada por Vogt e Ducrot (1980), “ele não é médico, mas professor”, nada pode nos sugerir que estamos diante de um **mas** com valor argumentativo, apenas de uma simples retificação. Entretanto, a sentença de Veras (1989), “ele não é inteligente, mas esperto”, nos coloca em dúvida em relação a qual **mas** está sendo utilizado. A autora reconhece na estrutura a negação polêmica em ambos e por isso afirma sua ambiguidade: a estrutura “Não B, mas A” é ambígua por conta da negação, ao passo que “B, mas A” sempre será interpretado como **mas_{PA}**. Entretanto, percebemos ainda outro detalhe nos exemplos dos autores: o uso de adjetivos na sentença de Veras (*idem*).

(3) Ele não é professor, **mas_{SN}** médico.

(6) Ele não é inteligente, **mas_{SN}** esperto.

Em (3), “professor” e “médico” são substantivos e, por isso, não disparam nenhuma E.A. Dessa forma, o **mas_{SN}** tem apenas seu sentido retificador. Já em (6), “inteligente” e “esperto” são ambos adjetivos e portanto disparam um E.A. Dessa forma, o **mas** não está ali apenas para retificar um termo, mas sim para argumentar a favor de uma outra conclusão, não oposta à primeira, mas com menor força: se afirmar que alguém é inteligente e, portanto, passará em um exame, afirmar que ele é apenas esperto não significa concluir que ele não passará no exame, mas passará com menor eficácia, ou terá dificuldade para passar.

Diferente de Veras (1989), que considera ser uma escolha do falante ser argumentativo ou não, nós não conseguimos enxergar na sentença (6) uma simples

retificação, justamente por conta do uso dos adjetivos. Segundo Ducrot (1981), o contraste entre dois adjetivos gera uma E.A. e, portanto, uma argumentação *dentro* da língua. O que enxergamos nesses exemplos é que o que gera a argumentação é muito mais o uso de adjetivos do que a conjunção **mas** propriamente dita. Quando Vogt e Ducrot (1980) analisam (3) “ele não é médico, **mas**_{SN} professor” — uso de substantivos com o **mas**_{SN}, e (4) “esta casa é bonita, **mas** é cara” — uso de adjetivos com **mas**_{PA}, eles parecem não notar a diferença na escolha das classes de palavras em cada exemplo, muito menos nos usos das negações, como chamou a atenção Veras (1989).

Assim, o **mas**_{SN} também é argumentativo, ou seja, concorre para levar a uma determinada conclusão, a mesma do enunciado precedente, mas retificada. A diferença entre eles é a de que o **mas**_{PA} inverte a força argumentativa e leva a uma conclusão contrária àquela prevista inicialmente, enquanto que o **mas**_{SN} recusa o argumento que leva à conclusão, aponta na mesma direção argumentativa, mas retifica a premissa que leva à conclusão. Dessa forma, o **mas**_{SN} tem duas interpretações possíveis: uma de retificação simples e outra argumentativa.

Se a partir dessas demonstrações de que ambos os **mas** podem apresentar características semânticas semelhantes, como saberemos diante de que **mas** estamos em cada sentença? Para Veras (1989), a resposta está na Pragmática, na intenção do falante. Mas nós, ancorados numa visão discursiva da linguagem, acreditamos que o sentido é construído pelo discurso em que o enunciado está inserido e que os sujeitos flutuam pelas estruturas que a língua lhes oferece. Então, precisamos averiguar como os sujeitos falantes utilizam essas estruturas que estão à sua disposição.

A primeira percepção que tivemos foi que o **mas**_{SN}, no seu sentido retificador clássico, é pouco produtivo em português, pelo menos nos discursos orais.

De acordo com Veras (1989), na sentença (8), “ele não é inteligente, **mas**_{PA} é esperto”, é impossível retirar o verbo “é” da proposição **q** sem alterar o sentido, o que não acontece na sentença (6), “ele é inteligente, **mas**_{SN} (é) esperto” — e por isso os parênteses neste exemplo. Acontece que se mantivermos o verbo “é” e excluirmos o “mas” em (6), ainda teremos o mesmo sentido de retificação de uma negação metalinguística.

(6) X: Ele é inteligente.

Y: Ele não é inteligente, *mas_{SN}* é esperto.

Y': Ele não é inteligente, *mas_{SN}* esperto.

Y'': Ele não é inteligente, é esperto.

Y''': Ele não é inteligente, ele é esperto.

De todas as sentenças possíveis de serem ditas pelo locutor Y, Y" e Y''' são as que parecem soar melhor para o português brasileiro falado, principalmente a última, já que adquirimos uma tendência em preencher os sujeitos com pronomes pessoais mesmo em contextos em que pode ocorrer uma elipse.

A partir dessa reflexão, questionamos alguns professores de espanhol sobre esses usos, uma vez que em espanhol cada sentido do “mas” é expresso por um vocábulo diferente: “*sino*” para “*mas_{SN}*” e “*pero*” para “*mas_{PA}*”. Para tentar confirmar nossa hipótese, fizemos uma versão das sentenças (6) e (8) elaboradas por Viviane Veras para o espanhol e então perguntamos aos professores como eles as traduziriam para o português:

(6') Él no es inteligente, *sino* astuto.

(8') Él no es inteligente, *pero* es astuto.

Todos eles confirmaram nossa hipótese ao sugerir a mesma tradução para as sentenças:

(6') es. Él no es inteligente, *sino* astuto.

pt. Ele não é inteligente, (ele) é esperto.

(8') es. Él no es inteligente, *pero* es astuto.

pt. Ele não é inteligente, *mas_{PA}* é esperto.

Acreditamos que isto acontece justamente por conta da negação que antecede cada um dos tipos de “mas”. Com o *mas_{PA}* é possível construir uma sentença sem a

negação em **p** — vide a sentença (4) “esta casa é bonita, mas é cara” — e, quando esta aparece, é sempre uma negação polêmica no sentido de refutar o argumento do outro enunciador. Por outro lado, com o **mas_{SN}** não é possível construir uma sentença sem uma negação polêmica em **p**, uma vez que é utilizado justamente para refutar e depois retificar. Dessa forma, parece-nos que uma proposição **q** inserida por uma oração coordenada assindética seja suficientemente forte para retificar uma proposição **p = não + p'**.

Outra tradução que apareceu para (6') foi substituir o “*sino*” por “mas sim”:

(6') es. Él no es inteligente, sino astuto.

pt. Ele não é inteligente, mas sim esperto.

Esta tradução, apesar de ainda utilizar o vocábulo “mas”, parece não dar nenhuma força semântica a ele. A negação da proposição **p** se estabelece com a partícula “não” enquanto que a retificação em **q** ganha mais peso ao se utilizar “sim” para afirmar.

Além da questão da negação, ainda há a questão das escalas que reforçam a ideia de que o **mas_{SN}** é pouco produtivo em português. Na sentença (3), exemplo de Vogt e Ducrot (1980), a oposição entre dois substantivos poderia ser expressa da seguinte forma, sem perder o seu sentido:

(3') Ele não é médico, (ele) é professor.

A ausência de uma E.A. nesta sentença faz com que o **mas_{SN}** desapareça e seja substituído por uma coordenada assindética “não é médico, é professor” em que a retificação através da negação do predicado inicialmente atribuído é mais direta, produzida pela força ilocucional assertiva.

Por outro lado, os adjetivos sempre parecem carregar um valor argumentativo, pois são passíveis de estar em uma escala. É possível acontecer de substantivos também dispararem escalas, mas somente quando utilizados em sentido metafórico ou metonímico. Por exemplo, “ele não é uma tartaruga, mas uma lesma”, para falar da velocidade de uma pessoa, ou, para seguir a linha do “médico” e “professor”: “ele não

é médico, mas farmacêutico”, para falar do campo de conhecimento de um profissional, numa escala em que ser “médico” demonstra ter mais conhecimentos do que ser “farmacêutico”. Entretanto, para que haja uma E.A. é necessário que a oposição aconteça entre adjetivos do mesmo campo semântico, como é o caso de “inteligente” e “esperto”.

Se retomarmos o exemplo (4- “esta casa é bonita, mas é cara”) de Vogt e Ducrot (1989), e substituímos o **mas_{PA}** por um **mas_{SN}**, mesmo inserindo uma negação polêmica na primeira proposição, não teremos uma sentença argumentativa. Nesse caso, temos apenas a retificação, pois “bonita” e “cara” são de campos semânticos diferentes e, portanto, não disparam uma E.A. Para que os adjetivos “bonita” e “cara” possam disparar uma E.A. numa relação adversativa, é preciso que estejam inseridos em um contexto específico, pragmática ou discursivamente. Para interpretar as conclusões a partir de um contexto, é preciso que o “mas” utilizado seja um **mas_{PA}**.

Logo, é o **mas_{PA}** que carrega, por excelência, o valor argumentativo, como já postularam Vogt e Ducrot (1989). O **mas_{SN}** só aparecerá em enunciados com caráter argumentativo se estiver opondo dois adjetivos do mesmo campo semântico. Assim, podemos expandir as características dos **mas**:

MAS _{SN}	MAS _{PA}
<ul style="list-style-type: none"> • apresenta a estrutura “não B, mas A”. • a estrutura “não (é) B, (é) A” é mais comum. 	<ul style="list-style-type: none"> • geralmente apresenta estrutura “B, mas A” • pode apresentar estrutura “não B, mas A”.
<ul style="list-style-type: none"> • é retificador quando opõe dois substantivos. • é argumentativo quando opõe dois adjetivos do mesmo campo semântico. 	<ul style="list-style-type: none"> • é sempre de natureza argumentativa.
<ul style="list-style-type: none"> • mas_{SN}¹: Oposição de substantivos: a conclusão r vai na mesma direção de seu interlocutor, porém retifica a premissa. • mas_{SN}²: Oposição de adjetivos: a conclusão r vai na mesma direção de seu interlocutor, porém diminui sua força em uma E.A. 	<ul style="list-style-type: none"> • mas_{PA}¹: “B, mas A”: o movimento argumentativo é o de levar a uma conclusão r totalmente oposta da premissa. • mas_{PA}²: “não B, mas A”: o movimento argumentativo é o de retificar a força da conclusão, diminuindo-a em uma E.A.

Nas análises que se seguem, procuraremos ver o funcionamento do “mas” dos enunciados que apresentam uma estrutura parecida com “não tenho preconceito, mas...”. A primeira hipótese é de se que se trata de um **mas_{PA}** pois a oposição posta não está em

um par de substantivos ou de adjetivos, mas sim em duas ideias, dois argumentos, duas proposições diferentes. Resta saber qual tipo de **mas**_{PA} aparecerá: do tipo 1, que leva a uma conclusão totalmente oposta, ou do tipo 2, que diminui a força da conclusão.

2.5 O “MAS” DOS COMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE SEGUNDO A ADL

Os primeiros comentários analisados foram retirados da postagem feita pela página do Facebook do jornal Estadão (cf. seção 1.5). Dentre as centenas de comentários que lemos desta publicação em que os locutores se dividiam no debate polêmico entre a ser a favor ou contra o protesto de Tales, encontramos alguns exemplos que utilizam o articulador “mas” para ponderar sua argumentação. Analisaremos, então, como funciona essa conjunção adversativa em dois enunciados desses comentários, transcritos abaixo:

A. Que merda...

O cara quer ser homossexual isso problema dele, mas fazer isso numa cerimônia militar !!!

Tem disciplina, hierarquia, padronização, tudo isso é importante pra manter a ordem dentro das FFAA!!!

E o cara faz uma palhaçada dessa... se ele tiver achando que ganhou respeito só conseguiu o contrário !!!

O cara acaba com preconceito sendo um excelente profissional e não fazendo essas merdas, obrigando todo mundo aceitar, querendo que os outros engulam guelaabaixo !!!! (sic) (ESTADÃO, 2016)

B. Cadê os pais deste infeliz... uma boa tunda de vara e uns quantos meses sem ser mexer iria mudar muita coisa.

Não sou homofóbica.. não tenho nada contra... cada um sabe dizer si... mas estas atitudes são vergonhosas.

Que sustenta o bonitinho aí não ensinou respeito???

Meu quanta palhaçada.... (sic) (ESTADÃO, 2016)

Embora o tom preconceituoso do comentário não se restrinja apenas à sentença com o articulador “mas” — muitas expressões que ele utiliza também são depreciativas, carregadas de preconceito: “Que merda”, “uma palhaçada dessa”, “obrigando todo mundo aceitar” (sic) —, é a partir da sentença com o articulador que tentaremos buscar os efeitos de sentido do comentário todo no desenrolar da pesquisa. Primeiramente, portanto, isolaremos o enunciado em questão:

(10) o cara quer ser homossexual isso (é) problema dele, **mas** fazer isso numa cerimônia militar!

Nesse contexto, o enunciado **p** [o cara quer ser homossexual isso (é) problema dele] aponta para uma conclusão **r** em que o enunciador se exime de ter preconceito, afinal, cabe somente à pessoa ser homossexual, isso é problema dela. É possível definir que **r** é igual a [não tenho preconceito] ou mesmo **r** = [não tenho/ninguém tem nada com isso]. A partir da enunciação **p**, **mas q**, o enunciado **q** = [fazer isso numa cerimônia militar!], leva a uma conclusão $\sim r$, ou seja, [tenho que opinar, tenho que dizer que não é legal] e, portanto, [tenho preconceito]. Entretanto, esta conclusão do argumento não parece tão evidente uma vez que as palavras selecionadas pelo sujeito estão dentro de um contexto específico. Por exemplo, é preciso concluir que “fazer isso” equivale a ‘usar um vestido enquanto se é homem’, já que seu comentário se refere à postagem inicial do jornal, e que ‘usar um vestido enquanto se é homem’ também equivale a ‘ser homossexual’.

Se “o cara quer ser homossexual isso é problema dele”, espera-se que ele possa ser homossexual em qualquer ambiente. O **mas** delimita esse ‘qualquer ambiente’: pode ser homossexual em qualquer ambiente, **exceto** numa cerimônia militar. Por que, então, conclui-se que há preconceito inferido da enunciação do comentário? Porque a conclusão $\sim r$ delimita a condição de ser homossexual para determinados ambientes: ‘pode ser homossexual em qualquer lugar, mas não pode ser homossexual numa cerimônia militar’. É possível ‘não ser’ em determinados ambientes? Essa análise poderia ser esquematizada da seguinte forma:

p = o cara quer ser homossexual isso (é) problema dele

p \rightarrow **r** (não tenho preconceito)

q = fazer isso numa cerimônia militar!

q \rightarrow $\sim r$ (tenho preconceito)

p, mas q \rightarrow $\sim r$ (tenho preconceito)

A partir desta análise, percebemos que o “mas” do enunciado (10) se trata de um **mas_{PA}¹** pois apresenta uma estrutura “B, mas A” e, portanto, o movimento argumentativo é o de retificar a conclusão de **r** por inteiro, levando a uma conclusão totalmente diferente. Se a proposição **p** leva à conclusão de que o sujeito não tem preconceito, a proposição **q** introduzida pelo **mas_{PA}¹** leva à conclusão de que sim, ele tem preconceito.

O enunciado a seguir, por apresentar uma negação na proposição **p**, é passível de uma análise um pouco diferente. Vejamos este enunciado, retirado do segundo comentário:

(11) Não sou homofóbica... não tenho nada contra... cada um sabe dizer de si...
mas estas atitudes são vergonhosas.

Esse comentário fica um pouco mais evidente, uma vez que o enunciado **p** já apresenta explícita a conclusão **r** [não sou homofóbica, não tenho nada contra], enquanto que o enunciado **q** [estas atitudes são vergonhosas] deixa claro que o enunciador não aprova o modo de ser, ou de protestar, de um homossexual, levando à conclusão $\sim r$. Mesmo que o enunciado **p** apresente três argumentos para chegar à conclusão **r**, ainda assim é possível utilizar o mesmo esquema de análise do enunciado (10).

p = [x, y, z] \rightarrow **r** = (não tenho preconceito)

x = não sou homofóbica...

y = não tenho nada contra...

z = cada um sabe dizer de si...

q = estas atitudes são vergonhas \rightarrow $\sim r$ = (tenho preconceito)

p, mas q \rightarrow $\sim r$ = (tenho preconceito)

Entretanto, esta análise parece não corroborar um dos argumentos da análise de Vogt e Ducrot (1980). Retomemos o exemplo da casa:

(4) Esta casa é bonita, mas é cara.

O problema que surge na descrição do “mas” proposta por Vogt e Ducrot (1980) é o estabelecimento de que nos enunciados com o “mas” argumentativo o enunciado **p**, em **p, mas q**, apresenta uma manutenção forte justamente porque serve como reforço à conclusão estabelecida por **q**. Como mostrado no Capítulo 2, quanto mais bonita for a casa, mais cara ela será e, portanto, quanto mais forte for o argumento para comprá-la por ser bonita, também o será para não a comprar por ser cara.

Os enunciados (10) e (11) colocam um problema para esta análise. Não nos parece, contudo, que concluir “não tenho preconceito” em **p** seja uma forma de reforçar a conclusão “tenho preconceito” de **q**, muito pelo contrário, parece suavizá-lo, justamente por conta da negação presente no enunciado que analisamos. Retomemos o enunciado (11):

(11) Não sou homofóbica [...] **mas** estas atitudes são vergonhosas.

É possível afirmar que quanto mais forte for o argumento para **r** (não tenho preconceito), mais forte será a conclusão $\sim r$ (tenho preconceito)? Não parece fazer sentido dizer que quanto mais um sujeito se afirma não ser preconceituoso, mais ele parecerá ser depois do “mas”. Parece-nos, que por conta da negação presente, o efeito é inversamente proporcional: quanto maior for o argumento para a conclusão **r**, menos força terá a conclusão $\sim r$. Nesse enunciado, então, $p \rightarrow r$ não reforça $q \rightarrow \sim r$, mas o suaviza; quanto maior for **r** (não tenho preconceito), menos meu interlocutor se ofenderá com $\sim r$ (tenho preconceito).

Por isso, é importante levar em consideração as ponderações feitas por Veras (1989) e enxergar nessa negação também uma negação polêmica, afinal, o locutor se diz não preconceituoso em relação a seu interlocutor que, nesse caso, pode ser considerado um interlocutor imaginário.

(11) X: Você é homofóbica (porque não concorda com o protesto do aluno)

Y: Não sou homofóbica [...] mas estas atitudes são vergonhosas.

p' = Você é homofóbica
 $p' \rightarrow r$ (você é preconceituosa)
 $p = \text{neg} + p' = \text{não sou homofóbica} [\dots]$
 $p \rightarrow \sim r$ (não tenho preconceito)
 $q = \text{estas atitudes são vergonhosas}$
 $q \rightarrow r$ (tenho preconceito)
 Portanto:
 $p, \text{mas } q \rightarrow r = \text{tenho preconceito}$

Esta análise, entretanto, ainda nos coloca um problema: por que o enunciador de Y argumentaria para chegar à mesma conclusão r de X? X argumenta p' para concluir r e Y argumenta $p, \text{mas } q$ para também concluir r . Parece contraditório, mas não é se pensarmos que os argumentos de X colocam a questão em uma escala argumentativa. O que Y nega em seu enunciado não é o argumento nem a conclusão de X, mas a sua força. Y não diz “não preconceituosa”, mas “menos preconceituosa do que X possa julgar”. Neste momento, se torna relevante a análise feita na seção 2.3 sobre as E.A. no enunciado com “ mas_{PA} ”.

$p' \rightarrow r$ (é preconceituosa)
 $p = \text{neg} + p' = \text{não sou homofóbica} \rightarrow \sim r$ (não sou preconceituosa)
 $q = \text{estas atitudes são vergonhas} \rightarrow r'$ (sou preconceituosa, mas não tanto)
 $p, \text{mas}_{PA} q \rightarrow r'$ (sou parcialmente preconceituosa / sou, mas não tanto)

Portanto, no enunciado (11) estamos diante de um mas_{PA}^2 : a conclusão do enunciado não vai numa direção oposta à conclusão da proposição p , mas retifica a sua força e a diminui numa escala. Se colocarmos as conclusões r numa E.A. em que a posição mais alta é a mais preconceituosa, temos:

\uparrow
 r (é preconceituosa)
 r' (sou preconceituosa, mas não tanto)
 $\sim r$ (não sou preconceituosa)

Dessa maneira, a argumentação do enunciado busca um equilíbrio, pois nega a conclusão **r** para alcançar uma conclusão $\sim r$; colocados na interação com **mas**_{PA}², a conclusão final do enunciado é **r'**, um meio termo.

Para reforçar esta análise, podemos retomar o enunciado (10) e destrinchá-lo da mesma forma para mostrar os passos de seu funcionamento.

(10) o cara quer ser homossexual isso (é) problema dele, **mas** fazer isso numa cerimônia militar!

p' = não concordar com o protesto é ser homofóbico

p' \rightarrow **r** [você é preconceituoso]

p = **neg** + **p'** = o cara ser homossexual isso (é) problema dele = [não me importo com o ser homossexual] = [concordo com o protesto(?)]

p \rightarrow $\sim r$ [não tenho preconceito]

q = fazer isso uma cerimônia militar! = [me importo com o ser homossexual] = [discordo do protesto]

q \rightarrow **r'** [sou parcialmente preconceituoso/sou, mas nem tanto]

p, mas q \rightarrow **r'** [sou parcialmente preconceituoso/sou, mas nem tanto]

Entretanto, nesta análise, a negação polêmica não está presente no enunciado para que se possa supor que existe uma proposição **p'**. Para fazer esta interpretação, é necessário ir para o nível do discurso e encontrar, nas condições de produção deste enunciado, a fala de um outro que precisa ser negada.

Logo, os locutores dos enunciados analisados nesta seção, ao se valerem do articulador “mas” não têm problema em serem taxados de preconceituosos. Entretanto, eles querem mostrar, a partir de suas argumentações, que são menos preconceituosos do que seus interlocutores poderiam imaginar. De que lado, então, do debate polêmico eles se encontram? Inseridos ao lado daqueles que são a favor do protesto ou daqueles que são contra? Certamente dos que são contra, pois o enunciado **q** é aquele que representa o posicionamento do locutor. Porém, por que não enunciar logo desde o início o seu posicionamento, como fizeram tantos outros locutores nos comentários? Essa pergunta

ainda não é possível de ser respondida apenas pela análise do articulador “mas”, por mais que esta tenha nos ajudado a entender o seu funcionamento. Como acabamos de dizer, é preciso ainda investigar o funcionamento discursivo desses enunciados.

Para retomar a ilustração que abriu este capítulo, o diálogo entre Benjen Stark e Tyrion Lannister, voltamos a nos perguntar: Benjen previu o que Tyrionalaria apenas pela maneira como ele organizou o seu enunciado, ou seja, a partir da estrutura linguística? A ADL talvez defenda que sim, mas levemos em conta, também, o contexto extralinguístico em que os personagens estão inseridos. Benjen conhecia Tyrion, conhecia sua eloquência e sua habilidade com as palavras, assim como conhecia o seu ceticismo. Ou seja, Benjen conhecia as posições ideológicas e as formações discursivas em que Tyrion estava inscrito. Toda essa leitura que Benjen fez de Tyrion antes que esse enunciasse também foi importante para a previsão do que seria dito; logo, não foi apenas na estrutura linguística que Benjen permaneceu, sobre seu conhecimento do uso de “mas”, mas também no nível discursivo da língua. Por isso, acreditamos ser essencial ultrapassar o enunciado e mobilizar categorias do discurso que nos possibilitem analisar com mais propriedade esse tipo de comentários a fim de encontrarmos uma resposta para a pergunta que até então não foi possível responder: por que os locutores modalizam seu discurso se na internet se pode falar tudo? Qual é o objetivo, ou melhor, quais os efeitos de sentido possíveis do enunciado “não tenho preconceito, mas...”? Por que o locutor se vale dessa estrutura para marcar o seu posicionamento no debate?

3 O DISCURSO: CONSTRUINDO UMA IMAGEM TOLERANTE DE SI

O funcionamento da língua enquanto estrutura, à luz da ADL, é capaz de explicar a estratégia argumentativa do articulador “mas”, porém, não é suficiente para responder por que o locutor/sujeito/comentador faz uso dessa estratégia e não de outra. Como vimos no capítulo 1, há muitas maneiras (e muito mais recorrentes) de se posicionar em relação aos temas polêmicos gerados pelas publicações no Facebook.

De acordo com Possenti (2009), a Análise do Discurso (AD) ganharia muito se se ocupasse dos problemas formulados por Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. O autor ainda afirma que a principal discrepância entre Ducrot e AD está na escolha do material analisado: enquanto o primeiro se ocupou de enunciados do cotidiano, a segunda sempre privilegiou os de arquivo. Portanto, ao acreditar que um enunciado do cotidiano como “eu não tenho preconceito, mas...” diz muito sobre o contexto sócio-histórico atual, escolhemos ultrapassar a Teoria da Argumentação na Língua e entrar no campo da Análise do Discurso, ou seja, deixar de olhar apenas para a estrutura linguística do enunciado para podermos averiguar o funcionamento discursivo dele.

Além disso, a AD é a única área da Linguística que pode responder alguns porquês tão primordiais para esta pesquisa pois se trata de uma disciplina de interpretação que concebe o sentido como algo inacabado, a ser construído na própria enunciação. Dessa maneira, de um enunciado é possível apreender múltiplos efeitos de sentido, embora finitos, a depender das condições de produção em que ele está inserido e das formações discursivas em que o sujeito enunciador está inscrito.

Alguns dos porquês que tentaremos responder estão diretamente ligados com os fundamentos dessa teoria. Por que um sujeito enuncia “não tenho preconceito, mas...” se geralmente após o “mas” se seguirá um enunciado preconceituoso? — quais os efeitos de sentido possíveis? Por que ele diz dessa forma nesse contexto sócio-histórico? — quais as condições de produção que o levaram a enunciar assim? Por que ele lança mão desta estratégia argumentativa? — quem é seu interlocutor para que ele precise dizer *dessa* forma? Por que ele não assume uma posição mais direta no debate? — que formações imaginárias o levam a crer que precisa enunciar dessa maneira? Que *ethos*

seu discurso produz? Por que seu enunciado apresenta essas marcas? — em quais formações discursivas ele se inscreve, o que ele acessa do interdiscurso?

3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A versão mais corrente é de que a Análise do Discurso surgiu na França na década de 1960 a partir dos estudos de Michel Pêcheux, quando este articulou os pressupostos vindos do Materialismo Histórico, da Psicanálise e da Linguística ao campo teórico do discurso. O objeto de estudo da AD, como o próprio nome sugere, é o *discurso*, algo que está além do dizível, além da língua, mas que se manifesta por meio dela porque a língua é o lugar da materialização dos discursos, enquanto o discurso é o lugar da materialização das ideologias. Para esta teoria, é importante levar em conta que todo discurso é permeado por uma ideologia e, por conceber o discurso dessa maneira, Pêcheux e seus sucessores irão se valer de vários conceitos para determinar do que trata a AD.

Contudo, vale ressaltar que a AD já passou por diversas fases enquanto teoria e, em cada fase, os conceitos foram sendo desenvolvidos para se encaixarem ao contexto das ciências de cada época. Mussalim (2001) apresenta as três fases da teoria de forma breve, como faremos a seguir, elucidando os pontos divergentes de cada um para uma “atualização” teórica.

A primeira fase da AD surgiu com Michel Pêcheux, como já tratado anteriormente, em sua Análise Automática do Discurso (AAD). Nesta fase, as análises se debruçavam sobre discursos mais estabilizados no sentido de serem mais “estáveis e homogêneos, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes” (*idem*, 117). A autora cita como exemplo os discursos produzidos pelo Partido Comunista: os sujeitos que enunciavam a partir dele estavam sempre inscritos num mesmo tipo de discurso, sempre sujeitos (ou assujeitados, como a própria teoria propunha nomear) às mesmas regras de formação fechada sobre si mesmo.

A atualização para a segunda fase acontece com o empréstimo do conceito de Formação Discursiva (FD), cunhada pelo filósofo Foucault e da qual trataremos com mais detalhes adiante. Em resumo, a noção de FD aparece para mostrar que os discursos,

apesar de estarem inscritos em uma ou outra FD, podem ser atravessados por mais de uma delas. Nesta fase, embora ainda se perceba cada sujeito filiado a uma FD, considera-se que outras FDs podem atravessar o seu discurso.

Já na terceira fase da AD, percebe-se que “os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso.” (*idem*, p. 120). Isso significa que não há mais uma FD matriz para que o sujeito se inscreva: a todo momento ele pode se apresentar como inscrito em várias FDs e estas se constroem no momento de cada discurso, não existindo previamente a não ser no “interior de um interdiscurso”, conceito que abarcaremos adiante.

Demonstrar e explicar os conceitos da AD é sempre uma tarefa difícil: são conceitos que dependem da mobilização uns dos outros para fazerem sentido, pois é a relação entre todos que torna possível a análise do discurso. Como geralmente vem sendo feito na bibliografia referente a esta disciplina, exporemos abaixo cada um dos conceitos fundamentais por tópicos a fim de tentar explicá-los com mais propriedade. Não pretendemos, porém, esgotar as discussões em torno de cada conceito; nosso objetivo é apresentá-los para que, toda vez que forem acionados no âmbito de alguma análise, o leitor saiba do que estamos tratando e de que forma consideramos esses conceitos.

3.1.1 Formação Ideológica e Formação Discursiva

Os conceitos primários para se pensar a AD, para Pêcheux, são os de Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD). O primeiro pensador a cunhar o termo Formação Discursiva foi Michel Foucault, filósofo que não estava diretamente associado aos estudos do discurso. Para o filósofo, uma FD é definida como:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1969⁶ *apud* MUSSALIM, 2001, p. 119).

⁶ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

Dessa forma, assegurar que certo discurso pertence a uma FD é uma maneira de caracterizá-lo, de afirmar que ele tem as mesmas regras de formação de outros discursos existentes; é ela que determinará o que pode e deve ser dito a partir de uma posição social. Entretanto, cada FD não é fechada em si mesma, ela é sempre atravessada por outras FDs seja em relação de oposição ou de concordância. Sendo assim, uma FD não pode ser entendida como “elementos ligados entre si por um princípio de unidade” (MUSSALIM, 2001, p. 119), mas sim como um sistema de dispersão em que as FDs interagem entre si constantemente, se excluindo, se somando ou se modificando umas às outras.

Em sentido estrito, [Foucault] apresenta uma FD como um conjunto de enunciados, ou seja, conjunto de performances linguísticas que não estão ligadas entre si, ao nível linguístico, por laços gramaticais; que não estão ligadas entre si, ao nível das proposições, por laços lógicos, que tampouco estão ligadas, ao nível das formulações, por laços psicológicos; mas que estão ligadas ao nível dos enunciados (CAZARIN, 1995, p. 13).

Mais tarde, Michel Pêcheux expande a definição de FD ao submetê-la ao conceito de Formação Ideológica (FI) de Althusser, que este define como “um conjunto de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166). O discurso, portanto, se torna o lugar material da ideologia, ou seja, uma FI é composta por “uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (*ibidem*).

A partir desses dois conceitos, é possível dizer que o objeto da AD não são textos, por mais que aquela se valha destes para realizar a análise, mas discursos. Para a AD, os textos não são objetos exclusivamente linguísticos, mas históricos, ou seja, a ideologia os permeia. Assim como o discurso é o lugar material da ideologia, o texto é o lugar material do discurso. Por isso, o analista do discurso procura no texto marcas de regularidades que o inscrevam em uma ou várias FDs (ORLANDI, 1995). Por exemplo, pode-se dizer que os comentários apresentados no Capítulo 1 se inscrevem em diferentes FDs para enunciar: aqueles a favor do protesto de Tales estão inscritos em uma ou algumas FDs muito provavelmente opostas às FDs daqueles que repudiam o protesto.

3.1.2 Condições de Produção

É a partir da articulação da Linguística com o Materialismo Histórico que Pêcheux, na constituição da AAD — primeira fase da AD, propõe a relação do discurso com o mundo exterior, ou seja, como os discursos se relacionam com os contextos históricos e sociais em que são produzidos. Dessa forma, entende-se por Condições de Produção a relação entre os interlocutores (quem são, de onde falam), a situação (em que lugar) e os contextos sociais e históricos (quando, que momento histórico) que formam o discurso.

Quando se diz algo, se diz de algum lugar da sociedade para alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação. Há nos mecanismos de toda a formação social regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso. Diante disso, é preciso considerar o lugar social dos interlocutores (CAZARIN, 2005, p. 22).

Entretanto, nem sempre foi assim. Na primeira fase da AD, Pêcheux entendia que as condições de produção eram um elemento externo ao discurso, estáveis e homogêneas. Por exemplo, um discurso produzido na Idade Média apresentará condições de produção muito diversas de um discurso produzido hoje, no século XXI (será?). Contudo, ao retomar a teoria anos depois, Pêcheux percebe que essa “exterioridade” do contexto é, na verdade, constitutiva do discurso e, portanto, não é mais tão externa. Isso significa dizer que o contexto sócio-histórico não só está presente nos discursos, como também é construído por eles: é no interior do discurso que se constrói a sociedade.

O corpus deste trabalho se inscreve numa condição de produção muito específica: vivemos numa época em que os preconceitos devem ser velados e sutis porque é errado ter preconceito. Ao mesmo tempo, estamos inseridos numa era virtual em que as relações discursivas acontecem, muitas vezes, por meio das redes sociais onde é possível dizer tudo, ou quase tudo, sem pudor, sem constrangimento, mais do que isso, sem a exposição física do sujeito. Essa dualidade, certamente, constitui os discursos enunciados ao passo que é construída por ela: a cada enunciação, o que pode e deve ser

dito vai se transformando e assumindo novas formas e é neste ponto que se encontra o trabalho de análise. A partir destas condições de produção, devemos nos perguntar: o que é dito e o que é silenciado? De que forma isso acontece? O que certas “escolhas” dos sujeitos produzem como sentido de seu discurso e como contribuem para construir esse contexto sócio-histórico em que ele está inserido?

3.1.3 Sujeito e Sentido

Em todo discurso está presente a voz de um sujeito interpelado pela ideologia e pelas FDs nas quais está inscrito. Ou seja, é aquele que fala no discurso, mas está longe de ser o indivíduo concreto, pois, segundo a AD, o sujeito não tem total controle do que diz, das escolhas que faz quando diz.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um /saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2000, p. 53).

Este sujeito do discurso não tem consciência plena das FDs nas quais se inscreve, embora tenha a ilusão de que é a origem de seu dizer. Além de acreditar nisso, o sujeito também acredita que só há uma maneira de dizer o que ele tem a falar. Pêcheux chama essas duas modalidades de Esquecimento nº 1 e Esquecimento nº 2, respectivamente. Dessa forma, permeado por estes dois esquecimentos, o sujeito do discurso não tem o controle consciente da sua fala, e, por isso, manifesta através do discurso as FDs em que está inscrito, sem se dar conta disso.

Mas como esse “não se dar conta” acontece? De acordo com Pêcheux (*apud* CAZARIN, 1995, p. 24), ao se fundamentar na questão do sujeito proposta por Althusser em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Logo, o sujeito só se torna sujeito no discurso porque se inscreve em uma ou mais FDs quando enuncia e são as FDs que vão regular o seu discurso. Por isso se diz que o sujeito não controla conscientemente suas escolhas e intenções ao dizer o que diz, muito menos o efeito delas sobre o discurso.

Ao entender o sujeito não como origem de um discurso, mas como parte constituinte dele, entende-se também que o sujeito não é fonte do sentido que produz, nem responsável por ele. Não sendo origem do seu dizer, esse sujeito se constitui na relação com o outro, e aqui está incluído o outro como interlocutor, mas também o outro como os outros discursos produzidos antes, constituídos historicamente e mantidos no interdiscurso. Dessa maneira, o sentido é construído nas relações discursivas entre sujeitos, inscritos em diferentes FDs (CAZARIN, 1995).

Dessa forma, o sujeito, quando enuncia o discurso, apresenta as marcas de seu lugar social e das FDs em que está inscrito e que atravessam o seu discurso. É neste processo de relações e inscrições que o sentido é construído e emana do discurso, passível, então, de análise. Cabe ao analista identificar essas marcas do sujeito no discurso para apontar seu lugar de fala e, então, obter os efeitos de sentido produzidos.

3.1.4 Formações Imaginárias

Como decorrência dos dois esquecimentos constitutivos do sujeito, este cria relações imaginárias com o discurso em que está inserido, isto é, faz imagens sobre si, sobre o outro, seu interlocutor, e sobre o assunto tratado para tentar controlar seu próprio discurso. Isso acontece porque o sujeito não tem acesso “às reais condições de produção de seu discurso devido à inconsistência de que é atravessado” (MUSSALIM, 2001, p. 136) e, por isso, “representa essas condições de maneira imaginária. “(*ibidem*).

Em resumo, as formações imaginárias são as antecipações que o sujeito faz do discurso a partir de processos discursivos anteriores. Este imaginário “não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas [...] por relações de poder” (ORLANDI, 2001, p. 42). Por exemplo, os lados antagônicos dos comentários na publicação sobre Tales, o aluno do ITA que protestou contra a homofobia na instituição. Cada lado faz uma imagem do discurso do outro justamente por este movimento de antecipação, e espera o que virá. Entretanto, não é só a imagem do outro que o sujeito faz; a relação de imagens é bem mais complexa.

De acordo com Pêcheux (1997), o sujeito do discurso faz diversas imagens: de si mesmo e do outro, tanto da sua própria perspectiva quanto da perspectiva que considera

ser a da outro. Além disso, está presente também a imagem sobre o conteúdo da enunciação. Neste esquema, A representa o locutor, ou seja, o sujeito do discurso, e B o seu interlocutor.

I_A (A) – a imagem que o sujeito faz de si mesmo a partir do seu ponto de vista (quem sou eu para lhe falar assim?)

I_A (B) – a imagem que o sujeito faz de seu interlocutor a partir de seu ponto de vista (quem é ele para que eu lhe fale assim?)

I_B (A) – a imagem que o sujeito faz de si mesmo a partir do ponto de vista do seu interlocutor (quem sou eu para que ele me fale assim?)

I_B (B) – a imagem que o sujeito faz de seu interlocutor a partir do ponto de vista do seu interlocutor (quem é ele para que me fale assim?)

I_A (R) – a imagem que o sujeito faz a partir do seu ponto de vista sobre o conteúdo (de que lhe falo assim?)

I_B (R) – a imagem que o sujeito faz a partir do ponto de vista do seu interlocutor sobre o conteúdo (de que ele me fala assim?)

Além disso, o interlocutor, quando assume a posição de locutor e se torna sujeito em seu discurso, também faz o mesmo jogo de imagens. Dessa maneira, as imagens são infinitas porque cada interlocutor, além de fazer todas essas imagens, também faz imagens sobre as imagens do outro, num movimento de antecipação quase infinito. Isso quer dizer que, em matéria de discurso, os sentidos são, em certa medida, previsíveis, pois sempre estão alicerçados em algum outro lugar, em um já-dito, a saber, em um interdiscurso.

Essa noção de formações imaginárias está relacionada com a maneira como o *ethos* será tratado mais adiante neste trabalho visto que a noção de *ethos* está diretamente ligada com a construção de imagens de si dentro do discurso.

3.1.5 Interdiscurso

O interdiscurso é o lugar onde pairam os enunciados, ou seja, aquilo que já foi dito sobre determinado tema em outros momentos, outros contextos, outros discursos.

Por mais que esteja fora da FD, é no interdiscurso que os sujeitos buscam os enunciados para compor o seu discurso e, então enunciar (CAZARIN, 1995).

Por exemplo, ao retomar o comentário mais curtido da publicação sobre o aluno do ITA, lemos: “Que ridículo! A ocasião requeria um vestido longo”. Notamos que aí estão presentes vários elementos do interdiscurso, resgatados pelo sujeito para enunciar, por exemplo, “que ridículo” acessa a FD de seus opositores ao repudiar o protesto do aluno e parece se inscrever nela — essa expressão faz parte de um já-dito. Embora o sujeito a retome, ele a ressignifica quando diz que a ocasião requereria um vestido longo: o ridículo não se refere ao protesto, mas à vestimenta inadequada para uma ocasião tão formal quanto uma colação de grau. Dessa forma, o sujeito faz ressoar em seu discurso elementos do interdiscurso, o que produz um efeito de sentido irônico de seu comentário.

Sendo assim, o interdiscurso é o lugar de construção do pré-construído, onde paira todo o já-dito. Essa relação dos sujeitos com o interdiscurso e com o pré-construído está diretamente ligada ao esquecimento nº 1, uma vez que é constitutivo do sujeito acreditar ser a origem do que diz, sem se dar conta de que tudo o que ele diz é uma apropriação do que já foi dito, do que já foi construído, daquilo que está no interior do interdiscurso.

É a partir destes pré-construídos e de suas repetições tantas e tantas vezes que as ideias se cristalizam na sociedade e se tornam referências, estereótipos, lugar-comum, como é o caso do preconceito. Construiu-se a ideia de que é errado ter preconceito, mas ainda não se desconstruíram os preconceitos.

3.2 ARGUMENTAÇÃO NA AD

A argumentação não está presente na AD, em suas formulações gerais, como um conceito fundamental. Todavia, como já dedicamos um grande espaço a ela no Capítulo 1 deste trabalho e não pretendemos abandoná-la nas análises seguintes, é preciso, portanto, inscrevê-la no campo do discurso. Ademais, para alguns teóricos, “a argumentação é parte do funcionamento discursivo” (AMOSSY, 2011, p. 129), pois há noções do discurso que baseiam o seu funcionamento se se pretende articular a linguagem com a ideologia e o político (ORLANDI, 1998).

Se Ducrot, a partir da ADL, defende que a argumentação está na língua, ele tem suas razões teóricas para defendê-la. Entretanto, a argumentação como entendemos não se encontra somente na materialidade linguística, mas também no interdiscurso. Voltamos a invocar Possenti (2009), que afirma que a AD ganharia muito se se ocupasse dos problemas formulados por Ducrot na ADL: ao encontrar na língua maneiras de argumentar, temos instrumentos mais eficientes para analisar como os argumentos funcionam no nível do discurso.

[...] a análise argumentativa, como a AD na qual ela se inscreve, pretende tratar dos funcionamentos discursivos em casos concretos e não em exemplos fabricados, e também porque ela pretende examiná-los em uma situação de discurso sócio-histórico, que ela se localiza, necessariamente, no cruzamento das disciplinas [Sociologia, História, Ciências Políticas, Estudos Literários etc.] (AMOSSY, 2011, p. 141).

Amossy (2011) defende que a argumentação não é utilizada somente quando se procura convencer alguém de uma tese, como supõe a retórica, mas sempre que se procura exercer algum tipo de influência sobre o outro, uma tentativa de orientar seus modos de ver e pensar. Dessa maneira, a argumentação é “entendida como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (*idem*, p. 130). Para a autora, ainda, como vimos anteriormente, para que haja argumentação é preciso que haja uma “divergência de pontos de vista” (*ibidem*), ou seja, que os interlocutores discordem sobre um assunto em comum e, assim, tentem fazer o outro enxergar as coisas à sua maneira, mesmo que este outro não seja um interlocutor direto (L2), mas um interlocutor imaginário (L3), e só caiba ao locutor reforçar o seu ponto de vista sem necessariamente levar esse L3 ao convencimento.

Ademais, as posições contrárias não precisam ser retomadas a cada nova troca argumentativa uma vez que toda nova enunciação responde a enunciados já ditos anteriormente. É nessa perspectiva dialógica de Bakhtin, de que toda enunciação é uma resposta a um já dito antes, de que esta ressoa aquelas que a precederam, que a “argumentação está [...] *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal” (AMOSSY, 2011, p. 131).

Segundo Amossy (2011), todo discurso apresenta uma dimensão argumentativa na medida em que tende a orientar os modos de ver do outro. Todavia, existem discursos que têm uma intenção argumentativa, como é o caso do discurso polêmico, do qual já tratamos antes, que é caracterizado “por um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma terceira que as ouve, atacando as teses contrárias” (*idem*, p. 131-132).

Dessa maneira, Amossy (2011) inscreve o estudo da argumentação na AD porque considera que o discurso argumentativo (i) não acontece somente no âmbito da lógica, da razão, mas na troca entre interlocutores por meio da língua natural; (ii) está inserido em uma situação de enunciação cujo reconhecimento de suas condições de produção é significativo; (iii) inscreve-se não só na materialidade discursiva, isto é, na língua, mas também no interdiscurso pois todo ponto de vista se situa num já-dito, no pré-construído; (iv) leva em conta não só o *logos*, o emprego de argumentos baseados na razão, mas também o *ethos*, a imagem de si projetada no discurso e o *pathos*, a emoção suscitada no outro.

O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual – entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro (AMOSSY, 2011, p. 132-133).

Segundo Orlandi (1998), há duas noções fundamentais da AD que estão na base do funcionamento da argumentação. A primeira é a noção de antecipação, a qual a autora relaciona às formações imaginárias. Como vimos, todo ato de tomar a palavra é uma maneira de acessar o interdiscurso, o que significa dizer que toda enunciação se reporta a algo que já foi dito antes, seja para retomá-lo, transformá-lo ou contestá-lo. Assim, toda enunciação pode ser antecipada pelo locutor, que faz uma imagem de si mesmo, do outro e da questão debatida. Para a autora (*idem*, p. 76-77), “sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação” uma vez que “argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens”.

A segunda noção indispensável para se pensar a argumentação atrelada ao discurso é a noção do esquecimento nº 1, aquele que faz com que o sujeito acredite ser a fonte e a origem do que diz. É a partir do desconhecimento do interdiscurso, de sua constituição histórica, que o sujeito enuncia acreditando que seu ponto de vista é só seu e que os argumentos que utiliza foram concebidos e articulados por ele no momento de sua enunciação. Todavia,

As intenções – que derivam do nível da formulação – já foram determinadas no nível da constituição do discurso em que as posições do sujeito já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. As intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem no entanto sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados. Eles também derivam das relações entre discursos e têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações (ORLANDI, 1998, p. 78-79).

Com efeito, entende-se que, por mais que a argumentação possa ser variada em uma ou diferentes enunciações, a posição que os diversos sujeitos ocupam nelas são as mesmas: ou se está de um lado ou se está de outro. Por exemplo, no debate polêmico em que dois lados antagônicos disputam a fim de fazer suas teses prevalecerem um sobre o outro, os argumentos utilizados podem variar imensamente, mas os sujeitos sempre estarão inscritos em um ou outro lado. É por esse motivo que Amossy (2017) considera que as argumentações aparecem em blocos de argumentos.

É neste viés, ao considerar a argumentação como parte constitutiva do discurso e não somente da retórica ou da língua, que nosso trabalho se inscreve. Não haveria outra maneira de responder a tantos porquês se olhássemos somente para o nível estrutural da língua ou somente para as estratégias argumentativas utilizadas pelos interlocutores a fim de persuadir o outro. Claro, é fundamental olhar para a materialidade da língua e para suas estratégias, mas é preciso investigar como elas se relacionam com o histórico, com o sociológico, com o político, enfim, com o interdiscurso.

Para tanto, evocaremos, ainda, o conceito de *ethos* com base no aporte teórico de Maingueneau (2008, 2010, 2014), principalmente, pois é quem desenvolve este conceito

dentro das perspectivas teóricas da AD. Entretanto, como a noção de *ethos* remonta à Antiguidade, tendo sido apresentado por Aristóteles em sua *Retórica*, é necessário revisitar brevemente como o termo foi tratado desde então e como as outras disciplinas o concebem. Essa visitação de conceitos é sempre relevante porque as áreas de saber não são ilhas isoladas; como propõe Amossy (2014), a intersecção de várias disciplinas para discutir um conceito só traz proveitos.

3.3 O PERCURSO DA NOÇÃO DE *ETHOS*

A tradução mais comum da palavra grega “*ethos*” para o português é “caráter”. Isso significa que o *ethos* está diretamente relacionado com uma imagem de si, uma apresentação de si mesmo para o outro, o caráter do enunciador. O que interessa para a Linguística, especificamente, é como essa imagem é e pode ser construída por meio do discurso e, por isso, vários autores (Amossy e Maingueneau, por exemplo) recuperam a noção de *ethos* da antiguidade, quando a estudavam numa disciplina chamada Retórica. Quando pensamos nessa disciplina, pensamos em alguma forma de persuadir o outro, convencê-lo pelas palavras — e era essa mesmo a ideia dos antigos. Entretanto, a Linguística pensa a noção de *ethos* de forma muito mais abrangente: como escreve Ruth Amossy (2014, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.” Isso significa que não é preciso descrever-se, ou falar de si mesmo para que se construa uma imagem de quem é: a escolha das palavras, a maneira de usá-las e o ponto de vista apresentados são suficientes para que essa imagem seja construída. Uma citação famosa de Roland Barthes (*apud* AMOSSY, 2014, p. 10) resume essa ideia: “O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo.”

Na “Retórica”, Aristóteles apresenta um conjunto de técnicas com o objetivo de examinar o que é persuasivo para cada tipo de indivíduo. De acordo com o filósofo, a prova pelo *ethos* é a maneira de causar boa impressão, de ganhar a confiança do auditório por meio de uma boa imagem de si, que é construída pelo discurso. Como mencionado anteriormente, essas técnicas estão relacionadas com a imagem que o orador passa ao seu auditório por meio do tom de voz, da escolha de palavras e de argumentos etc. Dessa forma, o *ethos* não age no primeiro plano do discurso, lugar ocupado pelo *logos* (os

argumentos propriamente ditos); ele está relacionado com a sensibilidade do discurso e, por isso, mobiliza a afetividade do destinatário. Maingueneau (2008) compreende que, na tradição retórica, o *ethos* era considerado tão ou até mesmo mais eficaz que o *logos*, uma vez que ele pode inverter a hierarquia moral entre o inteligível e o sensível. Assim, considera-se que o discurso persuade o auditório pelo *ethos* quando ele é considerado de forma a tornar o orador digno de fé.

Como a virtude não é considerada em todos os lugares nem por todas as pessoas da mesma maneira, é em função de seu auditório que o orador construirá uma imagem de si conforme o que é considerado como virtude. A persuasão só é obtida se o auditório constatar no orador o mesmo *ethos* que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele (MAINGUENEAU, 2008, p. 58).

De acordo com Amossy (2014, p. 10), “a construção de uma imagem de si [...] está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise linguística pelos trabalhos de Émile Benveniste”. Ou seja, mesmo que Benveniste não tenha mobilizado o conceito de *ethos* dentro da sua teoria da enunciação, de alguma forma este conceito já estava lá presente quando o autor propõe que a enunciação instaura um locutor e um alocutário — um “eu” que fala a um “tu”.

Amossy (2014) nos lembra também que Michel Pêcheux, em sua *Análise Automática do Discurso*, já falava sobre a imagem que os interlocutores fazem um do outro. Segundo o filósofo e como já tratamos com um pouco mais de detalhes na seção anterior, em um discurso com dois interlocutores A e B, A faz uma imagem de si mesmo e uma imagem de B, assim como B também faz uma imagem de si e outra de A. Entretanto, Pêcheux não expande muito a questão das imagens em sua teoria, pois se foca em outros aspectos da AD.

Por mais que esses autores já tratassem implicitamente a imagem de si (no caso de Benveniste) ou apenas a mencionassem (no caso de Pêcheux), foi somente a pragmática ampliada que desenvolveu a questão da imagem de si no discurso, justamente por se ocupar de questões sobre a ação do locutor sobre seu interlocutor. Nessa perspectiva interacional da pragmática, considera-se que os participantes influenciam um ao outro e, por isso, a imagem de si e do outro passam a ser construídas no discurso numa rede de influências (AMOSSY, 2014).

A questão da imagem de si ganhou mais atenção a partir dos trabalhos de Erving Goffman, sociólogo que realizou pesquisas sobre a apresentação de si e os ritos de interação e estas pesquisas, por sua vez, influenciaram a análise das conversações.

Goffman mostra que toda interação verbal, definida como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”, exige que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado (AMOSSY, 2014, p. 12).

Esse autor adota um vocabulário do teatro para cunhar seus conceitos, como o de *representação*, utilizado para tratar das atividades dos indivíduos com o objetivo de influenciar o(s) outro(s) participante(s) e o de *papel*, um modelo de ação ou de comportamento preestabelecido. Essa apresentação de si está ligada com os papéis sociais e com os dados situacionais, assim como não pode ser dissociada da influência mútua que os parceiros exercem uns sobre os outros. “Uma vez que é inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulamentação sociocultural, ela supera largamente a intencionalidade do sujeito que fala e age.” (AMOSSY, 2014, p. 13). Por fim, ainda sobre Goffman, Amossy apresenta a definição de *face* do autor reelaborada por Kerbrat-Orecchioni, bastante relevante para tratar da imagem de si: “o conjunto de imagens valorizantes que, durante a interação, tentamos construir de nós mesmos e impor aos outros” (*ibidem*).

A primeira vez em que aparece o termo *ethos* atrelado ao campo de conhecimento da Linguística é na teoria polifônica de Oswald Ducrot, ou seja, inscrito numa semântica pragmática. Quando define enunciação como a aparição de um enunciado, Ducrot não o concebe como produto de um sujeito falante, mas ao contrário: é a partir do próprio enunciado que se reconhecerá os autores da enunciação. Isso significa que a teoria pragmático-semântica de Ducrot deixa de lado o sujeito falante real para se preocupar com o a instância discursiva do locutor. Para tanto, o autor diferencia o locutor (L) do enunciador (E), sendo que L é origem das posições expressas pelo discurso e responsável por ele enquanto que E é apenas uma das vozes possíveis trazidas por L. Ainda, separa o locutor em dois: o locutor-L, o sujeito do discurso, o “eu” sujeito da

enunciação, e o locutor- λ , o ser do mundo, aquele de quem se fala, o “eu” como sujeito do enunciado (AMOSSY, 2014, p. 14)

Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala. É nesse ponto preciso que Ducrot recorre à noção de *ethos*: “O *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável.” (AMOSSY, 2014, p. 15).

Segundo Maingueneau (2008), a ideia de *ethos* retórico é bem próxima à concepção linguística de Ducrot, uma vez que esse conceito está ligado à enunciação, e não a um locutor extradiscursivo. Aristóteles (*apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 58) já afirmava que a persuasão acontece pelo caráter quando o discurso faz com que o orador seja confiável, mas que “é necessário que essa confiança seja efeito do discurso, não uma opinião sobre o caráter do orador”. Por isso, “a eficácia do *ethos* tem a ver com o fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explicitado no enunciado” (*idem*, p. 59).

Dessa forma, o *ethos* nunca é objeto do discurso, mas apenas percebido a partir dele — ele é mostrado no enunciado, não dito, ou seja, ele é um efeito de sentido. Isso leva Ducrot a associar o *ethos* a L, o locutor da instância discursiva, uma vez que o *ethos* não tem nenhuma relação com os atributos reais do locutor (λ). Entretanto, por mais que o *ethos* seja produto do discurso, associado a um locutor intradiscursivo, é ao locutor extradiscursivo que o destinatário vai atribuir tais e tais características, numa projeção (MAINGUENEAU, 2008).

A última palavra de Maingueneau (2008) sobre o assunto é que, independentemente de sua origem e de seu percurso histórico, “a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade”. Para ele, “cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele certa identidade” (*idem*, p. 59-60).

3.3.1 *Ethos* na perspectiva de Maingueneau

Tradicionalmente, a noção de *ethos* pertence à retórica e, por isso, seu estudo sempre esteve mais ligado à argumentação do que a qualquer outra área. Entretanto, Maingueneau vem desenvolvendo a sua própria concepção de *ethos* inscrita na AD a partir do seu livro “Gêneses do Discurso”, de 1984.

Embora Maingueneau (2008; 2014) corrobore as noções de *ethos* pautadas na concepção aristotélica do termo — o *ethos* (i) é uma noção discursiva, ou seja, não tem relação com o locutor exterior à enunciação; (ii) é um processo interativo de influência sobre o outro; (iii) é uma noção sociodiscursiva, que não pode ser apreendida fora de uma situação de comunicação precisa, integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada; (iv) está sempre relacionada com a construção de uma imagem de si —, ele julga necessário pensar a noção de *ethos* dentro da AD, pois “além da persuasão por argumentos, essa noção permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva.” (*idem*, 2008, p. 64; 2014, p. 69). Seu interesse principal se encontra na análise de discursos que não são caracteristicamente argumentativos, como os da publicidade, da filosofia ou da política e que, por isso, não têm por objetivo uma adesão imediata, mas devem conquistar um público de alguma maneira. Justamente por essa abordagem de investigar discursos menos argumentativos — mas que, de qualquer forma, não o deixam de ser —, acreditamos que a abordagem do autor é ideal para nos ajudar a pensar sobre os discursos nos comentários do Facebook.

É ponto pacífico entre todos os autores que já discutiram o *ethos*, desde Aristóteles, mesmo que em outros termos, que essa noção está ligada à enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Entretanto, Maingueneau (2014) concorda com outros autores que o público constrói representações do *ethos* de um enunciador antes mesmo que este enuncie, o que leva o autor a distinguir entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*. Seu interesse, assim como o nosso, está no primeiro, pois dificilmente os enunciadores do tipo de discurso que pretendemos analisar apresentam um *ethos pré-discursivo* bem moldado, apesar de sempre haver alguma expectativa acerca de seus discursos.

[...] mesmo que o coenunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de

discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos* (MAINGUENEAU, 2008, p. 60; 2014, p. 71).

No nosso caso, os comentários do Facebook, enquanto um gênero de discurso, não parecem dizer muito sobre o *ethos pré-discursivo* dos enunciadores: os comentários podem ser escritos por qualquer pessoa que tenha acesso à rede e raramente são personalidades conhecidas. Entretanto, como os comentários são escritos em relação à uma publicação polêmica, espera-se dos sujeitos a inscrição em um dos dois lados do debate. Assim, por mais que o gênero *comentário* não diga muito a respeito de um *ethos pré-discursivo*, é possível prever posições a partir do conteúdo a ser tratado nos comentários polêmicos.

Dessa forma, o primeiro distanciamento do autor da tradição retórica é propor que “[...] qualquer texto escrito, mesmo se ele o nega, tem uma “*vocalidade*” específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador [...] a um “*fiador*” que, por meio de seu “*tom*”, atesta o que é dito [...]” (MAINGUENEAU, 2008, p. 64).

A esse fiador, construído pelo leitor com base em indícios textuais diversos, se atribui um “caráter” e uma “corporalidade”. O “caráter” corresponde a traços psicológicos do fiador enquanto que a “corporalidade” é associada a uma forma física. Para o autor,

O *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social apreendida por meio de um comportamento. O destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar (MAINGUENEAU, 2008, p. 65).

Maingueneau (2008, p. 65; 2014, p. 73) chama de “incorporação” a maneira pela qual o destinatário, o coenunciador, se relaciona ao *ethos* de um discurso, apropriando-se dele enquanto intérprete. Segundo o autor, essa “incorporação” atua em três registros: (i) a enunciação dá uma “corporalidade” ao fiador; (ii) o destinatário ou coenunciador assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de relacionar-se com o mundo; (iii) essas duas incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso.

Isso não significa dizer que o autor concebe o escrito como proveniente de uma oralidade; para ele, o tom do enunciado que torna possível a vocalidade faz parte da identidade de um posicionamento discursivo. O texto é visto como uma enunciação voltada para um coenunciador que precisa aderir a um universo de sentido, o universo discursivo do texto. Dessa maneira, o poder de persuasão de um discurso acontece quando leva o leitor a identificar-se com a “movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (*idem*, 2014, p. 73). Logo, a qualidade do *ethos* está relacionada à figura desse fiador: “é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer.” (*idem*, p. 73), ou seja, é a partir de sua fala que o fiador dá uma identidade compatível com o mundo que ele próprio faz surgir em seu enunciado.

Em resumo, a principal diferença de pensar o *ethos* no seio da AD ou na retórica tradicional, é que para esta o *ethos* é concebido como um meio de persuasão e intencionalmente produzido, mas para aquela ele é parte constitutiva da cena de enunciação, ou seja, se constrói em conjunto com todos os elementos da enunciação — e para a AD não se trata de ser intencional ou não, mas do que é passível de ser interpretado, aferido a partir da enunciação.

Maingueneau (2008; 2014) propõe que a cena de enunciação é integrada por três outras cenas, as quais ele chama de “cena englobante”, que corresponde ao tipo de discurso (literário, religioso, filosófico, político etc.), “cena genérica”, correspondente a um gênero discursivo (editorial, sermão, panfleto, notícia etc.), e “cenografia”, que é a maneira como o discurso é produzido, o tom que ele assume. Por exemplo, uma propaganda pode apresentar um tom de conversação, ou de discurso científico, ou qualquer outra cenografia que julgar necessário para vender seu produto. É importante ressaltar que para o autor a cenografia não é uma imposição do gênero, ela é construída pelo próprio texto. Alguns gêneros de discurso se atêm apenas à sua cena genérica e dispensam uma cenografia; é o caso, por exemplo, das listas telefônicas e das receitas médicas, gêneros bastante fixos em sua forma. Por outro lado, há gêneros que demandam uma escolha de cenografia, como as propagandas que apresentam tons de fala muito diferentes dependendo do produto que pretendem vender e do público que pretendem alcançar.

Essa cenografia, juntamente com o *ethos* presente nela, implica um processo de enlaçamento, pois a fala é carregada de certo *ethos* desde seu início, *ethos* esse que se valida (ou não) progressivamente através da própria enunciação.

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem (MAINGUENEAU, 2008, p. 71).

Por fim, Maingueneau (2008, p. 71) postula que “o *ethos* discursivo resulta de uma interação de diversos fatores”. Em vários de seus textos⁷, o autor desenha um esquema para representar o que seria o ***ethos efetivo*** — aquele que o(s) destinatário(s) constrói(em) de cada enunciação —, demonstrando a interação de todos esses fatores, no qual estão relacionados o *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo, o *ethos* mostrado e o *ethos* dito. Basicamente, a junção do *ethos* dito (quando o enunciador evoca sua própria enunciação, direta ou indiretamente) com o *ethos* mostrado (aquele que emerge durante a enunciação) compõe o *ethos* discursivo. Em outro nível, a relação entre o *ethos* discursivo e o *ethos* pré-discursivo (aquele construído antes mesmo da enunciação) é o que forma o *ethos* efetivo. (*ibidem*).

Dessa maneira, na perspectiva de Maingueneau (2008), toda enunciação é marcada por um *ethos*:

[...] por meio de sua fala, um locutor ativa no intérprete a construção de determinada representação de si mesmo, pondo em risco seu domínio sobre sua própria fala; é-lhe necessário, então, tentar controlar, mais ou menos confusamente, o tratamento interpretativo dos signos que ele produz. A partir desse dado incontornável, muitas explorações do *ethos* são possíveis [...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 73).

3.4 O *ETHOS* DOS COMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE SEGUNDO A AD

Sob a perspectiva da noção de *ethos* em Maingueneau, analisaremos três comentários do Facebook em duas postagens diferentes: dois comentários de uma

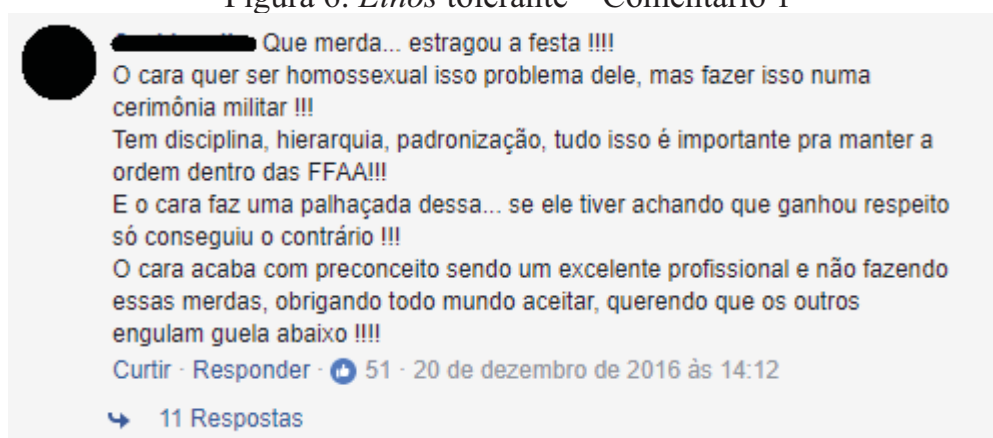
⁷ Cf. Maingueneau (2008, p. 71; 2014, p. 83; 2015, p. 19)

postagem do jornal *Estadão*, já tratados aqui no capítulo anterior, e um da postagem da página de Grazi Massafera — ex-BBB e atualmente atriz da Rede Globo, cuja página conta com mais de 750 mil curtidas. Chegamos a esses três exemplos ao procurarmos postagens polêmicas que pudessem suscitar comentários homofóbicos e, entre eles, algum que apresentasse uma estrutura parecida com “não tenho preconceito, mas...”

Os dois primeiros comentários a serem analisados foram produzidos em resposta à postagem da página do Facebook do jornal *Estadão* sobre o aluno do ITA que “protesta de salto alto e vestido vermelho” (Cf. seção 1.5).

O enunciado que aparece no primeiro comentário é o enunciado (10), discutido no capítulo anterior sob a luz da ADL. Embora apresentássemos naquele momento a citação completa do comentário, nos detivemos apenas ao enunciado e ao funcionamento do articulador “mas”. Agora, é o momento de olharmos para além do enunciado com o articulador e destrincharmos o comentário como um todo.

Figura 6: *Ethos* tolerante – Comentário 1



Fonte: ESTADÃO (2016)

Embora o primeiro parágrafo do enunciado mostre explicitamente que o locutor não gostou da atitude do aluno — não só “estragou a festa” mostra claramente isso, como também “que merda” enfatiza uma apreciação bastante negativa da situação — o parágrafo seguinte começa de outra maneira, mais suave. Na sequência, o comentador afirma: “o cara quer ser homossexual isso problema dele”, enunciado do qual podemos desprender dois efeitos de sentido a partir da expressão “isso é problema dele”. Num primeiro sentido, o enunciador pode passar uma imagem positiva de si mesmo, de uma pessoa tolerante, que não vê problema na atitude do rapaz que protestou de vestido e

salto alto, pois se “isso” é “problema dele”, logo, não diz respeito ao sujeito enunciador opinar sobre. Por outro lado, essa expressão é comumente usada na língua portuguesa de forma depreciativa; de modo geral, quando se enuncia que algo é problema de alguém, o sujeito não só se isenta de uma discussão, de um problema, como também atribui ao outro todo o ônus da situação. De qualquer forma, ainda enxergamos nesse enunciado um tom de tolerância, ou pelo menos uma tentativa de parecer tolerante, visto que há inúmeras outras maneiras na língua de ser explicitamente intolerante. Entretanto, essa imagem de pessoa tolerante não se mantém na continuidade da sentença, uma vez que o enunciado deixa implícita sua desaprovação: “mas fazer isso numa cerimônia militar!!!”.

A sentença com o “mas” nos parece uma tentativa deste enunciador de produzir um *ethos* tolerante, mas que na sequência acaba produzindo outro *ethos*, menos tolerante do que o que ele talvez visasse produzir, já que a partir da análise semântica do articulador, é a sentença após o “mas” que está associada à visão do Locutor, logo, do sujeito do discurso. Isso é bastante comum de acontecer; segundo Maingueneau (2008, p. 61): “o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. [...] em matéria de *ethos*, os fracassos são moeda corrente.”

Após o enunciado com o “mas”, é possível perceber que o enunciador não se preocupa novamente em reforçar seu *ethos* de tolerância; daí em diante, seus argumentos se tornam justificavas para o seu ponto de vista. Entre seus argumentos, está que não se pode fazer “isso” numa cerimônia militar porque lá “tem disciplina, hierarquia, padronização” e “tudo isso é importante pra manter a ordem dentro das FFAA”. Logo, um homem não pode usar vestido e salto alto em uma colação de grau em ambientes regidos por essa ordem. Aqui uma palavra que se destaca é o termo “padronização”: espera-se um comportamento padrão dos alunos masculinos que se formam no ITA, e leia-se em “comportamento padrão” um comportamento heterossexual (o que não inclui usar vestido e salto alto).

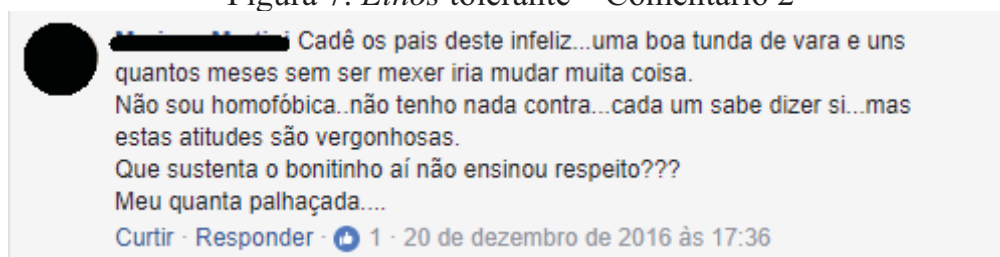
Na sequência do comentário, o locutor reforça a ideia de que a atitude do formando foi errada, e mais que errada, uma “palhaçada”, algo risível — a imagem de travestimento sempre esteve associada a algo engraçado em nossa cultura — e, por isso, esse aluno não teria como ganhar respeito com essa atitude. Então, por fim, o comentário

ensina a todos seus interlocutores como acabar com o preconceito (ainda bem que alguém descobriu como fazer isso, já estava na hora!): basta ser um “excelente profissional” sem fazer “essas merdas” (usar vestido e salto alto em uma formatura enquanto se é homem) e “obrigando todo mundo a aceitar [a homossexualidade como normalidade]”. Neste trecho, o sujeito se mostra preconceituoso a ponto de colocar em cheque a capacidade profissional do aluno, pois a sentença está articulada de forma a colocar em oposição “ser um excelente profissional” e “fazer essas merdas”. Segundo o comentário, é impossível fazer as duas coisas.

O sujeito do discurso desse comentário é um sujeito que coloca sua opinião através de argumentos bem articulados com suas ideias. De início, já apresenta seu ponto de vista através de uma expressão grosseira, depreciativa, seguida pelo comentário subjetivo — “estragou a festa”, mas em seguida, ao invés de partir direto para a justificativa desse ponto de vista, ele escreve: “o cara que ser homossexual isso (é) problema dele”. O que isso nos mostra desse sujeito? Muito provavelmente ele prevê um interlocutor que não concorda com o seu ponto de vista e, por isso, poderia taxá-lo de homofóbico. Então, ele se defende com essa sentença para mostrar que não é homofóbico. O Locutor, responde a um Enunciador, a outra voz, que poderia afirmar: ‘você é preconceituoso por expressar-se através dessa exclamação grosseira’. Como analisamos no capítulo 2, essa primeira parte do enunciado leva a uma conclusão de que o locutor não teria preconceito (“isso é problema dele” = não tenho nada a ver com isso = cada um faz o que quer = não posso interferir na vida de outrem = sou totalmente imparcial em relação a esse assunto etc.). Entretanto, há sempre algo depois do “mas” que leva à outra conclusão. É a partir daí que o locutor se posiciona como contrário ao protesto do aluno.

Esse tipo de comentário apresenta um *ethos* opinativo, franco: o sujeito dá uma opinião generalizante sobre o tema discutido sem se opor a ele e em seguida, após o “mas”, apresenta sua opinião mais forte, de oposição direta ao tema.

O comentário a seguir também foram retirados da postagem da Figura 1, entretanto, apresentam outro funcionamento discursivo, o que nos leva a pensar em outra variação desse *ethos* tolerante.

Figura 7: *Ethos* tolerante – Comentário 2

Fonte: ESTADÃO (2016)

Apesar de este comentário também já ter sido analisado no capítulo 2 em relação ao funcionamento argumentativo do “mas” e apresentar as mesmas conclusões que o comentário anterior, é importante perceber que sob o olhar do *ethos* discursivo há alguma diferença entre eles.

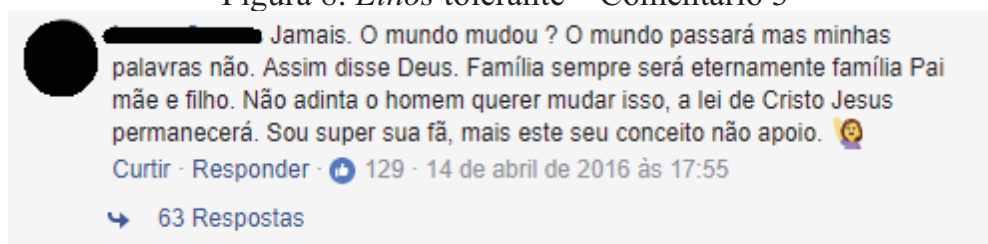
Esse comentário começa com uma designação negativa para o aluno e para sua atitude, “este infeliz”, ao afirmar que, se seus pais tivessem usado de violência contra ele, ele não teria uma atitude dessas. E violência extrema, “uma tunda de vara” que o deixaria sem se mexer por alguns meses. Após propagar a violência contra o aluno, a locutora dispara: “não sou homofóbica...”. Essa é a primeira relação que a locutora faz entre o aluno “infeliz” e sua possível homossexualidade. Este novo enunciado traz novas leituras em relação ao que já estava posto antes no comentário. Ela afirma, por exemplo, que a surra “iria mudar muita coisa”. Estaria ela se referindo a mudar a sexualidade do menino? Ou apenas a não usar vestido e salto alto? Ou seria a mesma coisa? É importante ressaltar que ela não escreveu que, por exemplo, não é contra pessoas que usam vestido e salto alto em formatura, mas sim que não é homofóbica, estabelecendo uma relação direta entre usar esses adereços e homossexualidade.

Mais uma vez, o sujeito desse discurso se coloca diante de um interlocutor geral, imaginando que poderia acusá-lo de homofobia por seu comentário. Por isso é preciso se defender. Entretanto, neste comentário, o sujeito não dá uma opinião geral sobre o assunto; diferentemente do comentário anterior, aqui o sujeito fala de si mesmo: “(eu) não sou homofóbica”, “(eu) não tenho nada contra”, “cada um sabe dizer de si” (logo, eu não me importo com o que os outros fazem). Embora a estrutura seja parecida e pretenda produzir o mesmo *ethos* de tolerância, ele é levemente diferente em cada caso. Enquanto o *ethos* do locutor do segundo comentário apresentado quer proteger sua própria imagem, o *ethos* do comentário anterior quer proteger a imagem de seus

argumentos. A distinção pode parecer sutil, mas se considerarmos a classificação dos três tipos de *ethé* em Aristóteles: *phronesis* (*ethos* ponderado), a *areté* (*ethos* franco) e *eunóia* (*ethos* solidário), o primeiro comentário aqui rerepresentado estaria mais próximo a um *ethos* que defende a validade de seus argumentos e quer adesão a eles, enquanto o segundo se coloca como um sujeito franco que diz o que pensa sobre a criação das crianças e adolescentes e quer a adesão ao seu discurso por essa coragem de ‘dizer o que todos pensam, mas não têm coragem de dizer’.

O próximo comentário a ser analisado foi retirado da página da Grazi Massafera, na qual a atriz fez uma postagem para promover um conceito de família diferente do tradicional, em que se celebram as diferentes configurações de família (Cf. seção 1.5).

Figura 8: *Ethos* tolerante – Comentário 3



Fonte: ESTADÃO (2016)

A forte inscrição numa FD cristã ortodoxa desta locutora — produzida pela paráfrase bíblica “O mundo passará mas minhas palavras não. Assim disse Deus” e pela invocação ao sagrado, “a lei de Cristo Jesus permanecerá” — contribui para demonstrar o seu descontentamento com a publicação de Grazi de que o conceito de família mudou. Na origem do pensamento cristão, o núcleo familiar é composto pela união do homem e da mulher e de seus filhos gerados, como enuncia a locutora deste comentário: “Família sempre será eternamente família Pai mãe e filho”, e, por isso, inscrito numa FD cristã ortodoxa, o sujeito deste discurso deve ser contrário à posição do sujeito produzido pela publicação de Massafera, inscrito numa FD de oposição à FD cristã ortodoxa. É interessante notar que a publicação de Grazi não se opõe à FD cristã em nenhum momento (pelo menos não de forma direta); esta oposição é criada pelo discurso produzido no comentário, pois os efeitos de sentido são produzidos na interação.

Entretanto, o que mais nos chamou a atenção foi a forma como a locutora articulou o final de seu comentário. Após justificar seu ponto de vista contrário à ideia

de mudança do conceito e defender que uma família só pode ser formada por pai, mãe e filho, a locutora comenta que é fã da atriz, mas que não apoia o conceito dela. Ao enunciar que “sou super sua fã”, não nos parece que a locutora procura proteger sua imagem, muito menos a de seu argumento, o que nos leva a considerar que embora produza um *ethos* tolerante neste enunciado, ele é ainda diferente dos produzidos nos outros dois comentários analisados anteriormente. Vejamos o funcionamento do “mas” neste enunciado:

(12) Sou super sua fã, mas este seu conceito não apoio.

p = sou super sua fã = [admiro o seu trabalho] = [concordo com suas publicações]

p → **r** [não tenho preconceito]

q = este seu conceito não apoio = [não concordo com você nessa publicação]

q → **~r** [tenho preconceito]

p, mas q → **~r** [tenho preconceito]

Estamos diante do **mas**_{PA}¹, pois como não há uma negação polêmica na proposição **p**, a direção argumentativa do enunciado segue em direção oposta a esta proposição, refutando-a totalmente. Entretanto, como vimos, no contexto de enunciação desse comentário, enunciar “Sou super sua fã” apresenta uma negação implícita, pois com o enunciado produzido um interlocutor poderia acusá-la de não ser fã da atriz. Logo, o funcionamento argumentativo do enunciado é como do comentário 1: por mais que a estratégia leve a uma conclusão de refutação total, ela acaba apenas diminuindo a força da conclusão numa escala.

p' [L3] = você não é fã de Grazi

p' → **r** [L3 você tem preconceito]

p = **neg** + **p'** = sou super sua fã

p → **~r** [L1 concordo com suas publicações]; [L3 a fã não tem preconceito]

q = esse seu conceito não apoio

q → **r'** [L1 não concordo com você em tudo]; [L3 a fã é preconceituosa]

p, mas q → r' [tenho preconceito, mas menos do que L3 possa supor]

É importante ressaltar que, como L3 é um interlocutor imaginário e heterogêneo, esta sentença não passa de uma possível suposição criada por L1 na interpretação que fazemos desse enunciado. A saber, supomos um L3 que está inscrito numa FD oposta a L1 e, portanto, passível de produzir o efeito de sentido que propomos no esquema acima.

Além disso, neste comentário há também um interlocutor L2: a atriz. Parece, então, que a imagem a ser protegida aqui é a deste interlocutor, como se seu o sujeito dissesse: ‘não estou confrontando a sua imagem, somente a sua opinião’. O que também não deixa de ser uma forma de proteger a própria imagem: há uma tentativa de não ter sua própria imagem questionada uma vez que não questiona a imagem do outro.

Entretanto, por mais que no final do comentário haja uma tentativa de construir um *ethos* tolerante a partir da valoração positiva da imagem do outro (sou super sua fã = você é um ídolo para mim = você é um indivíduo bom), o comentário como um todo não se mostra, de maneira alguma, tolerante. Talvez se a comentadora iniciasse seu comentário com esse enunciado, o efeito fosse outro. De qualquer forma, enunciar “sou super sua fã” pode produzir um *ethos* tolerante a depender da forma como é organizado no discurso.

Depois de analisar esses três comentários, percebemos que todos buscam mostrar um *ethos* tolerante, entretanto, o fazem de formas diferentes, que estruturamos da seguinte maneira:

1) “opinião generalizante a favor, mas...” — ***ethos* tolerante racional**

Este tipo de enunciador não fala nem de si nem de seu coenunciador: ele busca somente opinar sobre o assunto, geralmente utilizando bastantes argumentos. Como o foco de seu discurso está em seus argumentos, ele tenta produzir um *ethos* tolerante, de ponderação ao proteger a imagem desses argumentos (“o cara quer ser homossexual isso [é] problema dele...”). Este *ethos* de tolerante estaria relacionado, então, ao *logos* do discurso uma vez que sua força está nos argumentos da razão.

2) “não sou X, mas...” — ***ethos* tolerante egocêntrico**

Diferente do primeiro, este tipo de enunciador se coloca no discurso falando de si mesmo (“não sou homofóbica, não tenho nada contra...”). Seus argumentos vão todos em direção oposta aos de seu coenunciador e, por prever isso, o enunciador tenta se passar por tolerante ao proteger sua própria imagem. Logo, estaria relacionado ao *ethos* do discurso pois a força está na defesa da imagem de si produzida para se fazer de tolerante. Ainda, percebemos que este é o único caso em que o enunciado tem uma estrutura **mas_{PA}**²; por apresentar uma negação polêmica, ou seja, o enunciado nega uma premissa anterior, implícita, fica evidente o caráter de antecipação desse discurso.

3) “te admiro, mas...” — *ethos* tolerante compassivo

O último tipo de enunciador, mais raro de aparecer do que os outros dois, não procura proteger nem a imagem de seus argumentos nem a sua autoimagem: ele está mais preocupado em mostrar que seus argumentos contrários aos de seu coenunciador não têm nada de pessoal. Por isso, a imagem que parece ser protegida aqui é a do coenunciador e, portanto, este tipo de *ethos* tolerância estaria relacionado ao *pathos* do discurso, o que significa dizer que a força deste *ethos* tolerante não está nem em argumentos da razão nem na defesa da imagem de si, mas em fazer o seu interlocutor não se sentir atacado. Ele afirma sua discordância em relação ao assunto, mas admira o sujeito enunciador. Portanto, a tolerância se dirige ao interlocutor enquanto figura pública, mas não às suas ideias, propriamente.

3.5 “NÃO TENHO PRECONCEITO, MAS...”: UMA ANÁLISE HÍBRIDA

Até este momento, dividimos a análise dos comentários em várias partes. No primeiro capítulo, procuramos mostrar o caráter polêmico e, muitas vezes, violento dos discursos produzidos nos comentários. No segundo capítulo, mostramos o funcionamento do “mas” nos enunciados e como ele contribui para construir a argumentação no discurso, uma vez que o próprio articulador carrega uma carga argumentativa. Na seção anterior, definimos que o *ethos* visado no discurso dos comentários em que os locutores utilizam enunciados com “mas” é o *ethos* tolerante

pois, a partir destes enunciados, os sujeitos visam se mostrar condescendentes com o tema focalizado ou com o sujeito que os divulga.

Agora, nossa intenção é articular esses conceitos em busca da resposta dos porquês colocados anteriormente. Já entendemos que a escolha da estrutura com “mas” suaviza o discurso, ou seja, esse conectivo contribui para que o *ethos* tolerante seja produzido. Entretanto, como vimos, em muitas sentenças nos comentários os sujeitos não parecem tão tolerantes assim em relação aos assuntos que estão discutindo. Inclusive, a linguagem violenta nos comentários não os faz parecer, sobretudo, tolerantes. Se retomarmos o comentário 2 da seção anterior, vemos que o enunciado “uma boa tunda de vara e uns quantos meses sem mexer iria mudar muita coisa” está carregado de linguagem violenta, pois incita a violência contra o outro. Inclusive, essa característica da linguagem violenta, a qual consideramos uma das mais graves, não está presente nos comentários que se opõem mais diretamente ao assunto — ou seja, que não constroem sentenças com o articulador “mas” —, mas está presente neste. Dessa forma, seria possível afirmar que o *ethos* produzido é mesmo o de tolerante? Se não é, então que *ethos* é este e por que ele enuncia uma sentença com “mas”? É o que tentaremos responder nas análises que se seguem ao fazer uma abordagem mais global dos comentários.

Os próximos comentários analisados foram retirados de duas publicações que compartilharam o mesmo fato: uma cena da novela do horário das 23h, “Liberdade, Liberdade”, que foi transmitida pela Rede Globo no dia 12 de julho de 2016. Nesta cena, dois homens aparecem tendo uma relação sexual com direito a beijos, carícias e nus (ainda que não frontais). A primeira publicação é do perfil de Grazi Massafera, já apresentado aqui; nela, a atriz comemora o fato ao escrever em sua publicação: “Cena linda em ‘Liberdade, Liberdade’ muito feliz por mais esse avanço”, sentença seguida de um emoji de coração, o que ainda reforça o seu posicionamento favorável à cena. A segunda publicação, por outro lado, é de um perfil pessoal em que o usuário, tratado aqui como Anônimo, lamenta o fato de a cena ter acontecido, expressando seu sentimento em apenas uma palavra: “Triste” é o que ele enuncia. Observemos as publicações:

Figura 9: Grazi Massafera: Cena linda



Fonte: GRAZI MASSAFERA (2016b)

Figura 10: Perfil pessoal: Triste






Fonte: ANÔNIMO (2016).





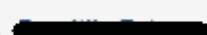
Ambas as publicações geraram comentários polêmicos em que os locutores se dividiram em lados opostos: comemorar/celebrar a cena ou lamentá-la/rechaçá-la. Metodologicamente, escolhemos quatro comentários com o articulador “mas” da primeira publicação e três da segunda para fazermos uma análise global. Além disso, essas duas publicações nos possibilitam fazer mais algumas reflexões, por exemplo, que diferença faz escrever um comentário numa publicação de uma página pública e de grande alcance, como é o caso da página de Grazi Massafera, e tecer um comentário na página de um perfil pessoal, muito provavelmente um amigo dentro da rede?

A partir da leitura da Figura 10, o enunciado “Triste” de Anônimo apresenta duas leituras possíveis: ele pode estar triste porque (i) a novela exibiu uma cena de sexo entre dois homens ou porque (ii) a Internet comemorou o fato e ele rejeita esta comemoração — ou ambas. De qualquer maneira, o sujeito se inscreve numa posição de rejeição ao fato, mas não explica seus motivos. Assim como a publicação de Massafera, o simples compartilhamento do fato e uma tomada de posição em relação a ele é suficiente para gerar a polêmica e, logo, comentários polêmicos que versam sobre o assunto.

Passemos, primeiramente, aos comentários produzidos na publicação de Grazi Massafera, que teve um grande alcance a notar pela quantidade de reações (10 mil, entre elas curtidas, “amei” e “grr” — quase cinco vezes mais que a outra publicação de Grazi que apresentamos no capítulo 1), de comentários (507) e de compartilhamentos (249).

Figura 11: Comentários a “Grazi Massafera: Cena linda”

- (A)  **[Redacted]** Avanço? Que avanço? Pra mim não influencia e nem teve avanço nenhum, no meu conceito e pensamento a pratica é errada, porem q cada um cuide do seu C* quem quer dar quem não quer enfim... Não assisto a novela, mas estou vendo a repercussão sobre isso, simplesmente achei desnecessário assim como expor na tv sexo entre heteros tbm, afinal pra quê? Se todos sabemos muito bem como se faz sexo! Aí pra ter audiência na globo precisa disso !!!
Curtir · Responder ·  5 · 13 de julho de 2016 às 20:24
- (B)  **[Redacted]** Avanço????? Acho que não é mostrando cena de sexo vai fazer as coisas mudarem gente por favor não importa o horário mas não acho conveniente passa isso já bloqueio canais a cabo que é impróprio para criança aí ele assiste TV aberta e também tem cenas assim nos dias de hoje é triste não sou preconceituosa mas acho que não é assim que vamos avançar nada
Curtir · Responder · 13 de julho de 2016 às 17:09

- (C)   Nossas crianças não são obrigadas a receber esse tipo de incentivo, não tenho nada contra opção sexual de ninguém mais a nossa tv brasileira tá muito manipuladora e nos insultam com frequência nos atribuindo valores negativos, plantando uma ideia que não queremos, respeito é bom e todos temos o direito de receber!!!! Diga não à i oclusão pornografia gay na TV aberta!!!!
Curtir · Responder ·  1 · 13 de julho às 23:27 · Editado
↳ 3 Respostas
- (D)   Nao acredito q vc Grazi apoia uma falta d vergonha dessa. To mto decepcionada com sua postura. Suponho q vc nao tenha deixado sua filha ver essa cena...
Nada contra. Qr ser gay ou hetero q seja... mas expor esse momento tao intimo na Tv ja passou dos limites. Todo pudor q poderia ter já se acabou. Triste fim... com tantas imoralidades...
Curtir · Responder · 14 de julho de 2016 às 00:15

Fonte: o autor (2018)

Uma leitura desses comentários em conjunto faz saltar aos olhos os blocos de argumentos que eles utilizam para se inscrever em uma posição contrária à de Grazi Massafera. O primeiro bloco problematiza transmitir uma cena como essa por conta das crianças que, ao assistirem, podem ser influenciadas a agirem igual. Com este argumento, os sujeitos se inscrevem numa FD de preservação das crianças, pois acreditam que a homossexualidade é uma escolha e, quanto mais aparecer na TV, mais as crianças serão influenciadas a serem homossexuais. Entretanto, esse bloco de argumentos pode ter dois efeitos de sentido: os sujeitos estão incomodados apenas com o fato de terem homossexuais na TV ou com o fato de eles terem uma relação sexual e aparecerem nus?

No comentário (A), o locutor enuncia “simplesmente achei desnecessário assim como expor sexo entre heteros tbm”, o que mostra seu incômodo com o sexo em geral, não apenas com o sexo homossexual. O comentário (B) vai na mesma linha, criticando a exposição do sexo na TV, sem relacioná-lo à questão homossexual: “Acho que não é mostrando cena de sexo vai fazer as coisas mudarem”. Entretanto, ao enunciar que não acha que a cena “vai fazer as coisas mudarem”, assim como quando inicia com “Avanço?????” — uma pergunta que ironiza o que Grazi escreveu e que leva a entender que não indica avanço nenhum —, o comentário dialoga com a publicação de Grazi, se inscrevendo numa posição oposta. Segundo o que podemos depreender de seu enunciado, o que a cena não vai mudar é a condição dos homossexuais, não vai fazer

com que sejam mais aceitos; logo, é a cena de sexo ‘entre homossexuais’ que está presente no enunciado, mas não é dita. Por que escolher não dizer, silenciá-la? Justamente para que seu discurso possa se inscrever no mesmo bloco de argumentos que defende a não exibição de sexo na TV por ser “impróprio para criança”, portanto, uma inscrição numa FD moralista.

Ainda nesta mesma FD defensora das crianças e da moralidade, está o argumento de que a TV brasileira, principalmente a Rede Globo, é ‘manipuladora’ e que ao exibir cenas como essas quer destruir a moral e os bons costumes dos cidadãos. É interessante notar que o discurso de que a Rede Globo é manipuladora surgiu das posições de sujeitos inscritos numa FD de esquerda — e aqui entendemos aqueles que lutam por uma sociedade mais igualitária entre as diferentes classes, seja no âmbito econômico ou social — e que acusavam a emissora de tender a um posicionamento de direita; inclusive, a própria emissora já se retratou por ter contribuído com o Golpe Militar de 1964. Esse discurso é retomado e ressignificado pelos sujeitos inscritos numa FD de direita, conservadora, pois agora a acusação é de que a emissora quer destruir a família tradicional brasileira ao exibir personagens homossexuais.

A partir desses posicionamentos, como estes comentários articulam os enunciados com “mas” dentro de suas argumentações? Vejamos caso a caso.

No comentário (A), há dois enunciados com os articuladores adversativos, mas eles argumentam em direções opostas.

(A1) [_{p1} Pra mim não influencia e nem teve avanço nenhum, no meu conceito e pensamento a pratica é errada], **porém** [_{q1} q cada um cuide do seu C* quem quer dar quem não quer enfim]

A proposição **p1** leva à conclusão de que o locutor se inscreve numa posição contrária à da atriz, pois segundo o “conceito” do comentador, “a prática é errada”. Entretanto, a proposição **q1**, inserida pelo articulador **porém** (que tem o mesmo valor adversativo de “mas”), leva a uma conclusão contrária: ao enunciar que cada um cuide de suas decisões, a conclusão na qual o locutor se inscreve é de que o assunto não lhe

diz respeito. Ainda assim, em nenhum momento ele se posiciona do mesmo lado de Massafera. Podemos esquematizar da seguinte forma:

p1 = a prática é errada

p1 → **r** [tenho preconceito]

q1 = cada um cuida do seu C* = [não me importo com a situação]

q1 → **~r** [não tenho preconceito]

p1, mas q1 → **~r** [não tenho preconceito]

Vale ressaltar que a expressão “cada um cuida do seu cu” produz efeitos de sentido e apresenta usos na língua do dia-a-dia muito parecidos com a expressão “isso é problema dele”. Quando parafraseamos a expressão com ‘não me importo com a situação’, queremos mostrar que há um resquício de tolerância nela, assim como neste enunciado, mas não deixamos de lembrar que seu uso também pode ser pejorativo pois atribui o ônus todo ao outro.

O locutor, então, termina a sentença com “enfim”, o que sugere que ele concluiu o assunto ou que irá inserir uma sentença para concluir o que foi dito. Contudo, ele inicia outra sentença com “mas” que conduz à direção oposta ao que ele acabou de dizer.

(A2) [**p2** Não assisto a novela], **mas** [**q2** estou vendo a repercussão sobre isso, simplesmente achei desnecessário...]

A proposição **p2** desse enunciado leva à conclusão de que o sujeito não se importa com o fato, a mesma conclusão interpretada de **q1**, pois se ele não assiste novela, ou ele não se importa que seja exibida uma cena de sexo ou ele desaprova tudo o que é exibido nela. Por outro lado, a proposição **q2** mostra que, mesmo sem assistir a novela, ele é contrário à exibição da cena, o que leva à conclusão de que ele não concorda com o fato.

p2 = não assisto novela

p2 → **r2** [não posso opinar] = [não sei a respeito do assunto]

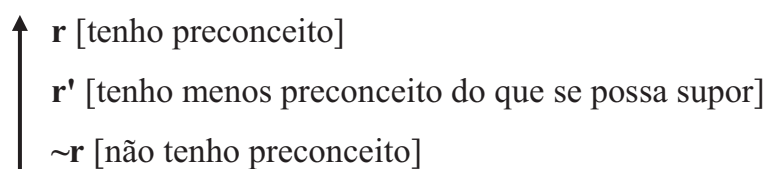
q2 = estou vendo a repercussão... achei desnecessário...

$q_2 \rightarrow \sim r_2$ [quero opinar sobre o assunto porque nessa situação específica acho desnecessário] = [não concordo com a exibição de cenas de sexo em novelas]

p_2 , mas $q_2 \rightarrow \sim r_2$ [preciso opinar a respeito do assunto porque considero a situação inadequada]

É possível notar que a maneira como o enunciado A2 está articulado não permite interpretar que o sujeito é preconceituoso. O que nos permite essa leitura é a relação estabelecida, no discurso, entre A1 e A2 na sequência em que aparecem. Por que o sujeito precisa enunciar em A1 que não tem preconceito, se seu argumento em A2 não tem relação nenhuma com preconceito contra homossexuais? Quando o sujeito afirma que considera exibir sexo gay na novela “desnecessário assim como expor na tv sexo entre heteros tbm”, ele silencia o seu preconceito ao se inscrever numa FD moralista: para ele o problema não é o sexo *gay* exibido na TV, é o *sexo* exibido na TV.

Dessa maneira, o movimento da argumentação de A1 parte de uma conclusão r [tenho preconceito] para uma conclusão $\sim r$ [não tenho preconceito]. O movimento de A2 é oposto, característico do enunciado que tratamos neste trabalho: parte da proposição da qual se conclui que o sujeito não tem preconceito ($\sim r$) e caminha em direção à proposição introduzida por “mas”, que leva à conclusão de que ele tem preconceito, mas somente para determinadas situações (r'). Se colocássemos essas conclusões numa escala argumentativa onde a posição mais alta se refere a mais preconceituosa, teríamos:



Percebemos que o movimento da argumentação do comentário (A), por mais que seja distinto dos esquemas com apenas uma sentença com “mas”, é similar quanto às conclusões. O movimento inicia em r , parte para $\sim r$, e termina em r' , ou seja, ele encontra o meio termo na E.A., assim como as outras análises apresentadas no capítulo 2. Por mais que seja diferente das demais, a organização desse enunciado também

contribui para a construção de um *ethos* tolerante, pois a relação entre (A1) e (A2) também leva à conclusão *r'*, ou seja, em direção do parcialmente preconceituoso.

Os enunciados com “mas” dos outros três comentários são parecidos com os já analisados na seção 3.3. O sujeito do comentário (B), quando enuncia “não sou preconceituosa mas acho que não é assim que vamos avançar nada”, produz um *ethos tolerante egocêntrico*, uma vez que sua preocupação está em enunciar que não é preconceituosa. O sujeito do comentário (C) constrói o mesmo tipo de *ethos* pois afirma “não tenho nada contra”, ou seja, defende sua própria imagem, assim como o do comentário (D), “[não tenho] Nada contra”. Inclusive, os três comentários, após “mas”, utilizam-se do mesmo argumento, enunciado de formas diferentes: eles ‘não são contra, mas não pode passar na TV por conta das crianças’. Ou seja, acionam a mesma FD moralista do comentário (A): o problema não é o sexo *gay* na TV, mas o *sexo* na TV.


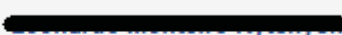





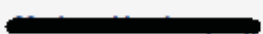







Esse *ethos tolerante egocêntrico* é o mais recorrente nas construções, até por isso já se tornou uma forma cristalizada na língua em expressões como “não tenho preconceito, mas...”, “não tenho nada contra, mas...”, “não sou preconceituoso / homofóbico / racista / etc., mas...”. Isso nos leva a perguntar o que fez com que essa forma se solidificasse no interdiscurso e fosse tão acessada na contemporaneidade para buscar produzir um *ethos* de tolerância. Em relação a quem ou a que o sujeito precisa ser tolerante? Por se tratar de comentários numa página pública, os locutores podem buscar não se inscreverem totalmente em um posicionamento muito agressivo, ou melhor, eles se inscrevem nesse posicionamento, mas procuram disfarçá-lo. Por quê?

Amossy (2017) afirma que os participantes de uma polêmica pública devem respeitar as regras do jogo discursivo sob o perigo de ferirem sua própria imagem, seu próprio *ethos*: embora a violência verbal seja permitida, ela tem limites a depender dos gêneros discursivos em que está inserida. Quais seriam os limites no Facebook? Como qualquer gênero discursivo, esses limites são construídos a cada enunciação pelos sujeitos que interagem entre si em trocas discursivas. Por isso, é difícil, se não impossível, prever todas as regras de interação nessa rede social, ainda mais porque ela é muito menos controlada do que outros websites (por exemplo, o site de um jornal pode ter um caráter de uma maior formalidade e exigir mais cordialidade dos sujeitos que nele comentam). Dessa forma, podemos pensar que os sujeitos no Facebook pretendem

produzir o *ethos* tolerante por conta das imagens que fazem do próprio jogo. O sujeito que precisa construir tal *ethos* imagina que possam acusa-lo de preconceituoso por conta de seus outros enunciados em seu comentário e, assim, procura uma forma de defender sua imagem, pois “o *ethos* de mau jogador ou de indivíduo que não obedece aos códigos sociais apropriados tira o crédito daquele que tenta desqualificar o adversário” (*op. cit.*, p. 193). Assim, para poder desqualificar os seus adversários, o sujeito precisa construir um *ethos* de bom jogador que, de acordo as antecipações que fez do discurso, é um *ethos* de tolerância.

Ao analisar os comentários do perfil Anônimo, uma página particular, vemos que os enunciados com “mas” ainda são recorrentes. Entretanto, as regras do jogo não parecem mais as mesmas. No perfil privado, o número de pessoas com acesso aos comentários é muito menor, o que leva a crer que o locutor não precisa defender sua imagem com tanta ênfase pois não haverá tantos interlocutores para se oporem aos seus argumentos. Além disso, aqueles que o dono do perfil acolhe e que, portanto, já têm uma imagem previamente constituída a respeito desse sujeito, não deveriam se importar em produzir um *ethos* de tolerância pois o próprio perfil que fez a publicação já está sendo preconceituoso ao considerar a cena “triste”.

Figura 12: Comentários a “Perfil pessoal: Triste”

- (E)   triste mesmo... quem gosta de dar o furico eu nao ligo mano, cada um na sua funcao, mas isso dai ja e alienação de cultura, vo deixa o comentario aki pra ver os choroa eas chorona me critica
Curtir · Responder ·  25 · 13 de julho de 2016 às 16:05
   · 3 Respostas
- (F)   Um absurdo! Sou totalmente a favor da familia tradicional.
Toda e qualquer opção sexual deve ser respeitada, e o individuo que fez a escolha também!
Mas tratar como se fosse algo natural, acho um absurdo!
Ainda mais na televisão, onde milhares de adolescentes se não viram na televisão estão vendo na internet.
Curtir · Responder ·  10 · 13 de julho de 2016 às 18:39 · Editado
   · 17 Respostas
- (G)   Triste pia, não sou contra gay mano, mas influenciar pessoas a serem ou acharem normal isso, é falta de noção e/ou respeito.
Curtir · Responder ·  4 · 13 de julho de 2016 às 23:43

Fonte: o autor (2018)

O comentário (E) é um bom exemplo de que, mesmo em uma página particular, os comentários do Facebook são direcionados a um interlocutor indireto (L3): “vo deixa o comentário aki pra ver os chorão eas chorona me critica”, em que “os chorões” e as “choronas” são locutores indeterminados. Com efeito, existe a necessidade do locutor de construir sua imagem para esse L3. Mas quem é ele?

A imagem que esses sujeitos comentadores do Facebook fazem de L3 é uma imagem inscrita numa FD do Brasil contemporâneo e, para eles, esta contemporaneidade está relacionada com os avanços sociais, com a condenação do preconceito, com o politicamente correto. Como vimos no Capítulo 1, hoje no Brasil é feio ter preconceito. Isso fica evidente no comentário (F): “Toda e qualquer opção sexual deve ser respeitada, e o indivíduo que fez a escolha também!”. Essa sentença inscreve o sujeito na mesma FD a qual ele imagina que L3 pertence: se o sujeito considera que os homossexuais devem ser respeitados, logo, ele concorda com a imagem que fez do posicionamento de L3. Dessa forma, ele busca o *ethos* tolerante, ou pelo menos é o *ethos* que ele visa construir. Em seguida, numa proposição iniciada com “mas”, ele afirma que acha um absurdo “tratar como se fosse algo natural”, levando à conclusão de que seu posicionamento é diferente do de seu interlocutor. E reforça seu posicionamento contrário repetindo um argumento lugar-comum desse debate polêmico: problematiza a exibição da cena na TV, onde adolescentes estarão assistindo e ‘sendo influenciados’. Logo, no final das contas, o *ethos* tolerante visado não foi produzido para um interlocutor L3 inserido numa FD oposta dos locutores dos comentários — o que é o nosso caso. Se não se constrói o *ethos* tolerante, que *ethos* é então produzido?

Para fechar esta discussão, trazemos uma última publicação, dessa vez do *Portal Banda B*, página do Facebook de um jornal curitibano que, assim como o *Estadão*, também possui uma página própria na Internet e também utiliza, geralmente, o Facebook para compartilhar as notícias produzidas em seu site. O fato apresentado é parecido com o que acabamos de discutir: a presença de um personagem homossexual na TV. Todavia, não há nenhuma referência a sexo ou mesmo cenas de beijo entre homossexuais, a página apenas anuncia que um programa da Disney terá um personagem gay e, pela foto, sabemos que é uma criança ou um adolescente. A publicação apresentada pela página

anuncia de antemão que se trata de uma polêmica, ou, por conhecer os mecanismos dessa página, pode haver uma tentativa de querer gerar polêmica com o fato.











Figura 13: Banda B: Disney terá primeiro personagem gay



Fonte: PORTAL BANDA B (2017)

Passemos a seguir aos comentários, onde encontramos, talvez por também se tratar de um programa para a TV, o mesmo bloco de argumentos dos comentários que versavam sobre a cena da novela da Globo.

Figura 14: Comentários a “Banda B: Disney terá primeiro personagem gay”

- (H)  **Ana Paula Ogaribot** Não sou e nunca serei contra os homossexuais, mesmo pq são tão humanos e merecem respeito qnt qqr hetero. Só acho que deveriam parar de forçar esse tipo de situação (como se fosse uma imposição). Creio que tudo se revele no tempo certo, que tudo tem que acontecer no momento em que o individuo tenha maturidade suficiente pr se aceitar e lidar com as advertências q encontrará no caminho. Me diga: como uma criança saberá se defender de certas agressões!? (pq tds sabemos que infelizmente elas existem). Deixem crianças serem crianças e com o tempo e maturidade saberão escolher o que é melhor pr si, que aliás, escolhas essas que não podemos interferir ou mudar, é o direito de cada um, já o que não podemos aceitar é que isso seja colocado agressivamente em nossos meios sociais como uma forma normal de desenvolvimento das crianças. Como disse: há tempo para tudo. Lamentável o rumo que este assunto st tomando.   55
Curtir · Responder · 45 sem
- (I)  **Mariana Mendes** Olha não tenho não contra ninguém . Temos o livre arbítrio para seguir os próprios caminhos . Mais forçar as coisa fazer uma coisa seja feita na marra . Tudo isto vai ter um preço muito mais muito alto a ser pago no final .  3
Curtir · Responder · 45 sem
- (J)  **Milton José Reis** Bom saber o nome certo da série... Nada contra mas quem passa princípios aos meus filhos sou eu...  4
Curtir · Responder · 45 sem
- (K)  **Anderson Nunes Souza** Não tenho nada contra mais já tão apsandando dos limites de uma pessoa adulta resolve vira gay isso não interfiro mais agora crianças e mental fraca só vão induzindo as crianças acho muito errado isso ond esse mundo vai para já falei não tenho nada contra só q isso não é certo  1
Curtir · Responder · 45 sem
- (L)  **Elaine Tarciso Mignoni** O que dizer né???? Sempre tiveram as pessoas homossexuais, mas agora querem enfiar goela a baixo!  1
Curtir · Responder · 45 sem
- (M)  **Gustavo Henrique** Parem o mundo! Não tenho preconceitos. Mas minha educação familiar está sendo discriminada ao tentarem empurrar este assunto goela a baixo. Por favor, não é uma coisa normal, parem de tratar isso com igualdade. Quem é homossexual, Que seja, não queiram ensinar o mundo que é normal, porque não é e ponto final.  1
Curtir · Responder · 45 sem

Fonte: PORTAL BANDA B (2017)

Por mais que a comoção seja muita parecida com a que foi produzida pelas publicações sobre a novela — vai influenciar as crianças de alguma forma —, o escândalo não é mais sobre o sexo explícito e inadequado para ser exibido a crianças, mas sobre tratar a homossexualidade como ‘normal’: (H) “deveriam parar de forçar esse

tipo de situação”, (I) “forçar as coisa fazer uma coisa seja feita na marra”, (K) “já tão passando dos limites”, (L e M) “querem enfiar goela abaixo”, (M) “não queiram ensinar o mundo que é normal, porque não é e ponto final”.

Não importa o fato discutido — um protesto de salto alto, o conceito de família expandido para abraçar as diversidades, a exibição de uma cena de sexo gay ou a simples presença de um garoto gay numa série — a homossexualidade não é vista como normal para um grupo de pessoas. Isso fica evidente quando esses sujeitos que enunciam são construídos no discurso e se inscrevem em uma FD: os argumentos podem variar de muitas maneiras, mas a inscrição na mesma FD preconceituosa permanecerá. Entretanto, muitas vezes essa inscrição não se mostra diretamente, mas se traveste de um *ethos* tolerante, ou pelo menos visa um. Acontece que para muitos leitores, como nós, esse *ethos* não se efetiva no discurso que é produzido, há outra interpretação aí e ela está relacionada diretamente com o caráter de normalidade da homossexualidade. É possível ser tolerante, ou se passar por tolerante por algo que não se considera normal? Borrillos (2010) pode nos ajudar a responder essa pergunta:

Se a homofobia afetiva (psicológica) caracteriza-se pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero; neste aspecto, **ela preconiza a tolerância**, forma civilizada da clemência dos ortodoxos em relação com os heréticos. Neste último registro, ninguém rejeita os homossexuais; entretanto, ninguém fica chocado pelo fato de que eles não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais (grifo nosso, BORRILLOS, 2010, p. 24).

E continuo citando FASSIN (*apud* BORRILLOS, 2010):

No mundo social, toda a gente gosta dos homossexuais em geral — inclusive, muitas pessoas têm amigos homossexuais em particular. Entretanto, ninguém iria ao ponto de defender a igualdade das sexualidades, proposição radical que esbarra no senso comum: mesmo que nada exista de anormal na homossexualidade, cada um de nós sabe que o casamento ou a filiação reconhecidos aos casais do mesmo sexo não seriam considerados uma situação normal (FASSIN *apud* BORRILLOS, 2010, p. 24).

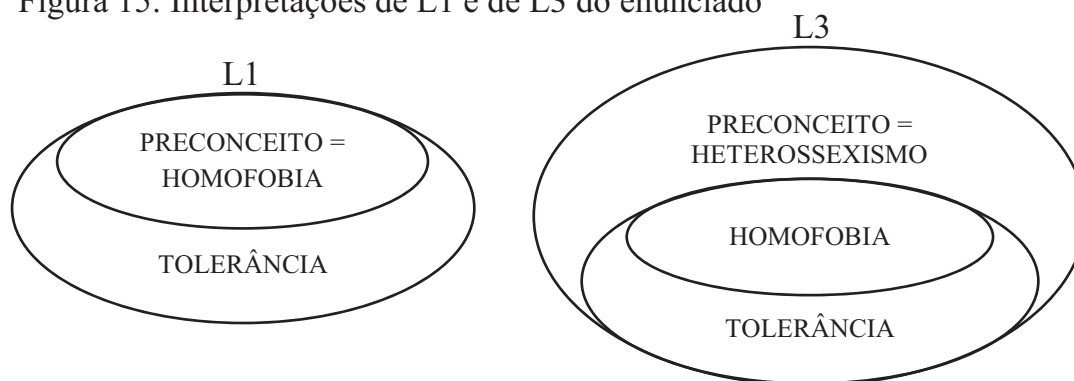
Quando o enunciador diz “não tenho preconceito”, ele está se referindo ao indivíduo, por outro lado, o enunciado que aparece depois inserido pelo “mas” refere-se ao ser social, ao qual não se pode dar os mesmos direitos de um indivíduo heterossexual para não mudar a ordem hierárquica da sociedade. Dessa maneira, o *ethos visado* pelo

sujeito que enuncia é o *ethos* tolerante, uma vez que para se viver bem em sociedade é preciso pregar e aderir à tolerância. Entretanto, o *ethos efetivo*, nos discursos desses comentários, é um ***ethos heterossexista***, pois o indivíduo é tolerado, o ser social não.

A partir da classificação desse *ethos*, podemos depreender dois efeitos de sentido para a ‘tolerância aos homossexuais’. A interpretação dos enunciados com o articulador “mas” nos comentários analisados neste trabalho, quando inscrita na FD de L1 (o locutor que os produz), é de que ser tolerante com uma situação não é ser preconceituoso/homofóbico. De acordo com essa interpretação, ser preconceituoso/homofóbico é incentivar a violência, é não aceitar o indivíduo. Quando L1 enuncia “não tenho preconceito, mas...”, a conclusão **r'**, ou seja, o *ethos* visado do locutor, é igual a: ‘sou tolerante, não sou preconceituoso, pois ter preconceito nessa situação é ser homofóbico e ser homofóbico é ser avesso à existência dos homossexuais; sou tolerante, pois os homossexuais *podem* existir na vida privada deles’.

Entretanto, depreende-se outra interpretação de um interlocutor inserido numa FD oposta ao locutor que produz esse enunciado. Uma vez que o preconceito não está presente somente no nível da homofobia, no sentido da aversão aos homossexuais, mas também no nível do heterossexismo, no sentido da não aceitação de comportamentos diferentes do padrão heteronormativo, a tolerância também é preconceituosa. Nesse sentido, podemos afirmar que a conclusão **r'** interpretada por esse locutor imaginário, ou seja, o *ethos* que se efetiva no discurso nesse contexto é: “ele não é homofóbico, mas é *tolerante*; porém, continua sendo preconceituoso, pois é heterossexista e não aceita padrões diferentes do heteronormativo na sociedade’.

Figura 15: Interpretações de L1 e de L3 do enunciado



Fonte: o autor (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A democracia é uma delícia, uma beleza, e eu dei a vida inteira e continuarei dando [por ela],
mas ela tem certos custos...*
— *Ciro Gomes (2018)*

Esta fala foi proferida pelo candidato à presidência, *Ciro Gomes*, em um debate político na emissora *Band* no dia 09 de agosto deste ano. Ele a disse em resposta ao *Cabo Daciolo*, outro presidencial, quando este acusou aquele sobre o conhecimento do plano *URSAL*, um suposto plano comunista de união da América Latina em prol de uma ditadura socialista do qual ninguém nunca ouvira falar antes. *Ciro Gomes* não perdeu a oportunidade de ironizar a teoria da conspiração do outro, por isso afirmou que embora a democracia seja boa, ela tem “certos custos”, a saber, ter que ouvir absurdos como esse. Uma análise rápida desse enunciado, a partir da *ADL*, nos proporciona o seguinte esquema:

p = x + y

x = A democracia é uma delícia, uma beleza = [democracia é bom]

y = e eu dei a vida inteira e continuarei dando por ela = [defendo a democracia]

p → **r** [vive-se bem na democracia]

q = ela tem certos custos = [democracia exige esforço] = [democracia cansa]

q → **~r** [não se vive bem na democracia]

p, mas q → **r'** [não se vive tão bem na democracia quanto se possa supor]

Ciro Gomes defende que a democracia é a melhor maneira de se viver em sociedade, mas ele sabe como é difícil mantê-la, assim como é difícil conviver com pessoas com ideias e ideais tão diversos e opostos uns dos outros. Trazemos esta reflexão do presidencial pois corrobora, muito bem, o que *Amossy (2017)* defende: o dissenso é fundamental para se viver em uma democracia.

Entretanto, este trabalho não tratou apenas de ‘ideias opostas’ em que dois lados pensam diferentemente. Este trabalho tratou de preconceito: aqueles indivíduos preconceituosos não só pensam diferente de seus adversários, mas desejam o seu desaparecimento em alguma medida. Como aponta *Borrillos (2010)*, não é o indivíduo

o alvo do ataque preconceituoso, e mais especificamente homofóbico, mas o que ele representa como ser social. Nenhum comentário preconceituoso versa sobre o indivíduo em sua totalidade: os comentários apontam características desses indivíduos as quais são julgadas erradas, negativas, imorais etc. O preconceito se constrói quando se consideram, fora da normalidade, características constitutivas dos indivíduos homossexuais. Toleram-se o indivíduo, mas não sua manifestação como indivíduo na sociedade.

Se algumas formas mais sutis de homofobia exibem certa tolerância em relação a lésbicas e gays, essa atitude ocorre mediante a condição de atribuí-lhes uma posição marginal e silenciosa, ou seja, a de uma sexualidade considerada como inacabada ou secundária. Aceita na esfera íntima da vida privada, a homossexualidade torna-se insuportável ao reivindicar, publicamente, sua equivalência à heterossexualidade (BORRILLOS, 2010, p. 17).

Os comentários polêmicos analisados serviram para mostrar esse funcionamento social da homofobia. Os argumentos elencados por aqueles que têm uma posição contrária a algum tipo de comportamento homossexual ou a algum avanço na sociedade em relação à causa gay geralmente acusam características negativas. No caso do protesto do aluno do ITA, o problema é estar em uma cerimônia militar e não se portar adequadamente, com respeito à instituição. Para o conceito de família expandido, o problema é aceitar que casais homossexuais possam constituir uma. Nos casos dos programas de TV, o problema é a exibição de personagens homossexuais como pessoas — e não mais figuras caricatas de programas humorísticos; quanto à novela “Liberdade, Liberdade”, o sexo ‘explícito’ é inadequado, já na série da Disney, voltada ao público infante-juvenil, a inadequação consiste em exibir um adolescente gay.

Além dos comentários raivosos e algumas vezes violentos, que se inscrevem diretamente numa FD de oposição, há comentários com a presença de um enunciado com a conjunção “mas”. Nestes, vimos que há uma tentativa de construir um *ethos* para se passar por tolerante, pelo menos no momento em que enuncia a sentença com o “mas”. Entretanto, como mesmo afirma Maingueneau (2008), as tentativas de produzir esse *ethos* geralmente fracassam pois ao enunciar o “mas” o sujeito rapidamente se inscreve na FD de oposição ao que havia começado a dizer. Chegamos à conclusão de que o *ethos* visado é o de **tolerância**, mas o *ethos* efetivo é o de **heterossexismo**.

Contudo, por que o sujeito tenta construir um *ethos* **tolerante** ao escolher um enunciado como “não tenho preconceito, mas...”, sendo que, como falante da língua, ele conhece o funcionamento argumentativo do articulador “mas”? Acreditamos que se trata de uma proteção: proteger a sua imagem é fundamental. Porém, a forma “não tenho preconceito, mas...” já está tão cristalizada na língua, faz parte do interdiscurso e é pré-construída, que o sujeito tem a ilusão de que está lançando mão de uma estratégia efetiva para proteger sua imagem, seu *ethos*, ao mesmo tempo que ataca a imagem de seu adversário, quando na verdade utiliza uma forma que pode produzir um efeito de sentido totalmente inverso para o seu interlocutor, caso este esteja inscrito numa FD oposta à sua.

Talvez fosse possível pensar que os sujeitos que enunciam “não tenho preconceito, mas...” pudessem ser mais tolerantes, mais abertos ao diálogo e a mudar de posição dentro dos jogos discursivos. Porém, concluímos que não: esse tipo de enunciado está tão fortemente inscrito numa FD preconceituosa quanto outro qualquer, pois, inclusive, também utiliza de linguagem violenta e demonstra tanta indignação quanto os outros comentários que abrem mão dessa estratégia argumentativa. Além disso, esse enunciado já está tão cristalizado na língua que reutilizá-lo pode ser quase como uma obrigação para alguns: é preciso estar inscrito numa FI em que a contemporaneidade brasileira está, uma FI que rejeita o preconceito, para então poder se inscrever em uma FD que se oponha a esse ideal.

É dessa maneira que se constrói a democracia. Porém, precisamos ficar alertas para perceber até que ponto esse embate é saudável e em que momento ele atravessa os limites da disputa verbal e se torna danoso para os indivíduos ou grupos de indivíduos na sociedade. Nós, homossexuais, não queremos viver enclausurados em nossas individualidades nem tampouco exigimos mais direitos que os heterossexuais. O que queremos é sermos nós mesmos em qualquer contexto. Tales, o aluno do ITA que protestou de vestido vermelho e salto alto, fez uma publicação em sua página pessoal do Facebook um dia após a polêmica acontecer. Nela, ao final de uma lista imensa em que todos itens iniciavam com “A Aeronáutica não é homofóbica, mas...” (diga-se de passagem, uma maneira primorosa de subverter o enunciado tão presente na FD que o condenou e trazê-lo para a sua FD), ele escreve:

A Aeronáutica não é homofóbica mas quando você é viado, você tem que ser perfeito: voz grossa pra ser respeitado, sem trejeito, as maiores notas, o melhor físico, nunca falar de homem ou agir de forma descontraída. Nunca falar sobre sua sexualidade. Você pode ser viado desde que nunca aja como um. Pode ser viado mas tem que ser como se fosse hétero. O padrão militar é hétero, mas a Aeronáutica não é homofóbica (FARIA, 2016).

Seu discurso ressoa exatamente o que Borrillos (2010) afirma: o homossexual é tolerado pela sociedade desde que não fira a ordem heteronormativa. Por isso, a homofobia é a ponta do iceberg; o preconceito velado que os homossexuais sofrem é, em grande medida, o heterossexismo.

Ítalo Calvino, em seu livro “As cidades invisíveis”, conta as narrações e descrições de Marco Polo para o imperador Kublai Khan sobre as cidades maravilhosas pelas quais passou em suas viagens. No fim da narrativa, Kublai Khan pergunta para Marco Polo se o fim de toda viagem é a “cidade infernal”, ao que Marco responde:

— O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1990, p. 150).

Viver em democracia pode ser, muitas vezes, um inferno, tem seus custos. Mas nós, enquanto pesquisadores da sociedade, não podemos aceitar esse inferno e nos tornar parte dele. Este trabalho é, no fim das contas, uma tentativa de reconhecer neste jogo de discursos que é a democracia o que e quem está do nosso lado e também de abrir espaço, mesmo que pequeno, para que possamos viver em liberdade e o mais seguros possível através do inferno.

REFERÊNCIAS

- REFERÊNCIAS TEÓRICAS:

AMOSSY, Ruth. **Argumentação e Análise do Discurso**: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, n. 1, 2011. p. 129-144.

_____. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: _____ (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anília Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Rev. Estudos Feministas [online]. vol.10, n.1, 2002. p.119-141.

BORRILLOS, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Claudia Mendes. **O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua**. Revista da Abralin, João Pessoa: UFPB, v.6, n. 2, p.139-169, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2007-vol-6-n-2/07-claudia-mendes-campos1.pdf>>. Acesso em: 29 mar 2018.

CAZARIN, Escília Ana. **A propósito de uma introdução para a Análise do Discurso da Escola Francesa**. Inuí: Ed. UNIJUÍ, 1995.

CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In: _____. **Provar e dizer: Linguagem e Lógica**. São Paulo: Global, 1981. p. 178-228.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.

_____. O papel da negação na linguagem comum. *In*: _____. **Provar e dizer: Linguagem e Lógica**. São Paulo: Global, 1981. p. 93-104.

EMEADITO, Wander. **Discurso e web**: as múltiplas faces do Facebook. Revista da Abralín, v. 14, n. 2, p. 171-92, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42561/25818>>. Acesso em: 29 mar 2018.

GABIELKOV, Maksym; RAMACHANDRAN, Arthi; CHAINTREAU, Augustin; LEGOUT, Arnaud. **Social Clicks: What and Who Gets Read on Twitter?**. ACM SIGMETRICS / IFIP Performance 2016, Jun 2016, Antibes Juan-les-Pins, France. 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MOTT, Luiz. **A revolução homossexual**: o poder de um mito. Revista USP, São Paulo, n. 49, mar./mai. 2001. p. 40-59

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Argumentação**: um Observatório do Político. Fórum Linguístico. Florianópolis, n. 1, jul./dez. 1998. p. 73-81.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. **Texto e Discurso**. Revista Organon. v. 9, n. 23. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365>>. Acesso em: 27/ago/2016.

PÊCHEUX, Michel; Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por**

uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-235.

PORTAL BANDA B. **Facebook**. 27 out 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortalBandaB/posts/1727212267350230>>. Acesso em: 30 ago 2018.

POSSENTI, Sírio. Ducrot e a análise do discurso. *In*: _____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 141-152.

RIOS, Roger Raup. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: POCAHY, Fernando (org.) **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

VERAS, Viviane. **Mundo, mas linguagem:** uma leitura semântica da conjunção *mas*. 1989. 112 fls. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 20/12/1989.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. *In*: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 103-128.

- REFERÊNCIAS DOS DADOS ANALISADOS:

ANÔNIMO. **Facebook**. 13 jul 2016. Página atualmente indisponível. Antes disponível em: <<https://www.facebook.com/gabriel.romanelli.10/posts/10154272834017383>>.

ESTADÃO. **Facebook**. 20 dez 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/posts/1741209022560819>>. Acesso em: 30 ago 2018.

FARIAS, Tales. **Facebook**. 20 dez 2016. Disponível em: < <https://www.facebook.com/talles.d.faria/posts/10202920540731468>>. Acesso em: 30 ago 2018.

GRAZI MASSAFERA. **Facebook**. 14 abr 2016a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AGraziReal/photos/a.309137802559915.1073741828.242306499243046/707030606103964/?type=3>>. Acesso em: 30 ago 2018.

_____. **Facebook**. 12 jul 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AGraziReal/photos/a.309137802559915.1073741828.242306499243046/746630602143964/?type=3>>. Acesso em: 30 ago 2018.